



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA BACHARELADO

Erechim (RS), fevereiro de 2021



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três campi no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois campi no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Fernando Machado, 108 E
Bairro Centro – CEP 89802-112 – Chapecó/SC.

Reitor: Marcelo Recktenvald

Vice-Reitor: Gismael Francisco Perin

Pró-Reitor de Graduação: Jeferson Saccol Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Clarissa Dalla Rosa

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Patricia Romagnolli

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Rafael Santin Scheffer

Pró-Reitor de Planejamento: Everton Miguel da Silva Loreto

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Rubens Fey

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Claunir Pavan

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretor de Campus: Roberto Mauro Dallagnol

Coordenador Administrativo: Diego de Souza Boeno

Coordenadora Acadêmica: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de Campus: Bruno München Wenzel

Coordenador Administrativo: Sandro Adriano Schneider

Coordenador Acadêmico: Marcio do Carmo Pinheiro

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de Campus: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Sandra Simone Hopner Pierozan



Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de Campus: Julio Cesar Stobbe

Coordenadora Administrativa: Bertil Levi Hammarstrom

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de Campus: Martinho Machado Junior

Coordenador Administrativo: Ronaldo José Seramim

Coordenador Acadêmico: Thiago Bergler Bitencourt

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de Campus: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



Índice

1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	5
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	8
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	16
4 JUSTIFICATIVA.....	18
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais).....	23
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	38
7 PERFIL DO EGRESSO.....	40
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	42
9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	145
10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	153
11 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	155
12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	158
13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	159
14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	162
ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-BACHARELADO.....	174
ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – BACHARELADO.....	182
ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – BACHARELADO.....	187
ANEXO IV - REGULAMENTO DE TRABALHOS DE CAMPO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - BACHARELADO.....	193
ANEXO V – REGULAMENTO DO CURSO DE GEOGRAFIA – BACHARELADO PARA APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR.....	198



1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Geografia

1.4 Grau: Bacharel em Geografia

1.5 Título profissional: Geógrafo

1.6 Local de oferta: Campus Erechim

1.7 Número de vagas: 25 vagas com entrada anual

1.8 Carga-horária total: 2805 horas

1.9 Turno de oferta: Noturno

1.10 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 4 anos

1.11 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 8 anos

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 480 horas

1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 120 horas

1.14 Coordenador do curso: Reginaldo José de Souza

1.15 Ato autorizativo: Resolução nº 18 CONSUNI/UFFS/2019

1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC).



Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de campus no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Art. 30 da Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.



c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:

• **PROHAITI** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes Haitianos), que, criado em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil e instituído pela Resolução 32/2013 – CONSUNI, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes haitianos à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre por meio de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, nos cursos em que a universidade tem autonomia para tal. O estudante haitiano que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regimentos institucionais.

PIN (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre por meio de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, nos cursos em que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regimentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior Público e gratuito, desde a década de 1980. As mobilizações da sociedade civil organizada têm como marco o processo de redemocratização e a definição das bases da Constituição Federal de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essas mobilizações iniciais não surtiram efeitos em termos de criação de Universidade Pública Federal, mas geraram um conjunto expressivo de Universidades Comunitárias e Estaduais que passaram a fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mesmo que custeadas com recursos dos próprios cidadãos demandantes dos serviços. A tradição das comunidades locais e regionais de buscarem alternativas para seus problemas pode ter contribuído para que o Estado Brasileiro não respondesse de forma afirmativa a estas reivindicações, ainda mais em se tratando de regiões periféricas, distantes dos grandes centros, de fronteira e marcadas por conflitos de disputa de territórios e de projetos societários.

A predominância do ideário neoliberal nas discussões a respeito do papel do Estado nas dinâmicas de desenvolvimento das regiões fez com que os movimentos em busca de ensino superior público e gratuito sofressem certo refluxo na década de 1990. Porém os movimentos permaneceram ativos, à espera de um cenário mais favorável, que se estabeleceu ao longo da primeira década do século XXI.

Neste novo contexto, vários acontecimentos geraram uma retomada da mobilização em busca de acesso ao ensino superior público e gratuito como condição essencial para a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento destas regiões: a crise do ideário neoliberal na resolução dos históricos desafios enfrentados pelas políticas sociais; as discussões em torno da elaboração e da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior, mesmo que em instituições comunitárias; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a migração intensa da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às



Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.

Movimentos que estavam isolados em suas microrregiões passaram a dialogar de forma mais intensa e a constituir verdadeiras frentes no embate político em prol da mesma causa. A disposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para ampliar, de forma significativa, o acesso ao ensino superior, especialmente pela expansão dos Institutos Federais de Educação e das Universidades Federais deu alento ao movimento. As mobilizações retornaram com muita força, embaladas por uma utopia cada vez mais próxima de ser realizada. Os movimentos sociais do campo, os sindicatos urbanos, as instituições públicas, privadas e comunitárias passaram a mobilizar verdadeiras “multidões” para as manifestações públicas, para a pressão política, para a publicização da ideia e para a criação das condições necessárias para a implantação de uma ou mais universidades públicas federais nesta grande região.

Esta mobilização foi potencializada pela existência histórica, no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, no Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste e Centro do Paraná, de um denso tecido de organizações e movimentos sociais formados a partir da mobilização comunitária, das lutas pelo acesso à terra e pela criação de condições indispensáveis para nela permanecer, pelos direitos sociais fundamentais à vida dos cidadãos, mesmo que em regiões periféricas e pela criação de condições dignas e vida para os cidadãos do campo e da cidade. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar a universidade pública para a região, destacam-se a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Este grande território que se organizou e se mobilizou para a conquista da universidade pública federal é berço de grande parte dos movimentos sociais do país, especialmente os ligados ao campo; é palco de lutas históricas pelo acesso à terra; é referência nacional na organização comunitária; é terreno fértil para a emergência de associações, grupos de produção e cooperativas que cultivam ideais de interação solidária e popular; é marcado pelas experiências das pequenas propriedades familiares, do pequeno comércio e da pequena indústria, que nascem da necessidade de organizar a vida em regiões periféricas e realizar a interação com “centros de médio e grande porte



do país”; é palco das primeiras experiências de modernização da agricultura e da agroindústria, que geraram expansão dos processos produtivos, novas tecnologias e novas perspectivas de inclusão, mas também produziram o êxodo rural, as experiências de produção integrada, as grandes agroindústrias, a concentração da propriedade e da riqueza gerada, grande parte dos conflitos sociais e o próprio processo de exclusão de parcelas significativas da população regional, que passou a viver em periferias urbanas ou espaços rurais completamente desassistidos; é espaço de constituição de uma economia diversificada que possibilita o desenvolvimento da agricultura (com ênfase para a produção de milho, soja, trigo, mandioca, batata...), da pecuária (bovinos de leite e de corte, suínos, ovinos, caprinos...), da fruticultura (cítricos, uva, pêssgo, abacaxi...), da silvicultura (erva mate, reflorestamento...), da indústria (metal mecânica, moveleira, alimentícia, madeireira, têxtil...), do comércio e da prestação de serviços públicos e privados.

A partir do ano de 2006, houve a unificação dos movimentos em prol da Universidade Pública Federal nesta grande região visando constituir um interlocutor único junto ao Ministério da Educação (MEC). Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FetraF–Sul/CUT e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento era composto pelo Fórum da Mesorregião, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três estados, por Igrejas, pelo Movimento Estudantil, pelas Associações de Prefeitos, por Vereadores, Deputados Estaduais e Federais e Senadores. O Movimento ganhou força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Como resultado da mobilização deste Movimento unificado, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Em nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, realizada em junho de 2007, propõe-se ao Movimento Pró-Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma Universidade, pois se tratava de um



projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesorregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso, decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

A partir das tratativas estabelecidas entre o Ministério da Educação e o Movimento Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007. Esta comissão tinha três meses para concluir seus trabalhos, definindo o perfil de Universidade a ser criada. Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei 2.199/07, o ministro da Educação encaminhou o processo oficial de criação da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por intensa mobilização do Movimento Pró-Universidade no sentido de estabelecer o perfil da Universidade a ser criada, a localização de seus campi e a proposta dos primeiros cursos a serem implantados; pelo acompanhamento, no âmbito do governo federal, dos trâmites finais da elaboração do projeto a ser submetido ao Congresso Nacional; pela negociação política a fim de garantir a aprovação do projeto da Universidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em 15 de setembro de 2009, através da Lei 12.029, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e Campi em Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, tornando realidade o sonho acalentado por uma grande região do Brasil por quase três décadas.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ilvo Ristoff para o cargo de reitor pro-tempore da UFFS, com a incumbência de coordenar os trabalhos para a implantação da nova universidade, sob a tutoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda em 2009 foram realizados os



primeiros concursos e posses de servidores, estruturados os projetos pedagógicos provisórios dos cursos a serem implantados, definido o processo seletivo para o ingresso dos primeiros acadêmicos, estabelecidos os locais provisórios de funcionamento e constituída parte da equipe dirigente que coordenaria os primeiros trabalhos na implantação da UFFS.

No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco Campi da UFFS, com o ingresso de 2.160 acadêmicos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com a aplicação da bonificação para os que cursaram o ensino médio em escola pública. Em cada campus foi realizada programação de recepção aos acadêmicos com o envolvimento da comunidade interna e externa, visando marcar o primeiro dia de aula na Universidade. Em um diagnóstico sobre os acadêmicos que ingressaram na UFFS neste primeiro processo seletivo constatou-se que mais de 90% deles eram oriundos da Escola Pública de Ensino Médio e que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior.

O início das aulas também ensejou o primeiro contato mais direto dos acadêmicos e dos docentes com os projetos pedagógicos dos cursos que haviam sido elaborados pela comissão de implantação da Universidade com base em três grandes eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Os primeiros contatos foram evidenciando a necessidade de repensar os PPCs, tarefa que se realizou ao longo dos anos de 2010 e 2011, sob a coordenação dos respectivos colegiados de curso a fim de serem submetidos à Câmara de Graduação do Conselho Universitário para aprovação definitiva.

Nesta revisão consolidou-se uma concepção de currículo assentada em um corpo de conhecimentos organizado em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento. O Domínio Comum visa proporcionar uma formação crítico-social e introduzir o acadêmico no ambiente universitário. O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada campus. O Domínio Específico preocupa-se com uma sólida formação profissional. Compreende-se que os respectivos domínios são princípios articuladores entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fundantes do projeto pedagógico institucional.



A organização dos campi, com a constituição de suas equipes dirigentes, a definição dos coordenadores de curso e a estruturação dos setores essenciais para garantir a funcionalidade do projeto da Universidade foi um desafio encarado ao longo do primeiro ano de funcionamento. Iniciava-se aí a trajetória em busca da constituição de uma identidade e de uma cultura institucional.

A preocupação em manter uma interação constante com a comunidade regional no sentido de projetar suas ações de ensino, pesquisa, extensão e administração fez com que a UFFS realizasse, ao longo do ano de 2010, a 1ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Foram dezenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a comunidade acadêmica, as entidades, as organizações e os movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os campi e concluído com eventos regionais que resultaram numa sistematização das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.

As primeiras ações da Universidade e a 1ª COEPE foram fundamentais para projetar o primeiro estatuto da UFFS. Através de um processo participativo, com o envolvimento de professores, de técnicos administrativos, de acadêmicos e de representação da comunidade externa, foi elaborado o Estatuto, que definiu os marcos referenciais básicos para a estruturação da nova Universidade. Compreendido em sua provisoriedade, a aprovação do primeiro estatuto permitiu que se avançasse para a estruturação das instâncias essenciais de funcionamento da Universidade, tais como o Conselho Universitário, os Conselhos de Campus, os Colegiados de Curso e a própria estrutura de gestão da UFFS.

A grande inovação da nova universidade, garantida em seu primeiro Estatuto, foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos campi, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação.

Estabelecidos os marcos iniciais deu-se a sequência na organização das diretrizes e políticas específicas de cada Pró-Reitoria, Secretaria Especial, Setor e área



de atuação da UFFS. Movimento este que iniciou a partir de 2012 e avança gradativamente na medida em que a Universidade vai crescendo e respondendo aos desafios da inserção nos espaços acadêmicos e sociais.

A consolidação dos cursos de graduação, a estruturação de diversos grupos de pesquisa e a criação de programas e projetos de extensão possibilitaram que a Universidade avançasse para a criação de Programas de Pós-Graduação, iniciando pelo *latu sensu*, já em 2011, até alcançar o *stricto sensu*, em 2013.

Desde a sua criação, a UFFS trabalhou com a ideia de que a consolidação do seu projeto pedagógico se faria, de forma articulada, com a consolidação de sua estrutura física. A construção dos espaços de trabalho dar-se-ia, articuladamente, com a constituição de seu corpo docente e técnico-administrativo. A criação da cultura institucional dar-se-ia, também de forma integrada, com a constituição dos ambientes de trabalho e de relações estabelecidas nos mesmos. Pode-se falar, portanto, em um movimento permanente de “constituição da Universidade e da sua forma de ser”.

Ao mesmo tempo em que a UFFS caminha para a consolidação de seu projeto inicial, já se desenham os primeiros passos para a sua expansão. Os movimentos em torno da criação de novos campi emergem no cenário regional; a participação nos programas do Ministério da Educação enseja novos desafios (destaca-se a expansão da Medicina, que levou à criação do Campus Passo Fundo, em 2013); o ingresso da UFFS no SISU enseja sua projeção no cenário nacional, exigindo readequações na compreensão da regionalidade como espaço preponderante de referência; a consolidação dos 5 campi iniciais, com os seus cursos de graduação, faz com que se intensifiquem os debates pela criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação; a afirmação dos grupos de pesquisa, com seus programas e projetos, faz com que se projetem novos cursos de mestrado e se caminhe em direção aos primeiros doutorados. Entende-se que a consolidação e a expansão são processos complementares e articulados.

Criada a partir dos anseios da sociedade, a UFFS vem se afirmando como uma Universidade comprometida com a qualidade de seus cursos, de seus processos e das relações que estabelece. As avaliações realizadas pelas diferentes comissões constituídas pelo INEP/MEC para verificar, *in loco*, as condições de oferta dos cursos de graduação da UFFS atestam esta qualidade.



Os avanços conquistados ao longo desses primeiros anos de sua implantação tornam cada vez mais claros os desafios que se projetam para os próximos: a participação, cada vez mais efetiva, na comunidade acadêmica nacional e internacional, com cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos e programas de extensão e experiências de gestão universitária; a permanente sintonia com os anseios da região na qual está situada; o compromisso constante com os movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade; e o sonho de uma universidade pública, popular e de qualidade, focada no desenvolvimento regional incluyente e sustentável.

(Texto homologado pela Decisão nº 2/2014 – CONSUNI/CGRAD)



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Reginaldo José de Souza (Coordenador)

Paula Vanessa de Faria Lindo (Coordenadora Adjunta)

3.2 Equipe de elaboração:

Éverton de Moraes Kozenieski

João Paulo Peres Bezerra

Paula Vanessa de Faria Lindo

Pedro Germano dos Santos Murara

Reginaldo José de Souza

Roberto Carlos Ribeiro

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Hugo Von Linsingen Piazzetta Diretor de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Sandra F. Bordignon, Neuza F. Blanger (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina, Kelly Trapp (DOP)

Maiquel Tesser, Elaine Lorenzon e Pedro Castro, Marcos Franceschi, Liana Canônica (DRA)

Revisão das referências: Daniele Rosa Monteiro

Revisão textual: A ser inserido pela DOP

Apoio e acompanhamento pedagógico do Campus Erechim: Cristiana Giroto e Marcelo Ronsoni

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O Núcleo Docente Estruturante - NDE é constituído por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas visando ao acompanhamento do processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (Resolução Nº 1/CONSUNI CGRAD/UFFS/2011), realizando estudos periódicos dos processos de



avaliação de aprendizagem na formação do estudante, analisando as adequações do perfil do egresso à realidade atual de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas do mundo do trabalho.

Atualmente, o NDE do curso de Geografia - Bacharelado é composto pelos seguintes membros (PORTARIA Nº 32/PROGRAD/UFFS/2019):

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Reginaldo José de Souza	Doutorado	Específico
Paula Vanessa de Faria Lindo	Doutorado	Específico
Ana Maria de Oliveira Pereira	Doutorado	Específico
João Paulo Peres Bezerra	Doutorado	Específico
Éverton de Moraes Kozenieski	Doutorado	Específico
Roberto Carlos Ribeiro	Doutorado	Conexo
Maria Silvia Cristofoli	Doutorado	Comum

Quadro 1: Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso



4 JUSTIFICATIVA

O Curso de Graduação Geografia - Bacharelado foi concebido com o desafio de formar e qualificar profissionais para atender a demanda de uma sociedade marcada por múltiplas transformações que exigem das diversas áreas de atuação, dentre as quais, os bacharéis em Geografia, uma compreensão maior em torno do planejamento e da gestão voltados às questões de ordens socioespaciais e ambientais que apresentam.

A criação do curso de graduação em Geografia - Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul relaciona-se fortemente com o perfil geral da Instituição, que compreende a educação do nível superior como um espaço de formação de indivíduos crítico-reflexivos, tendo como propósito superar a perspectiva de um ensino tecnicista e supostamente neutro do ponto de vista ideológico, voltado principalmente para a (re)produção de mão de obra especializada.

O curso de graduação em Geografia - Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim é, neste campo, o primeiro curso público federal em toda a região de abrangência da Universidade. A Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul é composta por 396 municípios e população de 3,9 milhões de habitantes (IBGE, 2014). Neste sentido, possibilitará a oportunidade de ingresso da população regional e de outras localidades, no ensino superior público.

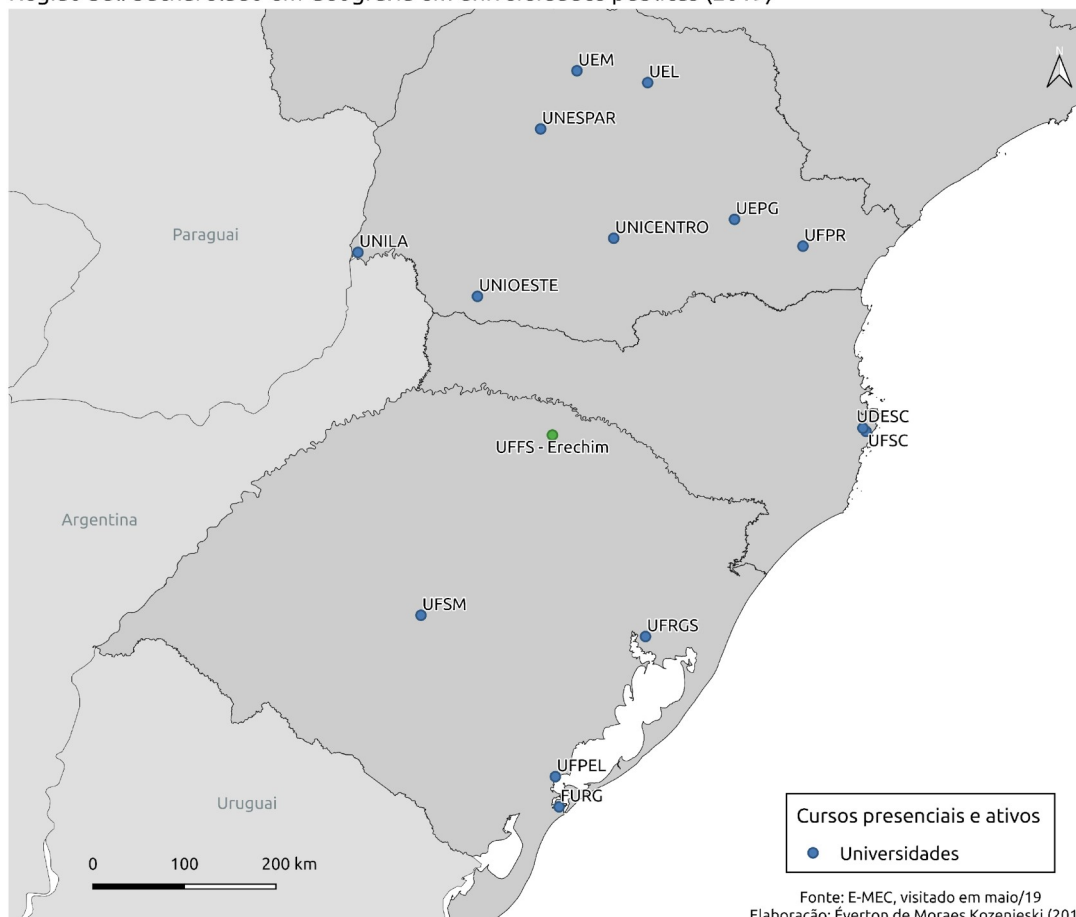
A oferta do bacharelado em Geografia se justifica, primeiramente, pelas escassas possibilidades de realização desse curso no estado do Rio Grande do Sul, especialmente na mesorregião noroeste do Estado, onde não há ofertas, tanto em universidades públicas como privadas. Pesquisas realizadas na plataforma do E-mec, em 2019, demonstraram a presença de apenas 15 universidades públicas na Região Sul, distribuídas pelo estado do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que ofertam cursos de bacharelado em Geografia.

Em realidade, existem ofertas de cursos de bacharelado em Geografia somente nas universidades existentes na Região Metropolitana de Porto Alegre (UFRGS), na região central (UFSM) e no sul do Estado (UFPEL e FURG). No estado de Santa Catarina, há oferta de cursos de Geografia, na modalidade bacharelado, apenas em Florianópolis, nas instituições UDESC e UFSC. No estado do Paraná, embora haja nove Instituições de Ensino Superior públicas que ofertem o bacharelado em Geografia (UFPR, UNESPAR, UNILA, UEPG, UNICENTRO, UEL, UEM, UFPR, UNIOESTE),



em toda mesorregião da “Fronteira Sul”, somente no estado do Paraná, na UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão, há disponível o bacharelado em Geografia. Portanto, futuros discentes em um bacharelado, precisariam se deslocar aproximadamente 265 km até o município mais próximo de Erechim (ver mapa 1).

Região Sul: bacharelado em Geografia em universidades públicas (2019)



Complementarmente, dada à implantação, desde 2010, do Curso de Geografia-Licenciatura na UFFS, as infraestruturas, os materiais didáticos e bibliográficos, laboratórios e recursos utilizados no ensino, na pesquisa e na extensão terão uso conjunto com a licenciatura e, também, com outros cursos de bacharelado do campus, tais como a Engenharia Ambiental, a Agronomia e a Arquitetura e Urbanismo e outros que vierem a ser ofertados. O corpo docente e técnico administrativo e de laboratórios, já existente do Curso de Geografia-Licenciatura, será integrado ao novo curso. A criação do bacharelado em Geografia contribuirá para aumentar as atuais taxas de ocupação em componentes curriculares (CCRs) e a relação entre professor aluno nos



curso já existentes, além de configurar-se como o primeiro bacharelado noturno do Campus Erechim.

Importante destacar que a proposta aborda um novo curso de graduação no campus, no entanto, para a implementação do bacharelado em Geografia sua grade aproveitará os CCRs do domínio específico do curso de licenciatura, exceto as disciplinas específicas de orientações didático-pedagógicas, as quais serão substituídas por outras com ênfase direta à profissionalização do Bacharel egresso. Dessa maneira, as matrizes curriculares estarão articuladas horizontal e verticalmente, porém, com diferenciações necessárias e previstas de acordo com as habilitações. Essa estrutura possibilitará que os acadêmicos cursem concomitantemente as disciplinas do Domínio Comum e vários componentes curriculares específicos que serão comuns aos dois cursos (Licenciatura e Bacharelado). Assim, no caso de desejarem ter a formação em ambas ênfases profissionais, poderão vir a obtê-la com pouco tempo complementar, mediante reingresso e aproveitamento dos CCR's já cursados, fato que é compreendido como um atrativo para o campus e, conseqüentemente, para a Universidade.

Anualmente, haverá uma entrada com 35 vagas para o curso de Geografia - Licenciatura e outra com 25 vagas para o curso de Geografia - Bacharelado. Os discentes da licenciatura e do bacharelado em Geografia cursarão conjuntamente os componentes curriculares do domínio comum e a maioria dos CCR's obrigatórios oferecidos pela Licenciatura.

O campo de atuação do Bacharel em Geografia encontra um mercado de trabalho exigente e com demanda crescente, no sentido de buscar profissionais qualificados, críticos e com capacidade de interação com profissionais de outras áreas. Desta forma, destacamos as dimensões que se abrem a partir do próprio saber geográfico, notadamente no sentido do exercício da crítica, da convivência com as diversidades, da expressão livre e criativa, do trabalho coletivo e dialogado, do estímulo às descobertas e às reflexões como condições indispensáveis à formação desse profissional. Aspectos teórico-metodológicos e técnicos, próprios da Geografia, também se ressignificam constantemente, transformando o tradicional caráter descritivo e empirista em uma atuação mais ampla, no campo das inter-relações entre a sociedade e a natureza. Assim, a formação do profissional de Geografia exige um aprofundamento da compreensão e definição de suas categorias e conceitos, como o espaço geográfico, o ambiente, o território, a paisagem, a região, as redes, o lugar e a escala, para um



entendimento das relações entre a sociedade, o espaço e a natureza, ensejando a atuação em situações relevantes, tais como mapeamentos, levantamentos de dados de campo, planejamento (territorial, ambiental, urbano, rural e regional), estudos de impacto ambiental, gerenciamento de diferentes ecossistemas, entre outras atribuições legais e profissionais.

4.1 Demanda e oferta:

No que tange a oferta, destaca-se o restrito oferecimento de curso de bacharelado em Geografia à sociedade, como mencionado anteriormente. Do ponto de vista da demanda, destaca-se, inicialmente, a reduzida presença de profissionais com atribuições e competências do Geógrafo na região de influência da UFFS, em decorrência da reduzida oferta desse curso no estado. Cabe ressaltar que, pelas atuais legislações, há uma recomendação de que as prefeituras municipais tenham Bacharéis em Geografia atuando em secretarias, principalmente no planejamento urbano, secretarias de meio ambiente, secretarias de habitação, entre outras. Acredita-se que essa normativa não é cumprida dada a carência de profissionais disponíveis. Tais profissionais poderiam contribuir, de forma imediata, suprimindo demandas reprimidas para o atendimento de exigências do planejamento (formulação de planos diretores), ambientais (elaboração de licenciamento e monitoramento ambiental) e para implementação de políticas públicas territoriais (como por exemplo, PNAPO, PNAS, PAA, PNAE), tanto nas esferas de governo como também na sociedade civil organizada (movimentos sociais, associações, cooperativas, ONG's, empresas de consultoria etc.). Por fim, destaca-se que a efetivação de um mercado de trabalho para os futuros bacharéis se dará a partir do estágio supervisionado, onde haverá possibilidade dos futuros profissionais demonstrarem à comunidade suas atribuições e competências profissionais, abrindo, assim, novos nichos de mercado.

4.2 Importância do curso para o adensamento de área de conhecimento já existente no campus:

Destacamos a pertinência do Curso de Bacharelado em Geografia, por vir a



fortalecer o curso já existente (Geografia - Licenciatura), uma vez que possibilitará uma formação complementar, em outra habilitação profissional, em concomitância parcial com a licenciatura. Este duplo movimento, de coexistência, ao ser ofertado paralelamente à licenciatura, ao possibilitar uma segunda formação profissional aos egressos, tende a qualificar e solidificar a área da Ciência Geográfica na UFFS – Campus Erechim.

A efetivação do Bacharelado em Geografia, nesse sentido, constitui-se como uma forma de adensamento, tanto na dimensão do ensino, como da pesquisa e da extensão, além de subsidiar e fomentar a pós-graduação em Geografia (Lato e Stricto Sensu).

Ao mesmo tempo, juntamente aos Cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental e Agronomia, poderão ser estreitadas as interfaces no campo disciplinar (CCRs comuns) e formativo (na pesquisa, na extensão e nas relações com a comunidade regional). O Curso de Geografia – Bacharelado, poderá ter uma forte ênfase em componentes curriculares específicas, a exemplo da área das Geociências (Geologia, Geomorfologia, Hidrografia); das aplicadas (planejamento territorial, urbano, rural, regional); das tecnológicas (cartografias, sensoriamento remoto, SIGs e geoprocessamento) que poderiam consubstanciar um campo conjunto de atuação nos cursos em que são oferecidos esses CCRs.

A Geografia, por seu caráter plural e essencialmente interdisciplinar, dialoga com o conhecimento das grandes áreas das Ciências Exatas e da Terra (Área de Geociências, subáreas de Geografia Física, Geodésia e Meteorologia), Ciências Sociais Aplicadas (Áreas de Planejamento Urbano e Regional e de Demografia) e Ciências Humanas (Área de Geografia, subáreas de Geografia Humana e Geografia Regional), e isto faz com que possa contribuir para o adensamento destas diversas áreas, também presentes em outros cursos de graduação e pós-graduação do Campus Erechim.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais)

5.1 Referenciais ético-políticos

Respalado e consonante com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Curso de graduação em Geografia– Bacharelado da UFFS, campus Erechim, desenvolve suas atividades visando à consolidação do ensino superior na área de abrangência da UFFS, buscando diálogos formativos com a comunidade regional e com as demandas desta mesma comunidade no que tange aos processos geográficos, buscando a coesão interna entre os domínios formativos componentes de sua matriz curricular, bem como a interação com entes externos ao curso, a exemplo de outras instituições de ensino e/ou pesquisa, e entidades representantes da sociedade civil organizada, visando a consolidação de redes colaborativas de produção e difusão do conhecimento geográfico enquanto campo de pesquisa, de extensão, de atividades culturais.

Para tanto, o curso concebe as atividades desenvolvidas como atividades conscientemente deliberadas e embasadas desde princípios epistemológicos, didáticos e pedagógicos que reverberem na interação dialógica entre docentes e discentes e destes com os objetos do conhecimento, componentes do rol de conhecimentos, habilidades e reflexões pertinentes à formação do bacharel em Geografia e da sua consequente prática profissional.

Neste contexto, entende-se a formação do bacharel em Geografia como prática histórico-social, espacial e temporalmente situada e que, portanto, encontra na ideia de práxis geográfica a síntese do seu processo formativo. Resultante deste processo formativo espera-se um bacharel em Geografia detentor de capacidades de leitura geográfica do mundo que atue no sentido de compreender e elaborar ações de transformações de situações-problema de cunho territorial e ambiental, bem como em outras funções que os seus conhecimentos possibilitem, de forma a garantir a democratização da sociedade e do conhecimento, pautados em princípios éticos e políticos convergentes aos direitos humanos e com os marcos legais que regulamentam a sua profissão.

Para a consecução desses referenciais, o curso de Geografia - Bacharelado,



pauta as suas atividades com base nos seguintes princípios:

- Engajamento com a democratização do acesso e da permanência estudantil respaldados na democratização da construção e acesso ao conhecimento;
- Empenho na construção do conhecimento geográfico, com a multiculturalidade brasileira e com a democracia cidadã, tomando o conhecimento a partir de suas dimensões históricas, ético-políticas e sociais com vistas à formação integral dos sujeitos;
- Compromisso com a integralidade da formação humana, a partir de uma perspectiva ética com a vida, respeitando a alteridade, a pluralidade de ambientes formativos e de interação profissional;
- Empenho com a iniciação nos processos investigativos e/ou na iniciação científica de todos os estudantes;
- Responsabilidade com a qualificação e atuação propositiva na busca de soluções relativas às questões geográficas em diferentes contextos sociais e ambientais;
- Envolvimento permanente com os fundamentos teóricos e metodológicos da Ciência Geográfica;

Neste íterim, a partir da articulação dos princípios arrolados, espera-se a formação de sujeitos cientificamente embasados, socialmente comprometidos e profissionalmente capazes de operar a partir das bases científicas e ético-políticas nos diferentes tempos e espaços nos quais os seus conhecimentos profissionais sejam requeridos.

5.2 Referenciais Epistemológicos

A Geografia é uma ciência que transita nas conexões entre os eventos naturais e os eventos sociais (SANTOS, 1996). Isto significa que este campo do conhecimento é caracterizado por amplas possibilidades analíticas para o entendimento das dinâmicas da natureza e suas relações com as sociedades no decorrer do tempo e em diversas escalas espaciais de fenômenos locais, regionais e globais.

Em função da complexidade dos fatos abordados pela Geografia, compreende-se que definir-lhe um objeto de estudo não é uma tarefa simples. Desde a sua sistematização acadêmica, no século XIX, muitas concepções foram apresentadas (MORAES, 2007) para conferir-lhe o estatuto de ciência, por meio da definição de um



objeto próprio. Desse modo, se referenciou a Geografia como o estudo da superfície terrestre, da paisagem, da singularidade dos lugares, da diferenciação de áreas e, mais recentemente, como entendimento da produção do espaço.

Na atual Alemanha e na França, a Geografia Tradicional tomou corpo durante todo o século XIX, enquanto os conflitos franco-prussianos, por território e recursos, davam a tônica de um tipo de conhecimento cuja eficiência era demarcada por usos estratégicos a fim de expandir fronteiras e garantir a permanência de domínios unificados. Desta forma, a Geografia estabeleceu suas bases científicas no contexto de forças produtivas em que os temas centrais do domínio e organização do espaço, apropriação do território, variação das características regionais, uso dos recursos naturais e nacionalismos constituíram-na como campo de pesquisa.

O legado desse período é a dimensão metodológica pautada na observação e descrição das conexões e causalidades da natureza e das atividades humanas em diversos segmentos da superfície terrestre. De cunho naturalista, a obra de Alexander von Humboldt é referência base para o que seria, durante o século XIX e reminiscências no século XX, consolidado como uma postura metodológica do geógrafo pesquisador das dinâmicas da natureza: o entendimento destas entre o substrato geológico/geomorfológico com as interações climáticas, fitofisionômicas, fitossociológicas, faunísticas e as relações dos fenômenos naturais, e suas extensões escalares, com fatores de interferência como a continentalidade, a maritimidade, altitude e latitude.

Quanto às atividades humanas, o estudo das particularidades dos lugares, orientado pela perspectiva antropocêntrica, ofereceu as bases para uma geografia comparada que, junto com a perspectiva naturalista, mais tarde serviria de apoio aos estudos regionais. Expressões de referenciais em Geografia Humana como Carl Ritter, contemporâneo de Humboldt, e La Blache, que foi o propulsor da Escola Francesa de geografia na segunda metade do século XIX, ambos com formações também na história, ofereceram princípios para a pesquisa das dinâmicas populacionais e das características econômicas, políticas e culturais das sociedades.

A Geografia ganhou robustez científica em um contexto no qual era preciso conhecer, catalogar e explorar as matérias-primas tornadas recursos à produção econômica. Nesse sentido, as grandes caravanas que saíam em busca dos “novos mundos”, desde o continente europeu para as Américas, África, Ásia e Oceania, tinham



grande apoio dos governos e empresas. Assim, o trabalho de campo se tornou um procedimento metodológico dos mais importantes para esta ciência, tendo sua relevância arrefecida apenas durante o período marcado pelo início do movimento neopositivista e de produção geográfica pautada na modelização matemática informacional.

Com o fim da Segunda Guerra e a reconstrução dos países diretamente afetados pelos conflitos, a tônica dos governos nacionais esteve no planejamento para reordenar as dinâmicas econômicas e normalizar a vida social. Os Estados Unidos emergiram como nova potência política em amplo sentido: bélica, devido ao poderio armamentístico econômica, em função do financiamento da reconstrução dos países europeus afetados pela guerra; cultural, em função do modo de vida americano aclamado como exemplo de sucesso pessoal e empresarial em um “país de oportunidades”.

O planejamento se tornou algo de primeira importância para alcançar o desenvolvimento e a Geografia se tornou uma ciência pautada em modelos, em parâmetros de compreensão da realidade e na ação objetiva que os resultados de suas pesquisas poderiam orientar entre os órgãos planejadores na gestão pública. Se antes, a Geografia serviu para “fazer a Guerra” (LACOSTE, 2008 [1979]), enquanto conhecimento profundo dos territórios estratégicos e suas potencialidades, nesse momento ela passou a fazer o reordenamento do que foi danificado. Como o movimento das mudanças científicas acompanha o movimento das forças produtivas, essa investida no planejamento territorial se tornou uma prática comum, inclusive na geografia brasileira.

O paradigma sistêmico foi basilar para a elaboração dos modelos explicativos. Em um primeiro momento, a influência da visão ecológica, sob o prisma da leitura ecossistêmica, serviu como referencial dos estudos ambientais com os modelos da estrutura e funcionamento da natureza biótica e abiótica do planeta. Nesse ramo, a Geoecologia de Carl Troll, os estudos geossistêmicos de Victor Sotchava e Georges Bertrand conformariam bases teórico-metodológicas para estudos naturalistas e dos impactos da antropização nos meios naturais.

Em contrapartida, após a década de 1960, o materialismo histórico-dialético foi incorporado à perspectiva da geografia humana e o entendimento da sociedade passou a se pautar no radicalismo crítico das relações sociais que geravam o desemprego, a



exploração de trabalhadores, o analfabetismo, a fome, enfim, a miséria humana. Esse pode ser considerado um momento de revisão da própria epistemologia geográfica, que revelava a necessidade de engajamento de pesquisadores, professores e estudantes com o intuito de mostrar que Hiroshima e Nagasaki não representaram o fim da guerra, ao contrário, o início de novos conflitos – inclusive, a começar dentro das próprias nações cujo planejamento estatal não era capaz de amortecer os conflitos motivados por desigualdades econômicas ou não continha a crescente onda de impactos ambientais relacionados à expansão industrial e à urbanização.

Nesse mesmo movimento de virada epistemológica, a fenomenologia influenciou trabalhos no âmbito da geografia humana, abrindo um horizonte de pesquisa para questões culturais e perspectivas interpretativas que não estavam mais necessariamente preocupadas em estabelecer leis gerais de explicação do mundo, mas sim, com as diferentes formas em que o mundo era interpretado pelas pessoas. De certa maneira, esta corrente, que ficou conhecida como geografia humanística, contribuiu e continua contribuindo para a compreensão de que o mundo fervilha de complexidades relacionadas aos modos de existir no espaço geográfico: a contemporaneidade é o cenário dos conflitos de base identitária/cultural, de geografias múltiplas, que são construídas no cotidiano de pessoas que procuram superar as imposições dos preconceitos de gênero, étnicos e religiosos.

Em síntese, parte-se do fato de que o conhecimento geográfico possibilita compreender as dinâmicas entre natureza e sociedade e o modo como estas dinâmicas se especializam. A Geografia é uma ciência de interface, cujas preocupações de pesquisa sempre giraram em torno das transformações da natureza pela sociedade e das transformações da própria sociedade, de acordo com sistemas políticos, econômicos e culturais que evoluem ao longo da história. Esta ciência tem como principal característica oferecer o conhecimento do mundo em que vivemos e reconhecer as diferentes interpretações desse mundo a partir de diversificados modos de existir no espaço geográfico.

O Bacharelado em Geografia tem seu referencial metodológico apoiado na aglutinação das variadas perspectivas de entendimento da realidade, que foram construídas desde a sistematização da Geografia Moderna. O papel dos geógrafos é múltiplo desde as origens desta disciplina. Na atualidade, retoma-se a sua importância enquanto profissional capaz de compreender os fenômenos de modo integrador e, assim,



atuar em diferentes setores da sociedade.

O entendimento das relações campo-cidade, das dinâmicas rurais e urbanas, dos fluxos econômicos, da organização espacial das atividades produtivas e da moradia, por exemplo, demanda compreender os variados papéis das cidades e espaços rurais em redes de comunicação e trocas comerciais em escalas locais, regionais e globais cuja visão de conjunto é profundamente desenvolvida por profissionais geógrafos. A ação de planejar o funcionamento e a eficiência da cidade, da indústria e da produção agrícola, no sentido de garantir a qualidade de vida das pessoas, a economia de recursos, a inclusão social e a sustentabilidade será mais bem qualificada com processos de gestão que estejam efetivamente atentos à globalidade das relações que determinam a consolidação dos lugares, territórios e regiões em sentido político, econômico, cultural e ambiental.

À dimensão naturalista da formação do bacharel se associa a ampla gama de leituras dos fenômenos geocológicos na interação entre terra, água, atmosfera e biosfera. O aprofundamento nos estudos de geologia/geomorfologia, hidrogeografia, climatologia e biogeografia são extremamente pertinentes ao entendimento da transformação das fontes naturais em recursos econômicos e os seus desdobramentos nas próprias dinâmicas sociais. Não há como prospectar bons cenários de usos dos recursos sem considerar as temporalidades da natureza em contraposição às temporalidades das técnicas da produção, distribuição e consumo de mercadorias. Ademais, é preciso considerar que o advento técnico da produção industrial cria novas situações de riscos (BECK, 1998; VEYRET, 2007), tanto no que diz respeito ao impacto da poluição e degradação dos recursos quanto no que diz respeito à integridade da saúde física e psicológica dos seres humanos.

Hoje em dia, as frentes de atuação do Bacharel em Geografia são objetivas: planejamento territorial, planejamento ambiental, secretarias municipais (turismo, saúde, educação), estudos e relatórios de impactos ambientais, gestão de unidades de conservação, gestão de recursos hídricos, educação ambiental, políticas públicas de combate às desigualdades socioeconômicas. Seja nas instituições públicas ou na iniciativa privada, as competências do geógrafo permitem abarcar inúmeras atividades que potencializem o desenvolvimento territorial com enfoque nas pessoas e no bom uso dos recursos naturais. O conjunto de todas as bases epistemológicas próprias da ciência geográfica permite construir o campo de atuação do bacharel direcionado para tal



horizonte de possibilidades profissionais.

5.3 Metodológicos

Entende-se a Geografia como uma ciência que descreve, explica, demonstra criticamente as interações entre sociedade e dinâmicas naturais, as próprias relações sociais e como se materializam no espaço geográfico, além de propor soluções aos conflitos que emergem dessas relações. Ao encontro dessa perspectiva, nas últimas décadas, a Geografia vem experimentando avanços significativos na incorporação de novas tecnologias no âmbito do geoprocessamento e sensoriamento remoto, na ampliação de seu campo teórico e metodológico e nas pesquisas aplicadas.

Esses avanços requerem transformações na formação do geógrafo e na sua atuação como agente de intervenção nas dinâmicas socioespaciais pelas vias científicas, ético-políticas e culturais. Pressupõe que, além do conteúdo teórico em si, fundamental para a reflexão constante sobre os rumos da ciência, o curso de bacharelado deve primar também pelo conhecimento aplicado. Os componentes curriculares serão oferecidos de modo a considerar situações de aprendizagens nas quais os discentes se envolvam diretamente com setores da sociedade que os desafiem criativamente para solução de problemas que afetam o cotidiano da cidade e do campo em múltiplas escalas.

A poluição do ar, das águas e das terras por rejeitos químicos, o crescimento desordenado das cidades, os impactos das atividades extrativistas, os gargalos dos sistemas de transportes, desmatamento, mudanças climáticas e a existência de bolsões de pobreza e fome no mundo subdesenvolvido, com suas áreas de moradias precárias e situações violentas, todas essas manifestações da sociedade - que se constituem por meio de estratégias de crescimento econômico desigualmente distribuído entre os países e as regiões - são vistas como alvos para atuação prática do geógrafo, que não apenas demonstrará suas razões de existência, mas, principalmente, agirá no sentido de dissolvê-las.

As complexas interações dos fenômenos, entre diferentes escalas de abordagem, exigem que a Geografia e seus profissionais procurem caminhos metodológicos que lhes possibilitem acurácia na interpretação de informações geoespaciais, tanto pela dimensão do mapeamento enquanto espacialização dos processos estudados, como pela produção de bancos de dados que demonstrem as



dinâmicas populacionais e suas especificidades econômicas nos mais variados territórios.

A estrutura curricular do curso privilegia uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão (enquanto prática profissional), primando pela formação do bacharel com perfil de pesquisador aplicado a partir do diálogo interdisciplinar, presente nos distintos componentes curriculares, fases do curso e estratégias didático-pedagógicas, numa atividade docente cientificamente embasada, tecnicamente competente e comprometida com a educação e a ciência.

Nesse sentido, as estratégias de aprendizado devem priorizar a construção de uma ambiência de conhecimentos teóricos diretamente relacionados com as possibilidades de aplicação prática por parte do futuro geógrafo bacharel. As componentes curriculares voltadas ao mapeamento, planejamento, empreendedorismo e estágio supervisionado permitirão ligar as teorias em sala de aula às práticas sociais com a finalidade de se compreender e vivenciar um rol de experiências em diversas dimensões do urbano e do rural, como práticas de planejamento territorial, espacialização de informações geográficas e elaboração/interpretação de produtos cartográficos que auxiliem na identificação de problemas e potencialidades dos lugares e territórios, em Erechim, no estado do Rio Grande do Sul, em escala nacional ou até mesmo internacional - a depender das possíveis parcerias a serem construídas pelo curso.

Por meio das orientações dos docentes, tanto em sala de aula quanto por meio das atividades de pesquisa e extensão, o enfoque será direcionado aos discentes para que eles possam trilhar percursos formativos com a maior autonomia possível em consonância com a proposta teórico-prática do curso, na plena integração entre os domínios específico, comum e conexo. O Bacharelado em Geografia tem a potencialidade de oferecer o entendimento crítico das relações sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas que determinam as atuais redes urbanas, as cadeias produtivas, os circuitos econômicos, as ramificações e potenciais da telecomunicação, o setor de transporte e os fluxos de pessoas, mercadorias e informações. O olhar crítico do geógrafo bacharel, associado com suas capacidades de elaborar o planejamento do território de maneira atenta às várias processualidades urbano-rurais, sociais-naturais, econômico-ecológicas, políticas, culturais e tecnológicas, que definem a essência do



espaço geográfico, pode colaborar para práticas inovadoras na relação entre as cidades, as áreas rurais, seus moradores, seus modos de vida e as práticas sustentáveis.

5.4 Referenciais Legais e Institucionais

O presente curso visa preparar os futuros profissionais para situações de adaptação e atualização frente a novos desafios e conjunturas, decorrentes da dinâmica de uma sociedade em transformação - dita “sociedade do conhecimento” - onde as novas tecnologias têm um papel de destaque.

Nos últimos anos, profundas mudanças nas concepções do ensino ocorreram no País. Como peça fundamental destas mudanças, está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – que estabeleceu em seu artigo 43 a finalidade do ensino superior:

I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II. Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, deste modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que ele vive.

IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer uma relação de reciprocidade;

VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Essa nova concepção de ensino, expressa na LDB, resultou na elaboração do



Plano Nacional de Educação - Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e consequentemente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino. Desta forma, o Curso de Bacharelado em Geografia da UFFS, orienta-se pela LDB, pelo PNE e pelas DCNs para a Geografia, apresentada a seguir:

Ancorado no regramento prescrito pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Geografia, (RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 14 de março de 2002) este projeto pedagógico assume a perspectiva de formar sujeitos críticos capazes de

Compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia. Dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico (Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001).

A Resolução Nº 14 de 13 de março de 2002, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES), em ajuste ao Parecer n. 1.363, de 12 de dezembro de 2001 e o Parecer n. 492, 03 de abril de 2001, que trata de aspectos necessários acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Geografia, no que compete o perfil do formando, competências e habilidades, a estrutura do curso, conteúdos curriculares (básicos, complementares e respectivos núcleos), estágios, atividades complementares e as formas de avaliação.

Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007, com fulcro no Parecer CNE/CES nº 8/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Além das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Curso de Bacharel em Geografia cumpre os requisitos necessários para o exercício da profissão, estabelecidos pelos conselhos federais e regionais, sendo expressos nas seguintes leis:

Lei Federal 6.664 de 26 de junho 1979 e pelo Decreto 85.138 de 15 de setembro de 1980, e fica assim vinculada, registrada e fiscalizada pelo Sistema CONFEA/CREA's que estão expressas na Resolução 1.010/2005 Anexo I e II (inseridos posteriormente), que regula o exercício da profissão Geógrafo, e dá outras providências;

Resolução CONFEA nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema



CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

O Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS está disposto na Resolução RESOLUÇÃO Nº 13/2013 – CONSUNI/CGRAD. Tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos docentes da UFFS e de articulação para a formação docente. Foi criado para: 1) constituir um espaço de apoio pedagógico, 2) oferecer formação continuada aos docentes, 3) construir diagnósticos acerca do perfil do ensino da UFFS, 4) promover o conhecimento da natureza e da especificidade da UFFS, 5) possibilitar os docentes se apropriarem dos projetos dos cursos e de planejamento das atividades de ensino buscando conferir sentido acadêmico e social ao processo de ensino e aprendizagem.

Quanto a Resolução Nº 3, de 2 de julho de 2007 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula é mencionado no Art. 1º que a hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior. Entendendo-se por hora-aula a unidade de tempo de 50 minutos dedicada ao exercício efetivo de aulas teóricas, práticas, de laboratório e de campo, conforme disposto na Portaria MEC nº 475/1987, Art. 1º, inciso III, “d”;

Âmbito nacional:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de



abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Lei nº 11.465, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante. Vale dizer que há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior** e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 – possibilita às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 - dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.



Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Âmbito institucional:

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, por meio da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 01/2011 – CONSUNI/CGRAD – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.

Resolução nº 11/2012 – CONSUNI - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 13/2013/CGRAD – institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS, sendo que o Núcleo de Apoio Pedagógico está vinculado à Coordenação Acadêmica através da Diretoria de Organização Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos professores da UFFS e de articulação para a formação docente.

Resolução nº 32/2013/CONSUNI – institui em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil, o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos – PROHAITI, com o objetivo de contribuir para integrar os imigrantes haitianos à sociedade local e nacional, por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS, e qualificar profissionais que, ao retornar, possam contribuir com o desenvolvimento do Haiti.

Resolução nº 33/2013/CONSUNI – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.



Resolução nº 004/2014 – CONSUNI/CGRAD – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

Resolução nº 005/2014 – CONSUNI/CGRAD – versa sobre a possibilidade de oferta de componentes curriculares no formato semipresencial nos cursos de graduação presenciais da UFFS, desde que previamente descrito e fundamentado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Resolução nº 008/2014 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta os procedimentos para a validação de componente curricular nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.

Resolução nº 004/2015 – CONSUNI – estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 6/2015/CGRAD – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 10/2017 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.

Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/CGAE - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

5.5 Específicas do curso de Geografia – Bacharelado

Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, **Arquivologia e Museologia**

Parecer CNE/CES nº 1363, de 12 de dezembro de 2001 - Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos



Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia.

Resolução CONFEA Nº 1.073 DE 19/04/2016 - Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissional aos profissionais registrados no Sistema CONFEA/CREA para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia.

Decreto 85.138 de 15 de setembro de 1980 - Regulamenta a Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo, e dá outras providências.



6 OBJETIVOS DO CURSO

Em consonância com o PPI da Universidade Federal da Fronteira Sul, o curso de Geografia - Bacharelado busca uma aprendizagem que garanta os princípios da articulação da práxis, entre ensino, pesquisa e extensão.

Desse modo, o curso de bacharelado habilitará profissionais capazes de entender e compreender a atual dinâmica das transformações no mundo e suas influências no cenário nacional, regional e local. A análise dos impactos do avanço científico-tecnológico origina complexas interações entre o local e o global, afetando profundamente o cotidiano das pessoas. A partir dos princípios, métodos e técnicas geográficas, os profissionais poderão atuar na elaboração de diagnósticos e prognósticos relacionados ao planejamento territorial e ambiental, bem como na elaboração de propostas para minimizar os desequilíbrios socioeconômicos, com base na utilização de múltiplas linguagens, tecnologias e metodologias.

Dentro desta perspectiva apontamos o objetivo geral e os objetivos específicos do curso:

6.1 Objetivo Geral:

Promover a formação de profissionais capacitados para atuarem como bacharéis com perfil investigativo e sensíveis às questões da sociedade atual, contribuindo criticamente para a análise da dinâmica territorial e ambiental, abarcando tanto os aspectos físicos como sociais.

6.2 Objetivos específicos:

- a) Estimular o desenvolvimento do pensar crítico e de atitudes proativas;
- b) Formar profissionais para atuar em estudos socioeconômicos e ambientais voltados para gestão, planejamento, desenvolvimento e aproveitamento de recursos naturais;
- c) Preparar o futuro profissional para analisar as múltiplas dimensões da relação sociedade e natureza na organização e produção do espaço, nas distintas escalas geográficas;
- d) Promover a formação sociocultural e política dos acadêmicos, fomentando



sua postura ético-profissional e responsabilidade social;

e) Fomentar o debate sobre o contexto contemporâneo tendo como horizonte a construção de um sujeito criativo, propositivo, solidário e sensível às causas sociais identificadas com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

f) Propiciar aos acadêmicos, oportunidades de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão na busca de sua qualificação individual e profissional;

g) Disponibilizar aos graduandos um referencial teórico-metodológico e instrumental que lhes garantam condições de obter uma base sólida no campo da Geografia e aplicá-la no âmbito da pesquisa e extensão;

h) Oportunizar reflexões teórico-práticas acerca da inserção do conhecimento geográfico.

i) Oferecer técnicas de representação e interpretação geográficas da realidade;

j) Apresentar e discutir as distintas categorias analíticas da ciência, como o espaço geográfico, o ambiente, o território, a paisagem, a região, as redes, o lugar e a escala;

l) Proporcionar aprendizagens para elaboração de relatórios técnicos e de pesquisa para o pleno exercício profissional;

m) Garantir a formação de profissionais capazes de atuar, de forma qualificada, como agentes proativos em instituições públicas, em empresas privadas e organizações sociais, nas áreas de planejamento, na gestão e ordenamento territorial, ambiental, urbano, agrário e regional e ainda nas áreas de cartografia, sensoriamento remoto e geoprocessamento, além da educação ambiental.



7 PERFIL DO EGRESSO

O geógrafo possui um conjunto significativo de atribuições profissionais que ganham força e inserção em meio à contemporaneidade. As atribuições profissionais do Bacharel em Geografia são regulamentadas pela Lei Federal 6.664 de 26 de junho 1979 e pelo Decreto 85.138 de 15 de setembro de 1980, e fica assim vinculada, registrada e fiscalizada pelo Sistema CONFEA/CREA. Cabe destaque para resolução 1.073, de 19 de abril de 2016, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação aos profissionais registrados no Sistema CONFEA/CREA para efeito de fiscalização do exercício profissional.

O egresso do curso de Geografia - Bacharelado estará habilitado a cumprir atividades técnico-científicas de pesquisa, consultorias e atuação em instituições. Constitui-se em um profissional com capacidade crítica, criativa, com formação flexível para atender demandas da sociedade e capaz de conduzir e/ou articular trabalhos em equipes multidisciplinares. O profissional deverá compreender os elementos e processos relativos à produção e uso do espaço geográfico, elaborar e desenvolver as abordagens pertinentes ao processo de investigação e sistematização do conhecimento.

O egresso terá competência para:

- a) Compreender os elementos e processos concernentes às categorias e aos conceitos da Geografia;
- b) Analisar e identificar as dinâmicas do ordenamento espacial e planejamento territorial;
- c) Desenvolver e implementar estudos diagnósticos e prognósticos que examinem e orientem a ocupação/uso do espaço;
- d) Manejar as tecnologias digitais e sistemas de representações cartográficas com vistas ao reconhecimento das dinâmicas espaciais;
- e) Reconhecer, por meio da pesquisa científica realizada em níveis *lato e stricto sensu*, a importância da formação continuada e da educação;

Desta forma, o egresso será capaz de suprir demandas provenientes de órgãos e instituições (como IBGE, Secretarias Municipais e Estaduais de Planejamento, comitês de gestão e outros), empresas privadas e organizações sociais. Atuando, nas áreas de planejamento, gestão e ordenamento territorial, ambiental, urbano, agrário e regional. Destaca-se ainda sua atuação nas áreas de cartografia, sensoriamento remoto e



geoprocessamento (como, por exemplo, mapeamento estratégico de problemáticas relacionadas à cidade, aos espaços rurais e proposição de soluções que contemplem as necessidades institucionais a que venha se vincular), como também a educação ambiental.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso de Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, é resultado de um conjunto de proposições desenvolvidas em âmbito do curso em diálogo com as normativas institucionais da UFFS e das legislações nacionais. Portanto, os componentes curriculares aqui apresentados, assim como um conjunto de outros desdobramentos dessa proposta curricular (concepção de currículo, relação com a educação básica, articulação entre pesquisa e extensão, flexibilização curricular, etc), foram estabelecidos considerando os princípios gerais da organização curricular da Universidade e em observância aos objetivos e ao perfil do egresso definidos neste documento.

A proposta formativa do curso de Geografia – Bacharelado organiza-se pedagogicamente e, por conseguinte com reverberações nas metodologias e estratégias de ensino, de modo a possibilitar a ampliação de olhares, percepções e compreensões dos seus estudantes acerca do espaço geográfico, seus processos e dinâmicas. Esta opção busca a constituição analítica de outras geografias possíveis que considerem os diferentes modos de ser, estar, perceber e compreender o mundo, permeados por instrumentais teóricos, conceituais, técnicos e tecnológicos atinentes à Geografia e às ciências que lhe são subsidiárias.

Deste modo, esta perspectiva compreende o acolhimento da diversidade e da diferença em suas múltiplas nuances e as reverberações espaciais dos diferentes modos de ser, estar, perceber, compreender e compartilhar o mundo. Portanto, a dialogicidade dos processos formativos é assumida como uma constante no fazer teórico-prático do curso, o que requer um processo formativo ético, humanista e crítico.

Esta perspectiva, ao considerar diferenças e diversidades, de sujeitos, modos de vida, territórios e territorialidades, notabiliza as plurietnicidades e multiculturalidades o que coloca em evidência o trabalho transversal e interdisciplinar acerca das histórias, geografias e culturas afro-brasileiras e indígenas, conforme preconizado, respectivamente, pelas leis 10639/2003 e 11645/2008.

Neste íterim, os processos de ensinar e aprender no âmbito do curso serão fundamentados pelo desenvolvimento de habilidades e competências que auxiliem na materialização da concepção supra-definida, contribuindo na preparação dos estudantes para o pleno exercício da cidadania através de metodologias ativas que operem na



perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e entre teoria e prática.

Considerando a íntima relação existente entre os encaminhamentos metodológicos do curso e a consecução dos objetivos a que se propõe para o alcance do perfil de egresso desejado, o curso de Geografia – Bacharelado desenvolverá suas estratégias de ensino fundamentadas:

- Na interação ativa entre teoria e prática;
- Na flexibilização curricular;
- No incentivo ao incremento formativo para além das atividades letivas;
- No movimento dialógico entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Na produção e utilização de novas técnicas e tecnologias digitais e analógicas;
- No diálogo com os diferentes segmentos sociais.

De modo geral, o Curso de Geografia – Bacharelado toma forma por meio dos seus componentes curriculares, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Atividades Curriculares Complementares (ACC), CCRs optativos e pelas aulas de caráter teórico e prático. Estas, desenvolvidas em estratégias de ensino-aprendizagem que contemplam, entre outras modalidades, aulas expositivas, estudos dirigidos, estudo de textos, ensino com pesquisa, preparação de materiais e mapas. Os encontros tomam forma por meio das estruturas físicas disponibilizadas pela UFFS, das plataformas virtuais institucionais, como o Moodle que possibilita fóruns de discussões, chats, bem como, a distribuição de materiais pedagógicos e atividades que sejam desenvolvidas nos componentes curriculares (Moodle, etc.). E ainda, um conjunto de atividades práticas para além das dependências da Universidade (trabalhos de campo).

A organização curricular proposta neste Projeto Pedagógico de Curso valoriza um conjunto de articulação que, para além de um desencadeamento de componentes curriculares, refletem concepções, intenções e estratégias na formação dos futuros geógrafos bacharéis. Desse modo, a fim de detalhar as concepções e as articulações que se pretendem nessa proposta de PPC, torna-se fundamental caracterizar os elementos basilares da organização curricular.

8.1 Articulação entre os domínios curriculares

Os cursos de graduação da UFFS possuem como diretriz da organização curricular a constituição de três grupos de conhecimentos, agrupados em diferentes



componentes curriculares: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico.

Segundo o artigo 12 do Regulamento de Graduação (Resolução nº 4/CONSUNI – Câmara de Graduação/2014),

o currículo do curso de graduação é constituído de um corpo de conhecimentos organizados em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento.

§1º Entende-se por Domínio Comum o conjunto de componentes curriculares, dos quais todos os cursos de graduação da UFFS devem adotar o mínimo 420 horas e o máximo 660 horas, com o objetivo de promover: a) a contextualização acadêmica: desenvolver habilidades e competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional; b) a formação crítico social: desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sociopolítica, econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos.

§2º Entende-se por Domínio Conexo o conjunto de componentes curriculares situados na interface entre áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada Campus.

§3º Entende-se por Domínio Específico o conjunto de componentes curriculares identificados como próprios de um determinado curso, objetivando prioritariamente a formação profissional. §4º Os respectivos domínios são princípios articuladores entre ensino, pesquisa e extensão. (p. 10)

Portanto, os componentes curriculares do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado foram estabelecidos considerando os princípios gerais da organização curricular da Universidade e de acordo com os objetivos do perfil do egresso definido neste documento.

Os saberes, temas e conteúdos do Domínio Conexo e Comum articulam-se com a formação de bacharéis em Geografia. O Domínio Comum contribui com a formação cidadã, marca dos egressos da UFFS, propiciando o desenvolvimento de profissionais comprometidos com uma postura científica e social de pensar. O Domínio Conexo contribui com a dimensão formativa para inclusão e diversidade, gestão de projetos, atuação no planejamento territorial, planejamento ambiental, análises de problemáticas em espaços urbanos e rurais.

A materialização dos três domínios no curso são descritos a seguir.



8.1.1 Componentes Curriculares do Domínio Comum

De acordo com o Art. 14 da Resolução nº 02/2017 – CONSUNI/CGAE o Domínio Comum é um processo de formação voltado para a inserção acadêmica dos discentes no contexto da universidade e da produção do conhecimento. A criação deste Domínio surge a partir do debate acerca da necessidade de equilibrar os conhecimentos dos discentes ingressantes no ensino superior, os quais provêm de uma Educação Básica com problemas/deficiências estruturais. Além disso, a função estratégica do Domínio Comum é um compromisso social implicado nesta organização curricular, o que demonstra uma posição político-institucional preocupada com a formação cidadã crítica, o que consequentemente ou concomitantemente gera um melhor desempenho acadêmico.

O Domínio Comum desenvolve: I) habilidades/competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens e II) uma compreensão crítico-social do mundo contemporâneo.

Os componentes curriculares do Domínio Comum estão divididos em dois eixos: 1) Contextualização Acadêmica e 2) Formação Crítico-Social. Abrangem conteúdos gerais que visam oferecer aos discentes um conjunto de disciplinas, cujo objetivo é desenvolver habilidades e competências instrumentais consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer profissional e despertar nos discentes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões.

Neste sentido, a UFFS organizou um conjunto de componentes curriculares como: 1) Produção Textual Acadêmica; ou 1.1) Leitura e Produção Textual I; e 1.2) Leitura e Produção Textual II; 2) Iniciação à Prática Científica; 3) Estatística Básica; 4) Matemática A; 5) Matemática B; 6) Matemática C; 7) Introdução ao Pensamento Social; 8) História da Fronteira Sul; 9) Introdução à Filosofia; 10) Direito e Cidadania; 11) Meio Ambiente, Economia e Sociedade. Segundo o art. 12 do Regulamento de Graduação (Resolução nº 4/2014 – CONSUNI/Câmara de Graduação), todos os cursos de graduação da UFFS devem adotar o mínimo de 420 horas deste Domínio.



DOMÍNIO COMUM		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA		
GEX210	Estatística básica	04
GCH290	Iniciação à prática científica	04
GLA104	Produção textual acadêmica	04
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL		
GCS239	Direitos e cidadania	04
GCH292	História da Fronteira Sul	04
GCH293	Introdução à filosofia	04
GCH291	Introdução ao pensamento social	04
Total		28

Quadro 2: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do Curso de Geografia - Bacharelado.

8.1.2 Componentes Curriculares do Domínio Conexo

O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada campus. Foi concebido como um conjunto de Componentes Curriculares organizados didaticamente com base na interdisciplinaridade. Trata-se do conjunto de componentes curriculares que se situam no espaço de interface dos cursos de formação.

Para além dos CCRs que atualmente compõem o Domínio Conexo do campus Erechim, identifica-se os componentes curriculares de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento que, como CCRs obrigatórios na matriz curricular do curso de Geografia – Bacharelado, podem ser compreendidos como mais uma possibilidade de inter-relação com os demais bacharelados do campus.

No campus Erechim, o curso de Geografia – Bacharelado se relaciona com os outros cursos nas seguintes interfaces:

- Agronomia: desenvolvimento rural, agroecologia, agrimensura e geotecnologias;
- Arquitetura e Urbanismo: geotecnologias, planejamento regional, territorial e a questão urbana e paisagística;
- Engenharia Ambiental e Sanitária: questão ambiental, evolução geossistêmica e geoprocessamento.

Abaixo, os componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo e que



são obrigatórios para todos os discentes do curso:

DOMÍNIO CONEXO		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
GCS366	Empreendedorismo	03
GCS367	Licenciamento Ambiental	03
Subtotal		06

Quadro 3: Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo do Curso de Geografia - Bacharelado.

8.1.3 Domínio Específico

Os componentes curriculares do Domínio Específico do curso atendem a definição dos conhecimentos específicos estabelecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução 02/2015 do CNE) e articula-se com o perfil de formação do egresso.

O Domínio Específico do Curso de Geografia – Bacharelado é composto por 2.085 horas distribuídas em quatro eixos formativos: 1) Geografia Humana (555h); 2) Geografia Física (585h); 3) Cartografia e Geotecnologias (240h); 4) Fundamentos da Geografia e Regionais (585h). No total de horas do Domínio Específico estão contabilizadas as CCRs optativas (120h). O quadro a seguir, expressa a relação de CCRs por eixo formativo:

DOMÍNIO ESPECÍFICO			
	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Período
	I – GEOGRAFIA HUMANA	37	
1	Geografia Econômica	05	2º
2	Geografia Regional	04	3º
3	Geografia Política	04	3º
4	Geografia Agrária	05	4º
5	Geografia Urbana	05	5º
6	Organização do Espaço Mundial	05	6º
7	Geografia Cultural	05	6º
8	Planejamento territorial	04	7º
	II – GEOGRAFIA FÍSICA	39	
9	Introdução à Astronomia	04	1º
10	Geografia Física	03	2º
11	Climatologia	04	3º
12	Geologia	05	4º
13	Educação Ambiental	04	4º
14	Geomorfologia	05	5º
15	Hidrogeografia	05	6º



<i>DOMÍNIO ESPECÍFICO</i>			
	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Período
16	Biogeografia	05	6º
17	Planejamento ambiental	04	7º
	III – CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS	16	
18	Introdução à Cartografia e Geotecnologias	03	2º
19	Cartografia Temática	05	4º
20	Sensoriamento e Interpretação de Imagem	04	5º
21	Geoprocessamento	04	6º
	IV – FUNDAMENTOS DA GEOGRAFIA E REGIONAIS	39	
22	História do Pensamento Geográfico	04	1º
23	Geografia do Brasil	04	1º
24	Epistemologia da Geografia	05	5º
25	Pesquisa em Geografia	04	7º
26	Trabalho de Conclusão de Curso	08	8º
27	Estágio profissional supervisionado	14	8º
	VI – OPTATIVAS	08	
28	Optativa I	4	4º
29	Optativa II	4	5º
Subtotal		139	

Quadro 4: Componentes curriculares que compõem o Domínio Específico do Curso de Geografia-Bacharelado

Cabe ressaltar que a matriz curricular do curso prevê 120 horas em componentes curriculares optativos. Os CCRs optativos são aqueles oferecidos pelo curso, para que os discentes tenham autonomia em decidir parte do seu percurso formativo. Essa flexibilização curricular, por meio da escolha de CCRs optativos, atende ao disposto no Parecer 492/CNE/2001. Os discentes terão que realizar, no mínimo, 120 horas em CCR optativos, conforme livre escolha, ou seja, o discente cursará um número mínimo de horas, independentemente da quantidade de CCRs e créditos designados a estes. Os CCRs optativos do curso possuem 2, 3 ou 4 créditos. Lembrando que os Tópicos Especiais poderão ser validados como CCRs optativos. Em caso dos Tópicos Especiais cursados serem de carga horária abaixo de 4 créditos, os discentes poderão solicitar a soma dos créditos para efeito de validação das optativas.

8.2 Atendimento às legislações específicas

O curso de Geografia – Bacharelado atende às legislações que incluem a Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, as relações étnico-



raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação em Direitos Humanos. Compreende-se que o rol de disciplinas que contemplam essas dimensões do processo formativo perpassa por toda grade curricular do curso.

A Geografia é uma ciência humana da natureza e uma pedagogia das relações das diferentes sociedades com seus lugares, territórios e paisagens. Assim, o estudante deste curso transita por conteúdos e metodologias que reconhecidamente abordam as dinâmicas da natureza em sua complexidade, as relações entre sociedade e meio ambiente e as relações sociais em si.

O bacharel em Geografia terá uma base formativa atenta à diversidade sociocultural e ao exercício da plena cidadania, com o reconhecimento da relevância de iniciativas que reduzam impactos e degradação ambiental, solucionem o problema das desigualdades sociais e preconceitos de toda espécie e, assim, garantam a construção de sociedades amplamente orientadas por princípios éticos.

A seguir, apontamos como esses referenciais legais serão contemplados pelo curso:

1- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

O curso de Geografia, ao longo dos ementários e conteúdos de alguns componentes curriculares de modo direto ou indireto, desenvolve as temáticas referentes a essa legislação. Os CCRs obrigatórios são: Introdução à astronomia, Geografia do Brasil, Geografia física, Climatologia, Geologia, Geomorfologia, Hidrogeografia, Biogeografia, Licenciamento Ambiental, Planejamento Ambiental e Educação Ambiental. Os CCRs optativos são: Geografia e Questão Ambiental e Avaliação de Impactos Ambientais.

2- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem



respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

O curso de Geografia, ao longo dos ementários e conteúdos de alguns componentes curriculares de modo direto ou indireto, desenvolve as temáticas referentes a essa legislação. Os CCRs são: Geografia do Brasil, Geografia Cultural, História da Fronteira Sul. O CCR optativo é: Geografia da População.

3- Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

O curso de Geografia, ao longo dos ementários e conteúdos de alguns componentes curriculares de modo direto ou indireto, desenvolve as temáticas referentes a essa legislação. Os CCRs obrigatórios são: Geografia Política e Direitos e Cidadania..

Destacamos que o objetivo principal do atendimento a estas legislações específicas é primar pelos aspectos formativos e garantir a inclusão das temáticas referidas nos instrumentos jurídicos, na educação superior, como parte de uma política de ação afirmativa, conduzida por uma postura crítica em relação à memória histórica e comprometida com a luta pela erradicação do racismo, pela inclusão social e por uma formação voltada ao reconhecimento da relação sociedade-natureza e educação ambiental.

Diante desse objetivo, para além do atendimento ao aparato legal que embasa a elaboração e execução dos PPCs dos Cursos de Graduação, a UFFS - Campus Erechim propõe assumir uma parcela dessa frente formativa, por meio de ciclos de debates, aulas públicas, exibição de filmes e documentários e palestras que serão orientadas e programadas anualmente pela Coordenação Acadêmica/Assessoria Acadêmica, em conjunto com as coordenações de Curso de Graduação e Pós-Graduação, Coordenações Adjuntas de Extensão e de Cultura, NEABI – Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas, Comissão de Acompanhamento do PIN, Comissão de Acompanhamento do PROHAITI/PROIMIGRANTE, Núcleo de Apoio Pedagógico, Centro de Referência em Direitos Humanos.

A programação anual das atividades será organizada pelo Fórum de



Coordenadores, que coletivamente definirá as temáticas a serem abordadas, bem como o formato da(s) atividade(s), executores e recursos.

Quadro 5: Legislação

Legislação	
Legislação	Componente curricular
Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a <u>incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram</u> , a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.	História da Fronteira Sul 4 créditos/obrigatório Geografia Cultural 5 créditos / obrigatório
Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.	Educação Ambiental 4 créditos/obrigatório Geografia e Questão Ambiental 4 créditos/ optativo Gestão Integrada de Resíduos Sólidos 4 créditos/optativo Geografia do Brasil 4 créditos/ obrigatório Planejamento Ambiental 4 créditos/ obrigatório
Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a <u>inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos</u> da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.	Direitos e Cidadania 4 créditos/ obrigatório Introdução ao Pensamento Social 4 créditos/ obrigatório Geografia Política 4 créditos/ obrigatório



8.3 Matriz Curricular

A matriz curricular do curso terá a seguinte estrutura:

Curso de graduação em Geografia – Bacharelado Campus Erechim						Atividades*				Total de Horas	Pré- req	
						Aulas presenciais		Estágio	Extensão			Pesquisa
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica	Prática					
1ª fase	01	ES	GCH834	História do pensamento geográfico	04	60					60	
	02	ES	GCH835	Geografia do Brasil	04	60					60	
	03	ES	GEX662	Introdução à Astronomia	04	45	15				60	
	04	CM	GLA104	Produção textual acadêmica	04	60					60	
	05	CM	GCH290	Iniciação à prática científica	04	60					60	
Subtotal					20	285	15				300	
2ª fase	06	ES	GCH1032	Geografia econômica	05	60	15				75	
	07	ES	GEX722	Introdução à cartografia e geotecnologias	03	15	30				45	
	08	ES	GEX723	Geografia física	03	30	15				45	
	09	CM	GCH292	História da Fronteira Sul	04	60					60	
	10	CM	GCH291	Introdução ao pensamento social	04	60					60	
	11	CM	GEX210	Estatística básica	04	60					60	
Subtotal					23	285	60				345	
3ª fase	12	ES	GCH1041	Geografia regional	04	60					60	
	13	ES	GCH1042	Geografia política	04	60					60	
	14	ES	GEX727	Climatologia	04	52	8					
	15	CM	GCS239	Direitos e cidadania	04	60					60	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de graduação em Geografia – Bacharelado Campus Erechim						Atividades*				Total de Horas	Pré-req	
						Aulas presenciais		Estágio	Extensão			Pesquisa
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica	Prática					
	16	CM	GCH293	Introdução à Filosofia	04	60					60	
Subtotal					20	292	8				300	
4ª fase	17	ES	GCH1044	Geografia agrária	05	60	15				75	
	18	ES	GEX728	Cartografia temática	05	60	15				75	
	19	ES	GEX729	Geologia	05	60	15				75	
	20	ES		Optativo I	04	60					60	
	21	ES	GCH1058	Educação ambiental	04	45	15				60	
Subtotal					23	285	60				345	
5ª fase	22	ES	GCH1045	Geografia urbana	05	60	15				75	
	23	ES	GCH1046	Epistemologia da geografia	05	60	15				75	
	24	ES	GEX730	Geomorfologia	05	60	15				75	
	25	ES	GEX733	Sensoriamento remoto e interpretações de imagens	04	40	20				60	
	26	ES		Optativo II	04	60					60	
Subtotal					23	280	65				345	
6ª fase	27	ES	GCH1048	Organização do espaço mundial	05	60	15				75	
	28	ES	GCH1049	Geografia cultural	05	60	15				75	
	29	ES	GEX731	Hidrogeografia	05	60	15				75	
	30	ES	GEX732	Biogeografia	05	60	15				75	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de graduação em Geografia – Bacharelado Campus Erechim						Atividades*					Total de Horas	Pré-req
						Aulas presenciais		Estágio	Extensão	Pesquisa		
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica	Prática					
	31	ES	GEX965	Geoprocessamento	04	30	30				60	
Subtotal					24	270	90				360	
7ª fase	32	ES	GCH1051	Pesquisa em geografia	04	60					60	
	33	ES	GCH1066	Planejamento territorial	04	60					60	
	34	ES	GEX741	Planejamento ambiental	04	60					60	
	35	CX	GCS367	Licenciamento ambiental	03	45					45	
	36	CX	GCS366	Empreendedorismo	03	45					45	
Subtotal					18	270					270	
8ª fase	37	ES	GCH1466	Trabalho de conclusão de curso	08	120				120	120	32
	38	ES	GCH1467	Estágio curricular supervisionado	14	15	45	120	30		210	**
Subtotal					22	135	45	160		120	330	
Subtotal Geral					173	2102	343	120	30	120	2595	
Atividades curriculares complementares					14						210	
Total Geral					187	2102	343	120	30	120	2805	

CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico

*Atividades descritas conforme previsto no Art. 14 do atual Regulamento da Graduação da UFFS;

** Ter integralizado, no mínimo, 50% da carga horária total do curso.



Rol de componentes optativos:

Curso de graduação em Geografia – Bacharelado Campus Erechim				Atividades*						Total de Horas	Pré-req
				Aulas presenciais		Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa		
Nº	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica	Prática						
39	GCB582	Avaliação de impactos ambientais	03	45						45	
40	GEX735	Climatologia II	04	60						60	
41	GCS592	Direito ambiental	02	30						30	
42	GCB583	Ecologia I	04	45	15					60	
43	GCH1059	Formação espacial brasileira	04	60						60	
44	GCH1060	Geografia agrária II	04	60						60	
45	GCH1061	Geografia da América latina	04	60						60	
46	GCH1062	Geografia da população	04	60						60	
47	GCH1063	Geografia da região Sul	04	60						60	
48	GCH1064	Geografia do turismo	04	60						60	
49	GCH623	Geografia dos solos	4	60						60	
50	GEX736	Geografia e paisagem	04	60						60	
51	GEX734	Geografia e questão ambiental	04	60						60	
52	GCH1065	Geografia urbana II	04	60						60	
53	GEX737	Geomorfologia ambiental	04	60						60	
54	GEX738	Geomorfologia fluvial	04	60						60	
55	GEX739	Geoprocessamento/SIG e diagnóstico ambiental	03	45						45	
56	GCB541	Gestão ambiental	02	30						30	
57	GCB584	Gestão de unidades de conservação	04	60						60	
58	GEX1005	Gestão integrada de resíduos sólidos	04	60						60	



Curso de graduação em Geografia – Bacharelado Campus Erechim				Atividades*						Total de Horas	Pré-req
				Aulas presenciais		Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa		
Nº	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica	Prática						
59	GLA211	Língua brasileira de sinais (Libras)	04	60						60	
60	GEX740	Paleoclimatologia	04	60						60	
61	GCH841	Projeto integrador I	04	15	45					60	
62	GCH1043	Projeto integrador II	04	15	45					60	
63	GCH1053	Projeto integrador III	04	15	45					60	
64	GEN228	Recuperação de Áreas Degradadas	03	45						45	
65	GCB585	Saúde Ambiental	02	30						30	
66	GCA456	Topografia e geodésia	05	30	45					75	
67	GCH1080	Trabalho de campo	04	45	15					60	

Rol de temáticas para oferta dos Tópicos Especiais:

Curso de graduação em Geografia – Bacharelado Campus Erechim				Atividades*						Total de Horas	Pré-req
				Aulas presenciais		Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa		
Nº	Código	Tópicos Especiais	Créditos	Teórica	Prática						
68	GCH1068	Tópicos especiais I	04	60						60	
69	GCH1069	Tópicos especiais II	02	30						30	
70	GEX742	Tópicos especiais em cartografia e geotecnologias I	04	60						60	
71	GEX743	Tópicos especiais em cartografia e geotecnologias II	04	60						60	
82	GEX744	Tópicos especiais em cartografia e geotecnologias III	02	30						30	
73	GEX745	Tópicos especiais em cartografia e geotecnologias IV	02	30						30	



Curso de graduação em Geografia – Bacharelado Campus Erechim				Atividades*						Total de Horas	Pré- req
				Aulas presenciais		Aulas não presenciais	Estágio	Extensão	Pesquisa		
Nº	Código	Tópicos Especiais	Créditos	Teórica	Prática						
74	GEX746	Tópicos especiais em geografia física I	04	60						60	
75	GEX747	Tópicos especiais em geografia física II	04	60						60	
76	GEX748	Tópicos especiais em geografia física III	04	60						60	
77	GEX749	Tópicos especiais em geografia física IV	04	60						60	
78	GEX750	Tópicos especiais em geografia física V	02	30						30	
79	GEX751	Tópicos especiais em geografia física VI	02	30						30	
80	GCH1074	Tópicos especiais em geografia humana I	04	60						60	
81	GCH1075	Tópicos especiais em geografia humana II	04	60						60	
82	GCH1076	Tópicos especiais em geografia humana III	04	60						60	
83	GCH1077	Tópicos especiais em geografia humana IV	04	60						60	
84	GCH1078	Tópicos especiais em geografia humana V	02	30						30	
85	GCH1079	Tópicos especiais em geografia humana VI	02	30	0	0	0	0	0	30	



8.4 Resumo de créditos e carga horária dos estágios, ACCs e TCC.

Resumo de créditos e Carga horária de Estágio, ACC e TCC	Créditos	Carga horária (horas)
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	8	120
Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	14	210
Atividades Curriculares Complementares (ACC)	14	210

8.5 Modalidades de componentes curriculares presentes na matriz do curso:

8.5.1 Estágios curriculares supervisionados (Normatização no ANEXO I)

O estágio é o período de exercício pré-profissional, no qual o acadêmico do Curso de Geografia – Bacharelado permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo atividades profissionalizantes, programadas ou projetadas, avaliáveis, com duração limitada, supervisionada por um profissional no campo de estágio e orientada por professor do curso.

Tem como objetivos:

I - Proporcionar ao estagiário a vivência de situações pré-profissionais nas diferentes áreas de atuação do geógrafo;

II - Preparar o estagiário para o pleno exercício profissional a partir do desenvolvimento de atividades referentes à temática/campo de estágio escolhido para o estágio;

III - Proporcionar uma oportunidade de retroalimentação aos docentes e incorporação de situações-problemas e experiências profissionais dos alunos no processo de ensino- aprendizagem, visando a permanente atualização da formação proporcionada pelo curso.

Os campos de estágio previstos são empresas públicas, privadas, autarquias, estatais, paraestatais, de economia mista e organização da sociedade civil organizada que desenvolvem atividades relacionadas às atribuições do Geógrafo.

O planejamento das atividades de estágio será efetuado em conjunto pelo estagiário, supervisor e orientador do estágio. Essas atividades compõem-se de orientação, sob a forma de reuniões, e de elaboração do plano de estágio.

A execução das atividades do estágio propriamente ditas referentes ao



exercício profissional serão atividades de pesquisa, extensão ou produção inerentes à experiência pré-profissional, de acordo com o plano de estágio proposto e aprovado pela Coordenação do Estágio. A elaboração do relatório será realizada pelo aluno sob a orientação do Professor Orientador e se constituirá na descrição de todas as atividades do estágio propriamente ditas.

8.5.2 Atividades curriculares complementares (Normatização no ANEXO II)

No presente, compreende-se por Atividades Curriculares Complementares (ACCs) as atividades de diversos tipos que permitam a aquisição e construção de conhecimentos pelo discente, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

As ACCs do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado serão realizadas ao longo do curso, compreendendo 14 créditos, com carga horária correspondente a 210 horas. As atividades realizadas pelos estudantes e devidamente certificadas serão contabilizadas em três categorias: I – Atividades Complementares em Pesquisa (registro de até 100 horas); II – Atividades Complementares em Extensão e Aprimoramento Acadêmico-Profissional (registro de até 100 horas); III – Atividades Complementares em Cultura (registro de até 100 horas). Os estudantes deverão apresentar atividades nos três eixos citados, sendo, no mínimo, ter realizado 10 horas e no máximo 100 horas em cada eixo. O regulamento em questão apresenta o detalhamento de atividades aceitas para cada eixo.

8.5.3 Trabalho de Conclusão de Curso (Normatização no ANEXO III)

Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) são considerados como a atividade curricular, didáticas e de pesquisa desenvolvidas no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso, que envolve a elaboração, a execução e a apresentação/submissão, pelo discente, de uma monografia que dialogue com o perfil do egresso, orientado por um docente do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso corresponde a uma atividade obrigatória para obtenção do título de bacharel em Geografia, organizada por meio de componente curricular de 8 créditos, com carga horária correspondente a 120 horas. A conclusão do TCC compreende desenvolvimento e defesa pública de uma monografia, a ser realizada



de forma individual. A avaliação no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso será realizada pelo docente orientador, coorientador (caso aplique-se) e por, no mínimo, outros 2 (dois) membros convidados, por meio de apresentação de trabalho do discente e arguição de texto monográfico perante a banca examinadora.

8.5.4 Trabalho de Campo (Normatização no ANEXO IV)

Os trabalhos de campo no curso de Geografia – Bacharelado são entendidos com práticas e atividades de observação, descrição e interpretação espacial de fenômenos socioambientais situados para além das dependências físicas da Universidade. Trata-se de um conjunto de atividades práticas orientadas para busca de um determinado conhecimento, realizada de maneira sistemática através da realidade empírica e pela utilização de distintas metodologias didático-pedagógicas e de técnicas de pesquisa.

Os trabalhos de campo são atividades didático-pedagógicas obrigatórias para um conjunto de CCRs do domínio específico do curso, os quais possuem especificação da atividade em suas ementas e para as quais são destinadas 15 horas práticas (1 crédito) para o desenvolvimento da atividade. Os trabalhos de campo ocorrerão no segundo, quarto, quinto e sexto período do curso.

Destaca-se a convergência entre trabalho de campo e as atividades práticas em laboratório. O trabalho de campo é uma experiência fundamental, que possibilita a aquisição de dados e informações variadas (materiais, dados primários, amostras, realizar conferências *in loco* etc.), cuja análise está relacionada à prática de laboratório. Desse modo, a proposta do curso visa integrar e complementar ambas as práticas qualificando o fazer do futuro egresso para suas atuações profissionais.

Os CCRs que contemplam trabalho de campo são: Geografia econômica, Introdução a Cartografia e Geotecnologias e Geografia física (2ª fase); Geografia agrária, Cartografia temática e Geologia (4ª fase); Geografia urbana, Epistemologia da Geografia, Geomorfologia (5ª fase); Organização do espaço mundial, Geografia cultural, Hidrogeografia e Biogeografia (6ª fase).

Os docentes dos componentes curriculares com trabalho de campo terão autonomia para sugerir roteiros, planejar as atividades nas suas dimensões logísticas e didático-pedagógicas com base nas distintas metodologias e propor as atividades avaliativas relacionadas a práticas. Contudo, compete ao Colegiado de Cursos apreciar,



definir e aprovar os trabalhos de campo referentes os componentes curriculares sob sua responsabilidade.

8.5.5 Prática pedagógica como componente curricular

O Curso de Geografia da UFFS, campus Erechim, oferta duas modalidades formativas: a Licenciatura e o Bacharelado. As Práticas Pedagógicas como Componentes Curriculares (PPCr) são atividades que, na Licenciatura, têm o objetivo de aprofundar o processo de formação de futuros professores. No caso do Bacharelado, o curso manterá esta modalidade na formação discente por se tratar de uma possibilidade de aproveitamento e fixação de conteúdos com o intuito de ampliar o horizonte de conhecimentos dos futuros bacharéis. As PPCr no curso de Geografia – Bacharelado serão ofertadas de maneira integrada com o curso de Geografia-Licenciatura na medida em que as atividades serão teórica e metodologicamente orientadas para atendimento de ambos perfis formativos.

Os conteúdos das CCRs do Domínio Específico serão explorados em sala de aula, laboratórios e trabalhos de campo a fim de gerar reflexões e práticas para que ocorra a construção de conhecimentos que possibilitem aos discentes do Bacharelado serem colaborativos com os discentes da Licenciatura e que se construam estratégias de entendimento das várias dimensões do espaço geográfico (como o fenômeno urbano, as dinâmicas agrárias, a questão ambiental, os eventos naturais) visando aplicações de conhecimentos e práticas que sejam pertinentes às duas áreas de formação. Por exemplo: enquanto o bacharel elabora um projeto de intervenção para o ordenamento territorial de pequenas, médias e/ou grandes cidades, será possível incorporar elementos teóricos e práticos desse projeto para a proposição de planos de aula relacionados à temática.

Nesse sentido, a manutenção da PPCr neste curso se apresenta como potencialidade às conexões entre ambas as áreas e maior integração de saberes necessários à formação em Geografia em sua totalidade, possibilitando processos que promovem a qualificação dos estudantes para atuarem profissionalmente de forma mais abrangente, inclusive enquanto futuros docentes, tendo em vista que o curso de Geografia do campus Erechim oferta duas habilitações profissionais.



8.6 Análise vertical e horizontal da matriz curricular

Quadro 6: Análise vertical e horizontal da matriz curricular

Análise Horizontal e Vertical da Matriz Curricular							
1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	4ª Fase	5ª Fase	6ª Fase	7ª Fase	8ª Fase
História do Pensamento Geográfico (4 cr/ 60h)	Geografia Econômica (5 cr/ 75h)	Geografia Regional (4 cr/ 60h)	Geografia Agrária (5 cr/ 75h)	Geografia Urbana (5 cr/ 75h)	Organização do Espaço Mundial (5 cr/ 75h)	Planejamento Territorial (4 cr/ 60h)	Estágio Curricular Supervisionado* (14 cr/ 210h)
Geografia do Brasil (4 cr/ 60h)	Introdução à Cartografia e Geotecnologias (3 cr/ 45h)	Geografia Política (4 cr/ 60h)	Cartografia Temática (5 cr/ 75h)	Sensoriamento e Interpretação de Imagens (4 cr/ 60h)	Geografia Cultural (5 cr/ 75h)	Pesquisa em Geografia (4 cr/ 60h)	Trabalho de Conclusão de Curso* (8 cr/ 120h)
Introdução à Astronomia (4 cr/ 60h)	Geografia Física (3 cr/ 45h)	Climatologia (4 cr/ 60h)	Geologia (5 cr/ 75h)	Geomorfologia (5 cr/ 75h)	Geoprocessamento (4 cr/ 60h)	Planejamento Ambiental (4 cr/ 60h)	
Produção Textual Acadêmica (4 cr/ 60h)	Introdução ao Pensamento Social (4 cr/ 60h)	Introdução à Filosofia (4 cr/ 60h)	Educação Ambiental (4 cr/ 60h)	Epistemologia da Geografia (5 cr/ 75h)	Biogeografia (5 cr/ 75h)	Empreendedorismo (3 cr/ 45h)	
Iniciação à Prática Científica (4 cr/ 60h)	Estatística Básica (4 cr/ 60h)	Direitos e Cidadania (4 cr/ 60h)	Optativa I (4 cr/ 60h)	Optativa II (4 cr/ 60h)	Hidrogeografia (5 cr/ 75h)	Licenciamento Ambiental (3 cr/ 45h)	
	História da Fronteira Sul (4 cr/ 60h)						
20 créditos 300 horas	23 créditos 345 horas	20 créditos 300 horas	23 créditos 345 horas	23 créditos 345 horas	24 créditos 360 horas	18 créditos 270 horas	22 créditos 330 horas
Domínio Específico - Eixos Formativos				Carga Horária do Curso (horas)			
■ Geografia Humana				Domínio Específico 1.965			
■ Geografia Física				Domínio Conexa 90			
■ Cartografias e Geotecnologias				Domínio Comum 420			
■ Fund. da Geografia e Regionais				Optativas 120			
■ Optativas				ACC 210			
				TOTAL 2.805			
				Geografia Humana 555h			
				Geografia Física 585h			
				Cartografias e Geotecnologias 240h			
				Fund. da Geografia e Regionais 585h			



8.7 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares.

8.6.1 Componentes curriculares de oferta regular e com código fixo na matriz (Domínios: Comum, Conexo, Específico)

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH834	HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO	04	60
EMENTA			
O pensamento geográfico na história do conhecimento. A gênese da Geografia Moderna. O pensamento geográfico europeu e suas influências no Brasil. Integração entre Geografia Física e Geografia Humana. Novas tendências da Geografia mundial e brasileira.			
OBJETIVO			
Compreender o processo histórico de evolução do pensamento geográfico, seus elementos estruturantes e as perspectivas futuras para a análise geográfica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MOREIRA, R. O que é Geografia? 2 ed. Rio de Janeiro: ed. Brasiliense, 2010.			
LACOSTE, Y. A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Ed. Papirus, 1988.			
MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. 21 ed. São Paulo: Hucitec, 2007.			
MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro. Vol 1. São Paulo: Contexto, 2008.			
MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro. Vol 2. São Paulo: Contexto, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
GOMES, P. C. C. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.			
MONTEIRO, C. A. F. A questão ambiental na Geografia do Brasil. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.			
PEREIRA, R. M. A. Da geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna. Florianópolis, EdUFSC, 1999.			
QUAINI, M. Marxismo e Geografia. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.			
SANTOS, M. Por uma geografia nova. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.			
VITTE, A. C. (org.) Contribuições à história e à epistemologia da Geografia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH835	GEOGRAFIA DO BRASIL	04	60
EMENTA			
Bases conceituais: formação territorial e geopolítica do Brasil; domínios morfoclimáticos brasileiros; regionalização e organização do espaço brasileiro. Grandes temas geográficos do Brasil: infraestrutura, produção e circulação; a questão energética; a questão agrária; a questão urbana, a questão ambiental; dinâmica populacional; movimentos sociais e populações tradicionais; cultura, diversidade e política. Leitura e interpretação de mapas temáticos.			
OBJETIVO			
Compreender a Geografia do Brasil analisando e problematizando os grandes temas que perpassam o espaço geográfico brasileiro.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AB'SABER, A. N. Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.			
MOREIRA, R. Sociedade e espaço geográfico no Brasil. São Paulo: Contexto, 2011.			
MOREIRA, R. Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.			
ROSS, J. L. S. (Org.) Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2000.			
SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
AB'SABER, A. N. Amazônia: do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 1996.			
ANDRADE, M. C. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.			
BECKER, B. <i>et al</i> (Orgs.). Geografia e meio ambiente no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.			
COSTA, W. M. O Estado e as Políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.			
CASTRO, I. E. <i>et al.</i> (Orgs.) Brasil: Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.			
EGLER, C. & BECKER, B. Brasil: uma nova potência regional na economia mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.			
GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.			
IBGE. Atlas Nacional do Brasil Milton Santos. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.			
OLIVEIRA, F. Elegia para uma re(li)gião. São Paulo: Boitempo, 2008.			
ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX662	INTRODUÇÃO À ASTRONOMIA	04	60
EMENTA			
Astronomia na Antiguidade. Medições de tempo, Movimento Aparente dos Astros, Movimento dos Planetas, Insolação e Estações do Ano, Fases da Lua, Sistema Solar, Gravitação e Marés. Movimento da Terra, Geodésia terrestre e Sistemas de Coordenadas. Estrelas e Galáxias: Origem e Evolução do Universo. Prática de trabalho de campo (observação astronômica).			
OBJETIVO			
Proporcionar aos discentes, via desenvolvimento conceitual, interpretativo e aplicado, uma visão geral dos fundamentos da astronomia, sua origem e evolução. .			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FRIAÇA, A. C. S.; DAL PINO, E.; SODRÉ JR., L.; JATENCO-PEREIRA, L. (orgs.). ASTRONOMIA: uma visão geral do universo . 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.			
GEMAEL, Camil. Introdução à geodésia física . Edição atual. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012. 302 p.			
OLIVEIRA FILHO, Kepler de Souza; SARAIVA, Maria de Fátima Oliveira. Astronomia e astrofísica . 2. ed. São Paulo, SP: Livraria da Física, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CANIATO, Rodolpho. O que é astronomia . 8. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.			
HORVATH, J. E. O abcd da astronomia e astrofísica . 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2008.			
OLIVEIRA FILHO, Kepler de Souza; SARAIVA, Maria de Fátima Oliveira. Astronomia e astrofísica . Livro online acessível em http://astro.if.ufrgs.br/index.html .			
PICAZZIO, Enos (org.). Introdução à Astronomia para educadores e iniciantes . Acessível em: http://astroweb.iag.usp.br/~apt/livro/OCeuQueNosEnvolve.pdf			
VANISSEVICH, Alicia; WUENSCHÉ, Carlos Alexandre; ROCHA, Jaime Fernando Villas da (Org.). Astronomia hoje . Rio de Janeiro, RJ: Instituto Ciência Hoje - ICH, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA104	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	04	60
EMENTA			
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, <i>handout</i> , seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola, 2010.			
CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994.			
MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004.			
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008.			
MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009.			
MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010.			
SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação - Resumos - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2003.			
_____. NRB 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração . Rio de Janeiro: ABNT, 2002.			
_____. NRB 10520: Informação e documentação - Citações - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2002.			
BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005.			
COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006.			
COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita . Campinas: Pontes, 2002.			
FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003.			
GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . São Paulo: Martins Fontes, 2008.			
KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997.			
_____. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009.			
_____, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: Contexto, 2009.			



MOYSÉS, Carlos A. **Língua Portuguesa**: atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2009.

PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.

SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. **Compreensão e produção de textos**. Petrópolis: Vozes, 2002.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH290	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	04	60
EMENTA			
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.			
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.			
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.			
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.			
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.			
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.			
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.			
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1032	GEOGRAFIA ECONÔMICA	05	75
EMENTA			
Conceitos básicos de Geografia Econômica. Diferentes sistemas econômicos. Análise das inter-relações entre espaço e economia: mercados, produção e fluxos econômicos. A dimensão territorial dos processos de internacionalização da economia, da reestruturação produtiva e das formas de organização do trabalho. Globalização econômica. Leitura e interpretação de mapas. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Entender a economia como elemento espacial. Compreender os efeitos territoriais das práticas econômicas. Analisar as lógicas e os fatores de distribuição das atividades econômicas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) Explorações Geográficas . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.			
HARVEY, D. A condição pós-moderna . 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.			
SANTOS, M. Por uma outra globalização . 22ª ed. São Paulo: Record, 2012.			
SANTOS, M. Economia espacial: críticas e alternativas . São Paulo: EDUSP, 2003.			
SINGER, P. Apreender Economia . 22 ed. São Paulo: Contexto, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho . São Paulo: Boitempo, 1999.			
CATANI, Afranio M.. O que é capitalismo . 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.			
CHESNAIS, F. A mundialização do Capital . São Paulo, Xamã, 1996.			
EGLER, C.; BECKER, B. Brasil: uma nova potência regional na economia mundo . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.			
HARVEY, D. O Enigma do Capital . São Paulo: Boitempo, 2012.			
MARX, K. O Capital . Rio de Janeiro: Difel, 1988.			
SANCHEZ, J-E. Espacio, economía y sociedad . Madrid: Siglo XXI, 1991. Disponível em << http://www.ub.edu/geocrit/texap-6.pdf >> acesso em 04 de setembro de 2017.			
SPOSITO, Eliseu S.; SANTOS, Leandro B. O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras . São Paulo: Expressão Popular, 2012.			
SMITH, N. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. (1)			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX722	INTRODUÇÃO À CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS	03	45
EMENTA			
História da cartografia. Escala. Sistemas de referência e Coordenadas. Projeções Cartográficas. Geotecnologias e Cartografia Digital. Estruturação de dados Geoespaciais: criação e edição de dados vetoriais e matriciais. Prática pedagógica como componente curricular. Práticas de laboratório com <i>Softwares</i> aplicados e de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Propiciar aos discentes, conhecimento básico sobre aspectos da cartografia contemporânea na perspectiva da representação computacional de dado geoespaciais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTRO, José Flávio Morais. História da Cartografia e Cartografia Sistemática . Belo Horizonte: editora PUC Minas, 2012.			
DUARTE, Paulo Araújo. Fundamentos de Cartografia . Florianópolis: editora da UFSC, 2006.			
FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica . São Paulo: Oficina de Textos, 2008.			
FRIEDMANN, Raul M. P. Fundamentos de orientação, cartografia e navegação terrestre . Curitiba: UTFPR, 2008.			
MENEZES, Paulo Márcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de Cartografia . São Paulo: Oficina de Textos, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CAMARA. G. & DAVIS. C. & MONTEIRO. A. M.V. Introdução à Ciência da Geoinformação . INPE, São José dos Campos, 2001. Disponível em: < http://mtc-2.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43/doc/publicacao.pdf > Acesso em: 02/02/2014.			
FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação . São Paulo: Oficina de Textos, 2008.			
FLORENZANO, Tereza Galloti. Imagens de satélite para estudos ambientais . São Paulo: Oficina de Textos, 2002.			
FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. A Cartografia no Ensino de Geografia: Abordagens metodológicas para o entendimento da representação . Cascavel: EDUNIOESTE, 2010.			
JOLY, Fernand. A Cartografia . 14 ed. Campinas: Papirus, 2011.			
LOCH, Ruth E. Nogueira. Cartografia: representação, comunicação e visualização . UFSC. 2006.			
MARTINELLI, Marcelo. Mapas da Geografia e Cartografia Temática . São Paulo: Contexto, 2011.			
SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. Geoprocessamento e Análise Ambiental: Aplicações . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.			
ZUQUETTE, Lázaro V.; GANDOLFI, Nilson. Cartografia Geotécnica . São Paulo: Oficina de Textos, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX723	GEOGRAFIA FÍSICA	03	45
EMENTA			
Os fundamentos teórico-metodológicos da Geografia Física. As tendências atuais dos estudos da geografia física. Introdução ao estudo dos subsistemas terrestres: hidrosfera, atmosfera, litosfera e biosfera, suas interações processuais. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Possibilitar ao discente uma compreensão dos fundamentos naturais da Geografia, os mecanismos funcionais dos sistemas terrestres em sua estreita relação com a sociedade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MENDONÇA, F. Geografia e meio ambiente . 7ªed. São Paulo: Contexto, 2004.			
MENDONÇA, F. Geografia Física: ciência humana? 8ªed. São Paulo: Contexto, 2011.			
STRAHLER, A. H.& STRAHLER, A. N. Geografia Física . Barcelona: Omega, 1997.			
TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R. & TAIOLI, F. Decifrando a Terra . 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.			
VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
AB'SABER, A. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas . 7ªed. São Paulo: Atelier de arte, 2012.			
BERTALANFFY, L. Teoria geral dos sistemas . Petrópolis: Vozes, 2008.			
CHRISTOPHERSON, R. W. Geossistemas: Uma Introdução à Geografia Física . 7ªed. Editora: BOOKMAN, 2011.			
CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de sistemas ambientais . São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 1999.			
CHRISTOFOLETTI, A. Perspectivas da Geografia . São Paulo: Difel, 1982.			
MONTEIRO, C. A. F. Geossistema: a história de uma procura . 2ªed. São Paulo: Contexto, 2001.			
ROSS, J. L. S. Geomorfologia: ambiente e Planejamento . 6ªed. São Paulo: Contexto, 2001.			
ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental . São Paulo: Oficina de Textos, 2006.			
TRICART, J. Ecodinâmica . Recursos Naturais e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: FIBGE, 1977.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH292	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	04	60
EMENTA			
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992. HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Ed. Unicamp, 1994. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002. AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v. CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004. GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil . Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) . Campinas: UNICAMP, 2004. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009. NOVAES, Adauto (Org.). Tempo e História . São Paulo: Companhia das Letras, 1992.			



- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.
- SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.
- TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.
- _____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.
- TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH291	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	04	60
EMENTA			
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005.			
LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas : das origens a Max Weber. Petrópolis: Vozes, 2005.			
LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988.			
QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.			
TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008.			
CORCUFF, Philippe. As novas sociologias : construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2010.			
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008.			
GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999.			
LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber . Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos aires: CLACSO, 2005.			
LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.			
MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994.			
OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX210	ESTATÍSTICA BÁSICA	04	60
EMENTA			
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.			
OBJETIVO			
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e, sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.			
BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.			
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.			
SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005.			
CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			
GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia . São Paulo: DIFEL, 1981.			
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005.			
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.			
MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.			
ROGERSON, P. A. Métodos Estatísticos para Geografia: um guia para o estudante . 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012.			
SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.			
TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.			
VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de Estatística . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1041	GEOGRAFIA REGIONAL	04	60
EMENTA			
A região como categoria de análise da Geografia. Propostas de análise regional em Geografia: diversidade teórico-metodológica. A relevância da questão regional e os processos de regionalização: escalas, redes, atores. Regionalização brasileira. O uso de dados demográficos para a Geografia. Arranjos demográficos como indicadores das dinâmicas regionais. Processos migratórios e mobilidade da população. Leitura e interpretação de mapas.			
OBJETIVO			
Compreender a evolução e usos das abordagens regionais. Oportunizar aos discentes condições para o entendimento da Geografia da Regional como instrumento de análise e interpretação multiescalar das dinâmicas espaciais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CORRÊA, Roberto L. Região e organização espacial . 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.			
DAMIANI, Amélia Luisa. População e geografia . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.			
HAESBAERT, Rogério. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.			
LENCIONE, Sandra. Região e geografia . São Paulo: EDUSP, 1999.			
SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L.. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI . 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CASTRO, Iná Elias de. Explorações Geográficas . 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006			
CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Geografia: conceitos e temas . 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.			
CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (Org). Brasil: questões atuais da reorganização do território . 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.			
GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização . Revista do Departamento de Geografia. São Paulo, n. 1. 1982.			
HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade . 7.ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012			
PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Org.). Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios . Rio de Janeiro: Revan, 2005.			
SAQUET, Marcos A. Abordagens e concepções de território . São Paulo: Expressão popular, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1042	GEOGRAFIA POLÍTICA	4	60
EMENTA			
Geopolítica e Geografia Política. Estado, Nação, território, poder e poder político. Limites e fronteiras. Implicações geográficas da ação política de atores estatais e não-estatais. Estado e políticas públicas no Brasil. Geopolítica do sistema internacional contemporâneo. Poder, representação política, cotidiano e cidadania no Brasil.			
OBJETIVO			
Compreender a importância do poder político, suas decisões, ações e desdobramentos territoriais discutindo trajetórias, conceitos e perspectivas teórico-metodológicas em diálogo com práticas de campo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.			
COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica . São Paulo: Edusp. 2008.			
GOMES, Paulo C. da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.			
RIBEIRO, Ana Clara Torres Ribeiro; EGLER, Tamara Tânia Cohen; SÁNCHEZ, Fernanda. (Org.). Política governamental e ação social no espaço . Rio de Janeiro: Letra Capital/Anpur, 2012.			
RIBEIRO, Maria T. Franco; MILANI, Carlos R. Sanches (Org.). Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea . Salvador: EDUFBA, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo . São Paulo: Companhia das Letras, 2008.			
AYERBE, Luiz Fernando. Ordem, poder e conflito no século XXI . Presidente Prudente: Editora UNESP, 2006.			
BECKER, Bertha. K.; MIRANDA, M. H. P. (Org.). Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável . 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.			
CLAVAL, Paul. Espaço e poder . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.			
HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A nova ordem mundial . São Paulo: Editora UNESP, 2006.			
LACOSTE, Yves. A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra . 3. Ed. São Paulo: Papirus, 2008.			
RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder . São Paulo: Ática, 1993.			
SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal . Rio de Janeiro: Record, 2000.			
VESENTINI, José Willian. Novas Geopolíticas . 4 ed. São Paulo: Contexto, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX727	CLIMATOLOGIA	04	60
EMENTA			
Estrutura e composição da atmosfera. Elementos e fatores climáticos. Massas de ar e circulação atmosférica. Estações e instrumental meteorológico. Classificações climáticas. Noções de climatologia do Brasil. Mudanças e variações climáticas considerando o tempo geológico e o tempo histórico. A pesquisa e a prática de climatologia em laboratório.			
OBJETIVO			
Subsidiar a compreensão dos fenômenos climáticos, seu papel nos sistemas terrestres e suas inter-relações com a sociedade. Proporcionar aos acadêmicos analisar e explicar a dinâmica espaço-temporal dos elementos e dos principais fenômenos climáticos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AYOADE, I. Introdução à climatologia para os trópicos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. CAVALCANTI, I. F. de A.; FERREIRA, N. J.; SILVA, M. G. A. J. da; DIAS, M. A. F. da S. (orgs). Tempo e clima no Brasil . São Paulo: Oficina de textos, 2009.			
MENDONÇA, F. & DANNI-OLIVEIRA, I.M. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil . São Paulo: Oficina de Textos, 2007.			
MONTEIRO, C.A. de F.; SANT'ANNA NETO, J. L.; MENDONÇA, F.; ZAVATINI, J. A. A construção da climatologia geográfica no Brasil . 1. ed. Campinas: Alínea, 2015.			
TORRES, F. T. P.; MACHADO, P. J. O. Introdução à climatologia . São Paulo. Cengage Learning, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CONTI, J.B. Clima e meio ambiente . São Paulo: Atual, 1998.			
FERREIRA, A. G. Meteorologia Prática . São Paulo: Oficina de Textos, 2006.			
SUGUIO, K. Mudanças climáticas da Terra . São Paulo: Instituto Geológico, 2008.			
VIANELLO, R. L; ALVES, A. R. Meteorologia básica e aplicações . Viçosa: UFV, 2002.			
ZAVATTINI, J. A. Estudos do clima no Brasil . Campinas: Editora Alínea, 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS239	DIREITOS E CIDADANIA	04	60
EMENTA			
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.			
OBJETIVO			
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992.			
CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.			
MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005.			
SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.			
TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995.			
BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.			
DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009.			
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995.			
DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003.			
FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.			
HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.			
IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.			
LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . Editora UNESP, 2004.			
MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009.			



MORAIS, José Luis Bolzan de. **Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

NOBRE, Marcos. **Curso livre de teoria crítica**. Campinas, SP: Papirus, 2008.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH293	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	04	60
EMENTA			
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes do pensamento filosófico; Fundamentos filosóficos da Modernidade. Tópicos de Ética e de Epistemologia.			
OBJETIVO			
Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lúlio, 2011.			
DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003.			
FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia: O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011.			
GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção).			
HESSEN, J. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2003.			
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar editores, 2009.			
VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . São Paulo: Editora da USP, 2000.			
GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Ed. Unesp, 1994.			
HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
HORKHEIMER, MAX. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002.			
JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.			
NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . 1. ed. Campinas: Papirus, 2008.			
REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v.			
SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo. In: _____. Questão de método . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.			
SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética . São Paulo: Herder, 1963.			
SILVA, Márcio Bolda. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana . São Paulo: Paulus, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1044	GEOGRAFIA AGRÁRIA	05	75
EMENTA			
Conceitos, definições básicas e a diversidade teórico-metodológica da Geografia Agrária. O avanço do capitalismo no campo: modernização da agricultura, intensificação das relações agricultura-indústria e transformações nas relações de trabalho. Espaço agrário brasileiro e os territórios em disputa: agricultura camponesa e agricultura capitalista. Movimentos socioterritoriais no campo. Agricultura e ambiente. Leitura e interpretação de mapas relativos aos processos agrários. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Identificar as principais correntes de interpretação da questão agrária estabelecendo interfaces com a evolução dos debates na Geografia Agrária. Abordar temas atuais relativos à questão agrária brasileira considerando a inserção da Geografia no estudo desses fenômenos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . 3 ed. Campinas: Hucitec/ Anpocs/Editora da Unicamp, 2007.			
BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil . Campinas: Editora da Unicamp, 2008.			
MARTINS, José de Souza. O cativo da terra . São Paulo: Contexto, 2010.			
PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma geografia dos camponeses . 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2012. 4			
PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A globalização da natureza e a natureza da globalização . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico . 2013. 2v. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: < http://hdl.handle.net/11449/106708 >.			
GUZMÁN, Eduardo, S.; MOLINA, Manuel, G. Sobre a evolução do conceito de campesinato . São Paulo. Expressão Popular, 2005.			
MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.			
MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea . Lisboa: Instituto Piaget, 2001.			
MOREIRA, R. Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à Geografia do Brasil . Rio de Janeiro: Consequência, 2012.			
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária . São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: < http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf >.			
PLOEG, Jan D. Van Der. Camponeses e a Arte da Agricultura: um Manifesto			



Chayanoviano. Porto Alegre; São Paulo: Editora da UFRGS; Editora da UNESP, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2012. 364 p.

SABOURIN E. **Organizações e sociedades camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX728	CARTOGRAFIA TEMÁTICA	05	75
EMENTA			
Gramática da linguagem cartográfica. Fundamentos da Cartografia Temática. Métodos de representação da Cartografia Temática. Aplicação da cartografia temática. Coleta de informação e a organização dos dados. Leitura, análise, interpretação e produção de mapas temáticos. Cartografia Social. Prática pedagógica como componente curricular. Práticas de laboratório e de trabalho de campo			
OBJETIVO			
Identificar e utilizar os principais métodos e técnicas necessários à construção de documentos cartográficos e a sua leitura crítica, bem como possibilidades de usos da cartografia no ensino de geografia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ACSELRAD, Henri (Coord.). Guia para experiências de mapeamento comunitário . Coordenado por Henri Acsehrad. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2013.			
ACSELRAD, Henri. (Org.) Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate . Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.			
ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). Novos Rumos da Cartografia Escolar: currículo, linguagem e tecnologia . São Paulo: Contexto, 2011.			
LOCH, Ruth E. Nogueira. Cartografia: representação, comunicação e visualização . UFSC. 2006.			
MARTINELLI, Marcelo. Mapas da Geografia e Cartografia Temática . São Paulo: Contexto, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ALMEIDA, Claudia Maria; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio Miguel V. (Org.) Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual . São Paulo: Oficina de Textos, 2007.			
ACSELRAD, Henri. et al. (Org.) Cartografias sociais e território . Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.			
ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa . São Paulo: Contexto, 2003.			
DUARTE, Paulo Araújo. Fundamentos de Cartografia . Florianópolis: editora da UFSC, 2006.			
FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação . São Paulo: Oficina de Textos, 2008.			
FLORENZANO, Tereza Galloti. Imagens de satélite para estudos ambientais . São Paulo: Oficina de Textos, 2002.			
HARLEY, John Brian. La Nueva Naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de La cartografia . México: FCE Tezontle, 2005.			
IBGE. Atlas nacional do Brasil Milton Santos . Rio de Janeiro: IBGE, 2010.			
JOLY, Fernand. A Cartografia . Campinas: Papirus, 1990.			
MARTINELLI, Marcelo. Mapas, Gráficos e Redes: elabore você mesmo . São Paulo: Oficina de Textos, 2013.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX729	GEOLOGIA	05	75
EMENTA			
Minerais e Rochas. Evolução geológica dos continentes e do espaço brasileiro. Tectônica e Isostasia. Magmatismo, plutonismo e vulcanismo. Sismicidade, metamorfismo, diastrofismo, falhamentos e dobramentos. Intemperismo, agentes, processos e ambientes de erosão e sedimentação e formação dos solos. Geologia ambiental. Recursos minerais e energéticos brasileiros. Práticas e metodologias de análise mineralógica e sedimentar. Interpretação de mapas geológicos. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo e laboratorial.			
OBJETIVO			
Adquirir noções básicas de Geologia, visando ampliar a compreensão dos processos que atuaram na evolução da geodiversidade e a obtenção de subsídios para outros componentes curriculares do curso de Geografia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. Novo dicionário geológico-geomorfológico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.			
POPP, J.H. Geologia Geral . 5ª ed., Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1998.			
PRESS, FRANK., GROTZINGER, JOHN., SIEVER, RAYMOND., JORDAN, THOMAS H. Para Entender a Terra . Editora Bookman. 2006.			
POMEROL, C.LAGABRIELLE, Y.; RENARD, M.; GUILLOT, S. Princípios de geologia : Técnicas modelos e teorias. Bookman. 2012.			
TEIXEIRA, W.; TOLEDO, C.; FAIRCHILD, T.; TAIOLI, F. Decifrando a Terra . São Paulo: Oficina de Textos, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CPRM. Geodiversidade do Estado do Rio Grande do Sul . Programa Geologia do Brasil. Belo Horizonte: CPRM, 2010.			
CHRISTOPHERSON, Robert W. Geossistemas : Uma Introdução à Geografia Física. Porto Alegre. Ed: BOOKMAN; 7ª Ed, 2011.			
CUNHA, Sandra Baptista da Antonio e GUERRA, Jose Teixeira. Geomorfologia do Brasil . 3ª Edição, Editora Bertrand Brasil, RJ, 2003.			
LEINZ, V.; AMARAL, S. S. Geologia geral . 14ª ed., Rio de Janeiro: Nacional, 2001.			
OLIVEIRA, A. M. S.; BRITO, S. N. A. [ED.] Geologia de engenharia . São Paulo: Associações Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE), 1998.			
SCHUMANN, Walter. Guia dos Minerais . Editora Disal. 2009.			
SILVA, C.R. Geodiversidade do Brasil : conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.			
SUGUIO, K. Geologia do Quaternário e Mudanças Ambientais : passado + presente = futuro? São Paulo, 1999.			
WICANDER, REED., MONROE, JAMES S. Fundamentos de Geologia . Editora: Thomson. 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1058	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	04	60
EMENTA			
Epistemologia ambiental. História da Educação Ambiental. Interfaces sociedade-natureza. . Categorias e conceitos geográficos na Educação Ambiental. Educação Ambiental e Cidadania. Conservação e preservação ambiental. Sustentabilidade: potencialidades e limites. Leitura, análise, interpretação e produção de mapas temáticos. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Compreender a Educação Ambiental na formação do geógrafo um elemento fundamental para; diagnosticar e prognosticar problemas de ordem socioecológica que afetam a sociedade e a natureza.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CAPRA, Fritjof. A teia da vida : uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo, SP: Cultrix, 1996.			
CAPRA, Fritjof; STONE, Michel K; BARLOW, Zenobia. Alfabetização ecológica : a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006.			
LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental . 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2000.			
MENDONÇA, Francisco. Geografia e meio ambiente . São Paulo: Contexto, 2008.			
MOUTINHO, Paulo; PINTO, Regina P. Ambiente complexo, propostas e perspectivas socioambientais . São Paulo: Contexto, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ACSELRAD, Henri (Org). A duração das cidades : sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.			
CALLAI, Helena C; KAERCHER, Nestor André. Ensino de geografia : práticas e textualizações no cotidiano. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.			
CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa (ORGANIZADOR); CORRÊA, Roberto Lobato (Organizador). Geografia : conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.			
CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos . 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.			
LEFF, Enrique; ORTH, Lúcia Mathilde Endlich; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. Saber ambiental : sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, PNUMA, 2012.			
MENDONÇA, Francisco. Geografia física : ciência humana? 8 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011.			
MILLER, G. Tyler; SPOOLMAN, Scott E. Ecologia e sustentabilidade . São Paulo: Cengage Learning, 2013.			
MOLON, Susana Inês; DIAS, Cleuza Maria Sobral (ORGS.). Alfabetização e educação ambiental : contextos e sujeitos em questão. Rio Grande, RS: FURG, 2009.			
REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; HEIDRICH, Álvaro Luiz (Org.). Geografia e educação : geração de ambiências. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade, 2000.			



VERDUM, Roberto; BASSO, Luís Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2012.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVO I	04	60
EMENTA			
A ser definida pelo colegiado			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVO II	04	60
EMENTA			
A ser definida pelo colegiado			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1045	GEOGRAFIA URBANA	05	75
EMENTA			
Conceitos básicos de Geografia Urbana. O processo de urbanização. Funções e redes urbanas. Classificação das cidades. A urbanização brasileira. Direito à cidade. Planejamento urbano. Leitura e interpretação de mapas relativos aos processos de urbanização. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Compreender os conceitos fundamentais de Geografia Urbana, o processo de urbanização em suas diversas facetas, a urbanização no Brasil e a caracterização da rede urbana na atualidade, e suas aplicações no ensino e na pesquisa em Geografia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARLOS, Ana Fani A. A Cidade . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 98 p. CASTELLS, Manuel. A questão urbana . 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. SANTOS, Milton. A urbanização brasileira . São Paulo: Hucitec, 1993. SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano . 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e Urbanização . , 16 ed. São Paulo: Contexto, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CARLOS, Ana F.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria E. B. A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios . 1. ed. 2º reimp. São Paulo: Contexto, 2011. CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade . 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado . 6 ed.São Paulo: Hucitec, 2008. ROLNIK, Raquel. O que é cidade . 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade . uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural . São Paulo: Expressão Popular, 2006. SINGER, Paul. Economia política da urbanização . São Paulo: Contexto, 2012. VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil . São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1046	EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA	05	675
EMENTA			
Perspectivas da Filosofia da Ciência. A natureza, o ser e a razão. Espaço e pensamento: geo-filosofia. O método científico. Correntes teórico-metodológicas na Geografia: positivismo, neopositivismo, materialismo histórico dialético, fenomenologia e tendências pós-modernas. Categorias e conceitos geográficos: espaço geográfico, território, ambiente, paisagem, lugar, região, rede e escala. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Compreender as bases filosóficas do conhecimento geográfico e sua sistematização e estruturação teórico-metodológica e conceitual inerentes ao ensino e à pesquisa em Geografia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTRO, I. E. <i>et al</i> (Orgs.). Geografia: conceitos e temas . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.			
MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Orgs.) Elementos de epistemologia da geografia contemporânea . Curitiba: Editora da UFPR, 2002.			
MOREIRA, R. Pensar e ser em Geografia . São Paulo: Contexto, 2007.			
SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e tempo razão e emoção . São Paulo: Hucitec, 1996.			
SPOSITO, E. S. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico . São Paulo: Ed. Unesp, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente . São Paulo: Cultrix, 2001.			
GODOY, P. R. T. (Org.) História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.			
HARVEY, D. Condição Pós-moderna . São Paulo: Loyola, 1994.			
MOREIRA, R. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.			
_____. O pensamento geográfico brasileiro. Vol 1: As matrizes clássicas originárias . São Paulo: Contexto, 2008.			
_____. O pensamento geográfico brasileiro. Vol 2: As matrizes da renovação . São Paulo: Contexto, 2008.			
_____. O pensamento geográfico brasileiro. Vol 3: As matrizes brasileiras . São Paulo: Contexto, 2008.			
OLIVA, A. Filosofia da Ciência . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.			
VITTE, A. C. (Org.) Contribuições à história e à epistemologia da Geografia . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.			
VON BERTALANFFY, Ludwig. Teoria geral dos sistemas . GUIMARÃES, Francisco (trad.). Petrópolis: Vozes, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX730	GEOMORFOLOGIA	05	75
EMENTA			
Introdução a Geomorfologia: objetivo e campo da geomorfologia. Principais teorias geomorfológicas e conceitos fundamentais. Agentes e processos de formação do relevo. Conceitos de morfoestruturas e morfoesculturas. Classificação e caracterização do relevo brasileiro. Dinâmica de vertentes e movimentos de massa. Geomorfologia fluvial e costeira. Geomorfologia do Quaternário, mudanças ambientais e processos tecnogênicos. Geomorfologia ambiental: metodologia e perspectivas. Metodologia de análise de sistemas geomorfológicos. Mapeamento geomorfológico. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Analisar os fatores responsáveis pela evolução das formas de relevo terrestre, os processos, as feições geomorfológicas e o papel da interferência antrópica nos sistemas geomorfológicos. Propiciar práticas laboratoriais e metodologias de análise de sistemas geomorfológicos e mapeamento geomorfológico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia . São Paulo: Edgard Blücher, 1980.			
CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. Geomorfologia do Brasil . Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2003.			
GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (Orgs.) Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos . Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.			
GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (Orgs.) Geomorfologia e Meio Ambiente . Editora Bertrand Brasil. 1996.			
ROSS, J. L. S. Geomorfologia: Ambiente e Planejamento . Contexto. São Paulo. 1990.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais . Florianópolis: UFSC, 1994. v. I, II e III.			
FLORENZANO, Tereza Gallotti (org.). Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais . São. Paulo: Oficina de Textos, 2008.			
GUERRA, A. J. T. Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico . Editora Bertrand Brasil. 648p. 1997.			
GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.			
GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. Geomorfologia: Exercícios, Técnicas e Aplicações - Editora Bertrand Brasil. 2000.			
ROSS, J. L. S. EcoGeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental . São Paulo: Oficina de Textos, 2006.			
SUERTEGARY, D. M. A, Terra feições ilustradas . Porto Alegre: Editora UFRGS 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX733	SENSORIAMENTO REMOTO E INTERPRETAÇÃO DE IMAGENS	04	60
EMENTA			
História do Sensoriamento Remoto. Conceitos básicos do sensoriamento remoto. Princípios físicos do sensoriamento remoto. Sistemas sensores. Comportamento espectral de alvos. Interpretação e Classificação de Imagens Processamento de Imagens. Sensoriamento Remoto do Ambiente, Modelo Numérico do Terreno. Sensoriamento Remoto no ensino de Geografia. Práticas laboratoriais.			
OBJETIVO			
Fornecer os fundamentos teóricos-metodológicos e técnicos relacionados ao Sensoriamento Remoto do Ambiente, aplicados aos processos de análise e compreensão do espaço geográfico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FLORENZANO, Teresa Galloti. Iniciação em sensoriamento remoto . 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.			
LOCH, Carlos. A interpretação de imagens aéreas: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais . 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.			
MOREIRA, Maurício A. Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação . 4. ed. Viçosa: UFV, 2011.			
NOVO, Evelyn M. L. de Moraes. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações . 4. ed. rev. São Paulo: Edgard Blücher, 2010.			
VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org.). Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório . 2. ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ALMEIDA, C. M.; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio M. V. (Org.) Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual . São Paulo: Oficina de Textos, 2007.			
BLASCHKE, Thomas; KUX, Hermann (Org.). Sensoriamento Remoto e SIG avançados . 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.			
COELHO, Luiz; BRITO, Jorge L. Fotogrametria digital . 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.			
GAMBOA, José Manuel Millán. Fundamentos de fotogrametría aérea . Cádiz, España: JME, 2006.			
JENSEN, John. Sensoriamento remoto do ambiente . São José dos Campos: Parêntese, 2009.			
JENSEN, John. Introductory Digital Image Processing . 3. ed. New York: Prentice Hall, 2004.			
LILLESAND, Thomas; KIEFER, Ralph W.; CHIPMAN, Jonathan W. Remote sensing and image interpretation . 6. ed. John Wiley & Sons., 2007.			
LIU, William Tse Horng. Aplicações de sensoriamento remoto . Campo Grande:			



EdUNIDERP, 2007.

MIRANDA, José Iguelmar. **Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas**. Viçosa: UFV, 2010.

PONZONI, Flávio Jorge; SHIMABUKURO, Yosio; KUPLICH, Tatiana Mora. **Sensoriamento remoto da vegetação**. 2. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2012.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1048	ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL	05	75
EMENTA			
Formação do Estado Moderno, constituição do sistema-mundo moderno-colonial e as transformações resultantes do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em escala mundial. Formação, situação atual e dinâmica de integração e fragmentação operadas pelo processo de globalização/mundialização. Agências multilaterais, organismos de cooperação internacional, novo imperialismo, ordenamento e disputa territorial. O papel das Guerras na construção de cenários geopolíticos mundiais. Organização do espaço mundial e os dilemas do ensino de geografia. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Estudar os principais fatores responsáveis pelos processos de desenvolvimento geograficamente diferencial e articulado do capitalismo, suas dinâmicas de integração e fragmentação atuais, o papel dos agentes hegemônicos da economia e a (re)criação de territorialidades emergentes que informam dinâmicas outras de ser e estar no espaço mundial.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARRIGHI, G. O longo século XX . São Paulo: Contraponto/Unesp, 1994.			
DURAND, Marie-françoise et al. Atlas da Mundialização – Compreender o Espaço Mundial Contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2009.			
HAESBAERT, Rogério (Org.). Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo . 2. ed. Niterói: UFF; Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2013.			
PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; HAESBAERT, Rogério. A nova des-ordem mundial . São Paulo: Editora UNESP, 2006.			
SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal . Rio de Janeiro: Record, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores . São Paulo: Boitempo, 2000.			
BORON, Atílio (org.). Nova Hegemonia mundial: Alternativas de mudança e movimentos sociais . Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.			
BECKER, Bertha K., EGLER, Claudio A. G. Brasil: uma potência regional na economia mundo . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.			
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . São Paulo: Paz e Terra, 1999.			
CECEÑA, Ana Esther (org.). Hegemonias e emancipações no século XXI . Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.			
HARVEY, David. O novo imperialismo . São Paulo: Edições Loyola, 2004.			
HOLLOWAY, John. Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje . São Paulo: Viramundo, 2003.			
MÉSZÁROS, István. Para além do capital . São Paulo: Editora Boitempo, 2002.			



PETRAS, James. **Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**: As representações do Século XXI. São Paulo: Contexto, 2005.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1049	GEOGRAFIA CULTURAL	05	75
EMENTA			
Gênese e diversidade da Geografia Cultural. O conceito de cultura nas ciências sociais. O espaço como categoria simbólica. A produção de identidades e processos de subjetivação. Debates contemporâneos sobre Geografia, cultura e diversidade. Estudos das Relações Étnico-Raciais e das populações tradicionais. O lugar do espaço como produto e produtor das representações do mundo. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Compreender a cultura, seus princípios e fundamentos, como elementos constitutivos da produção do espaço.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOURDIEU, Pierre. Economia das trocas simbólicas . 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.			
CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). Geografia Cultural: uma antologia (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.			
CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). Geografia Cultural: uma antologia (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.			
HARVEY, David. Condição pós-moderna . 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.			
SOJA, Edward W. Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica . Rio de Janeiro: Zahar, 1993.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARENDT, Hannah. A condição humana . 11. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.			
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . 4.ed. São Paulo: Editora da USP, 2003.			
CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Cinema, música e espaço . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.			
GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.			
HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade . 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.			
HAESBAERT, Rogerio. O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade . 7.ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012			
LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico . 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.			
RIBEIRO, Darcy. O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . 9. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.			
TUAN, Yi-Fu. Paisagens do medo . Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX731	HIDROGEOGRAFIA	05	75
EMENTA			
Ciclo Hidrológico. Disponibilidade hídrica do planeta. Crise ambiental das águas. Princípios e Conceitos da Hidrogeografia. Morfometria de Bacias Hidrográficas. Dinâmica Fluvial: escoamento fluvial, transporte de sedimentos, geometria de canais, perfil longitudinal. Política e Sistema Nacional e estaduais de gestão de Recursos Hídricos. Regionalização Hidrográfica Brasileira. Instrumentos da Gestão de RH. Participação Social e Comitês de Bacia. Ciclo das Águas e o Ensino de Geografia, Ciclo das águas e a Arte. Prática pedagógica como componente curricular. Práticas de laboratório e de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Sensibilizar participantes sobre a “crise ambiental das águas”. Compreender as dinâmicas sistêmicas da hidrosfera. Identificar a distribuição dos corpos hídricos e as inter-relações entre água e o ambiente. Evidenciar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Discutir distintas concepções do uso dos recursos hídricos. Desenvolver práticas pedagógicas da temática hidrológica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CHRISTOFOLLETI, A. Geomorfologia fluvial . São Paulo: Edgard Blucher, 1981. MACHADO, P.J.O & TORRES, F.T.P. Introdução à Hidrogeografia . São Paulo. CENGAGE Learning, 2012. MAGALHÃES JÚNIOR. A. P. Indicadores ambientais e recursos hídricos . São Paulo: Bertrand Brasil, 2007. TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M. Recursos Hídricos no Séc. XXI . 1ª Edição. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. TUCCI, C. E. M. Inundações urbanas . Porto Alegre: ABRH, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CHRISTOFOLLETI, A. Geomorfologia . 2ª ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1980. CUNHA, S.B. & GUERRA, A.J.T. (orgs). Geomorfologia do Brasil . 5ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. ESTEVES, F. A. Fundamentos de Limnologia . 3.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011. GUERRA A. J.T & CUNHA S.B. (org.) Geomorfologia e meio ambiente . 10ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011. REBOUÇAS, A.; BRAGA, G.; TUNDISI, J. G. Águas doces do Brasil . 3ªed. São Paulo: Escrituras, 2006. RIBEIRO, W.C. Geografia política das águas . São Paulo: Annablume, 2008. SUGUIO, K. Água . Ribeirão Preto: Holos, 2006. TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R. & TAIOLI, F. Decifrando a Terra . 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M. Limnologia . 1ª Edição. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. VITTE, A.C. & GUERRA, A.J.T. (orgs) Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil . 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX732	BIOGEOGRAFIA	05	75
EMENTA			
História e princípios biogeográficos. A biosfera e as relações de interdependência. Mudanças da Terra ao longo da escala geológica do tempo. Distribuição dos seres vivos, fatores responsáveis. Os grandes biomas e biocenoses terrestres e sua distribuição espacial no mundo e no Brasil. Princípios da taxonomia animal e vegetal. Zonas biogeográficas. Leitura e interpretação de mapas temáticos relativos a biogeografia. Práticas pedagógicas como componentes curriculares. Práticas de laboratório e de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Identificar os fundamentos teórico-metodológicos e conceitos que constituem os campos de conhecimento da Biogeografia. Analisar os fatores responsáveis pela distribuição espacial e temporal dos seres vivos na superfície terrestre.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AB’SABER, A. N. Domínios da Natureza do Brasil : Potencialidades paisagísticas. 6ª ed. São Paulo: Ateliê, 2010.			
BROWN, J. H.; LOMOLINO, M. V. Biogeografia . Sunderland: Sinauer, tradução Editora Funpec. 2ªed. Ribeirão Preto, 2006.			
CARVALHO, C. J. B. DE & E. A. B. ALMEIDA (Orgs.) Biogeografia da América do Sul : padrões & processos. São Paulo, Editora Roca. 2011.			
COX, C. Barry; MOORE, Peter. Biogeografia – uma abordagem ecológica e evolucionária. Rio de Janeiro; LTC, 2009.			
FIGUERÓ, A. Biogeografia : dinâmicas e transformações da natureza. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BRANCO, Samuel Murgel. Ecossistêmica : uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. 2ª ed. São Paulo: Edgar Blucher, 1999.			
CONTI, J. B.; FURLAN, S. A. Geoecologia: o Clima, os Solos e a Biota. In: ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil . 6ªed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2009.			
DARWIN, Charles. A origem das espécies e a seleção natural . São Paulo: Madras, 2004.			
FURLAN, S. A. Técnicas de Biogeografia. In: VENTURI, L. A. B. Praticando Geografia : Técnicas de campo e laboratório. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.			
LEWINSOHN, T. M. & PRADO, P. I. Biodiversidade Brasileira : síntese do estado atual do conhecimento. São Paulo: Contexto, 2002.			
PERONI, Nivaldo; HERNÁNDEZ, Malva Isabel Medina. Ecologia de populações e comunidades . – Florianópolis: CCB/EAD/UFSC, 2011.			
QUAMMEN, D. O Canto do Dodô . Biogeografia de Ilhas numa era de Extinções. Editora Companhia das Letras, 2008.			
ROMARIZ, Dora de Amarante. Biogeografia : temas e conceitos. 1ª ed. São Paulo: Scortecci, 2008			
TROPPEMAIR, H. Biogeografia e Meio Ambiente . 9ª edição. Rio Claro, Graff Set., 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX965	GEOPROCESSAMENTO	04	60
EMENTA			
Conceitos fundamentais de Geoprocessamento; Representações computacionais do Espaço Geográfico; Consulta e elaboração de dados geográficos; Funções de manipulação e cruzamento de dados vetoriais e matriciais; Aplicação do geoprocessamento no planejamento socioespacial: mapeamento e análise de temas sociais e ambientais.			
OBJETIVO			
Utilizar as tecnologias de geoprocessamento como ferramentas de planejamento e desenvolvimento de projetos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FERREIRA, Marcos César. Iniciação à análise geoespacial: teoria, técnicas e exemplos para geoprocessamento . São Carlos, SP: Ed. Unesp, 2014. 343 p. (Geoprocessamento; 1).			
FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo : Oficina de Textos, 2008.			
MIRANDA, José Iguelmar. Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas. Viçosa: UFV, 2010.			
MOURA, Ana Clara Mourão. Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.			
SILVA, Jorge X. da; ZAIDAN, Ricardo T. (org.). Geoprocessamento & análise ambiental: aplicações. 5. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ALMEIDA, C. M.; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio M. V. (Org.) Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.			
BLASCHKE, Thomas; KUX, Hermann (Org.). Sensoriamento Remoto e SIG avançados. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.			
FLORENZANO, Teresa Galloti. Iniciação em sensoriamento remoto. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.			
MOREIRA, Maurício A. Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação. 4. ed. Viçosa: UFV, 2011.			
NOVO, Evelyn M. L. de Moraes. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. 4. ed. rev. São Paulo: Edgard Blücher, 2010.			
VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org). Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório. 2. ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1051	PESQUISA EM GEOGRAFIA	04	60
EMENTA			
Construção do objeto na pesquisa geográfica. Aspectos fundamentais da pesquisa científica. Pesquisa qualitativa, quantitativa e de método misto. Trabalho com fontes primárias e secundárias na pesquisa geográfica. Técnicas de redação do projeto e do relatório de pesquisa. Elaboração de projeto de pesquisa para execução no Trabalho de Conclusão de Curso.			
OBJETIVO			
Produzir conhecimento geográfico por meio da pesquisa acadêmica e orientar os discentes para a produção da pesquisa de conclusão de curso e estudos posteriores.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CRESWELL, John. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.			
MARAFON, Gláucio José et al (Orgs.). Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico- conceituais e aplicadas. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. v. 1. 542p .			
RAMIRES, Júlio César Lima (Org.) ; PESSÔA, V. L. S. (Org.). Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação. 1a. ed. Uberlândia -MG: Assis Editora, 2009. v. 0. 544p .			
ROGERSON, Peter A. Métodos estatísticos para a geografia: um guia para o discente. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 348 p.			
VENTURI, Luis A. B. (org.). Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório. 2. ed. São Paulo: oficina de textos, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BAQUERO, Marcello. A pesquisa quantitativa nas ciências sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.			
BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático. 11. ed. Petrópolis, 2013.			
ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.			
FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.			
GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de Investigações em Ciências Sociais. 10. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.			
TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1066	PLANEJAMENTO TERRITORIAL	04	60
EMENTA			
Planejamento e gestão urbano e rural. Estatuto da Cidade. Direitos à cidade: limites e possibilidades da lei e da gestão. Implementação de Zonas Especiais de Interesse Social no quadro habitacional brasileiro. Conteúdo e procedimentos de elaboração dos planos diretores. Construção e implementação de um programa de gestão integrada. A construção de uma política fundiária. Noções de planejamento territorial rural. O planejamento e a política dos territórios rurais e da cidadania do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Prática de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Compreender o território como produto das relações sociais territorializadas e como abordagem teórico-conceitual capaz de oferecer ao geógrafo leituras abrangentes acerca dos processos inerentes à produção do espaço.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANJOS, Rafael Sanzio de Araújo dos. Dinâmica Territorial . Brasília: Editora Mapas & Consultoria, 2009.			
BRASIL. Ministério Da Integração Nacional. Para pensar uma política nacional de ordenamento do território. Brasília, 2005.			
GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional . São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.			
SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade do início do século XXI . São Paulo: Record, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BRASIL (Câmara dos Deputados). Estatuto da cidade : guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2001.			
ROLNIK, R. A cidade e a lei : Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.			
SANTOS, R. F. Planejamento ambiental : Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.			
THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. Atlas do Brasil : Disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2005.			
VILLAÇA, F. Espaço Intra-urbano no Brasil . São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincon Institute, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX741	PLANEJAMENTO AMBIENTAL	04	60
EMENTA			
A Geografia no Planejamento. Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Análise Ambiental como instrumento para a sustentabilidade; objetos da análise: meio físico, biótico, antrópico. Categorias fundamentais da Análise Ambiental. Planejamento ambiental: regulação, controle e fiscalização. Gestão, manejo e conservação dos recursos ambientais. Atuação do Geógrafo(a) no diagnóstico ambiental. Gestão Territorial e Planejamento Ambiental no Brasil. Prática de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Contextualizar os principais conceitos relacionados à temática ambiental. Abordar as principais metodologias de análise ambiental destacando a função do geógrafo nos estudos ambientais. Expor a legislação existente, normas e resoluções, organismos e instrumentos que sustentam a política ambiental brasileira.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GUERRA, Antonio Jose Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. A Questão Ambiental : Diferentes abordagens. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.			
GUERRA, Antonio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. Geomorfologia ambiental . 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.			
LEFF, Enrique et al. (Coord.). A Complexidade Ambiental . Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.			
SANTOS, R. F. Planejamento ambiental : Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ALMEIDA, J. R. Gestão ambiental : para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Thex, 2006.			
BRANCO, S. M. Ecossistêmica : Uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.			
CHRISTOFOLETTI, A. Análise de sistemas em Geografia . São Paulo: HUCITEC, 1979.			
CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Avaliação e Perícia Ambiental . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.			
ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C.; PHILIPPI JR., A. Curso de gestão ambiental . Barueri: Manole, 2004.			
TAUK, Sâmia Maria (Org.). Análise Ambiental : uma visão multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1995.			
VERDUM, R. et al. RIMA – Relatório de Impacto Ambiental: Legislação, elaboração e Resultados. 3. ed. ampl. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1995.			
VILLAÇA, Flávio. Uso do solo urbano . São Paulo: CEPAM, 1978.			
ZMITROWICE, W. Planejamento urbano : conceituação e a prática. São Paulo: Edusp, 1992.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS367	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	03	45
EMENTA			
Introdução ao licenciamento ambiental. Histórico do licenciamento ambiental no Brasil. Legislação aplicável ao licenciamento ambiental. Licenças, etapas e instrumentos de licenciamento ambiental. Procedimentos para licenciamento ambiental. Empreendimentos que necessitam de licenciamento. Participação da comunidade no processo de licenciamento ambiental. Monitoramento e fiscalização ambiental.			
OBJETIVO			
Conhecer as etapas, os instrumentos e a legislação aplicável ao licenciamento ambiental.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
TRENNEPOHL, Curt; DORNELLES, Terence. Licenciamento Ambiental . Niterói-RJ: Impetus, 2007.			
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA no 237 de 19 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente . DOU, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 1997. p. 30.841-30.843.			
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA nº01 de 23 de janeiro de 1986 . Define as responsabilidades, fixa critérios básicos e estabelece as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de impacto Ambiental . DOU, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 fev. 1986. p. 2548-2549.			
CUNHA, Sandra Batista; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). Avaliação e Perícia Ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 294p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
SALGADO, F.G.A. e PALHARES, M. O uso do Licenciamento Ambiental como recurso Gerencial . In: Ambien- te, vol. 7, no 1, 1993.			
BAPTISTA, Fernando e LIMA, André- Licenciamento Ambiental e a Resolução CONAMA 237/97 . Revista de Direito Ambiental, n.12, 1998.			
ÁVILA, Edna Leite e ALMEIDA, F. Monteiro. O Estudo do impacto ambiental . Licenciamento, Responsabilidade Criminal. Revista do Ministério Público. Porto Alegre-RS. 27: 179/180. 1992.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS366	EMPREENDEDORISMO	03	45
EMENTA			
O perfil empreendedor, características e necessidades. Empreendedorismo no Brasil e no mundo. O processo do empreendedorismo. Intraempreendedorismo: modelos e condicionantes. Plano de Negócios: estrutura e componentes.			
OBJETIVO			
Desenvolver a visão crítica dos alunos sobre oportunidades de negócios através do conhecimento sobre empreendedorismo, análise dos pontos críticos para início de um empreendimento e suas recompensas. Comparar e diferenciar os conceitos de empreendedorismo e intraempreendedorismo. Compreender os passos para a elaboração de um plano de negócios.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios . Rio de Janeiro-RJ: Campus, 2008.			
DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.			
MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.			
SALIM, C. S.; SILVA, N. C. Introdução ao empreendedorismo: despertando a atitude empreendedora . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.			
SALIM, C. S. Construindo planos de empreendimentos: negócios lucrativos, ações sociais e desenvolvimento local . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BIRLEY, S.; MUZYKA, D. F. Dominando os desafios do empreendedor: o seu guia para se tornar um empreendedor . São Paulo: Prentice-Hall, 2004.			
CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor . São Paulo: Saraiva, 2004.			
COPANS, R. Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática . São Paulo: UNESP, 2005.			
DEGEN, R. J. MELLO, A. A. A. O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial . São Paulo: Makron Books, 2005.			
DOLABELA, F. O segredo de Luísa . São Paulo: Cultura, 2006.			
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo corporativo . Rio de Janeiro-RJ: Campus, 2008.			
DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades dos empreendedores de sucesso . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.			
FILION, L. J. Boa idéia! E agora? São Paulo: Cultura, 2004.			
OSTERWALDER, A. Business Model Generation: inovação em modelos de negócios . Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.			
SALIM, C. S. et. al. Construindo planos de negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucesso . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1466	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	08	120
EMENTA			
Concepção e desenvolvimento supervisionado da pesquisa em Geografia. Produção de monografia com temática relacionada ao perfil do egresso do curso e defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso.			
OBJETIVO			
Discutir bases teóricas para elaboração, redação e desenvolvimento da pesquisa na área de Geografia, sob orientação de um docente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.			
GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de Investigações em Ciências Sociais . 10. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
VENTURI, Luis A. B. (org.). Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório . 2. ed. São Paulo: oficina de textos, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BAQUERO, Marcello. A pesquisa quantitativa nas ciências sociais . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.			
BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático . 11. ed. Petrópolis, 2013.			
FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa . Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.			
MARAFON, Gláucio José et al (Orgs.). Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico- conceituais e aplicadas . 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. v. 1. 542p .			
ROGERSON, Peter A. Métodos estatísticos para a geografia: um guia para o discente . 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 348 p.			
SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico . São Paulo: Editora da UNESP, 2004.			
TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação . São Paulo: Atlas, 1987.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1467	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	14	210
EMENTA			
Vivência de situações pré-profissionais nas áreas de atuação do geógrafo e preparo para o exercício profissional. Incorporação de situações-problema e experiências profissionais dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Trabalhos práticos de observação, pesquisa e intervenção técnico-científica sob a supervisão de um profissional responsável. Código de ética profissional. Fundamentos éticos e as condutas necessárias à boa e honesta prática da profissão. Elaboração de relatório de estágio.			
OBJETIVO			
Inserir o estudantes em atividades relacionadas às atribuições e atuação profissional do Geógrafo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979. Disciplina a profissão de Geógrafo e dá outras providências. Diário Oficial da União , Brasília, DF, 27 jun 1979.			
BRASIL. Decreto nº 85.138, de 15 de setembro de 1980. Regulamenta a Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo, e dá outras providências. Diário Oficial da União , Brasília, DF, 17 set 1980.			
BRASIL. Lei nº 7.399, de 04 de novembro de 1985. Altera a redação da Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo. Diário Oficial da União , Brasília, DF, 05 nov 1985.			
CREA. Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016. Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema CONFEA/CREA para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia. Diário Oficial da União , Brasília, DF, 19 de abril de 2016.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 182 p.			
Demais bibliografias dependem da área de realização do estágio.			



8.7.2 Componentes curriculares com oferta variável na matriz, porém, com carga horária fixa

A) Componentes curriculares optativos:

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB582	AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	03	45
EMENTA			
Conceito de impacto ambiental, suas causas e consequências; Estudo de Impactos Ambientais (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA); Estudos Simplificados de Impactos Ambientais.; Indicadores ambientais; Análise de Ciclo de vida. Análise de risco; Ações mitigadoras e compensatórias; Programa de atuação emergencial; Auditoria ambiental Audiência Pública; Perícia Ambiental.			
OBJETIVO			
Desenvolver o conhecimento específico dos conceitos que envolvem o tema, das Técnicas de avaliação de impacto ambiental e das questões práticas de desenvolvimento de projetos na área ambiental e as respectivas implementações.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARLETTO, Marcia Regina. Avaliação de impacto tecnológico: reflexões, fundamentos e práticas. Curitiba: Ed. UTFPR, 2011.v (disponível Biblioteca de Chapeco)			
FOGLIATTI, Maria Cristina; FILIPPO, Sandro; GOUDARD, Beatriz. Avaliação de Impactos Ambientais: Aplicação aos Sistemas de Transporte. Editora Interciência, 2004. 249 p.			
GUERRA, Antônio Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Organizador). Impactos ambientais urbanos no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.			
SANCHEZ, L. H. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 2008. 495 p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Avaliação e Perícia Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX735	CLIMATOLOGIA II	04	60
EMENTA			
Clima e Agricultura. Clima urbano. Clima e saúde humana. Bioclimatologia. Clima e desastres. A Geografia do Clima. Prática laboratorial.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos discentes uma visão das diferentes temáticas da climatologia e suas inter-relações com a sociedade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AMORIM, M.C.C.T.; SANT'ANNA NETO, J.L.; MONTEIRO, A. Climatologia Urbana e Regional . São Paulo: Outras Expressões, 2013. GARTLAND, LISA. Ilhas de calor – como mitigar zonas de calor . São Paulo: Oficina de textos, 2010.			
OJIMA, R. & MARANDOLA JR., E. Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social . 1. ed. São Paulo: Blucher, 2013			
RIBEIRO, H. Geoprocessamento e Saúde, muito além de mapas . 1. ed. Barueri: Manole, 2017.			
ROGERSON, Peter A. Métodos estatísticos para geografia: um guia para o discente . 3.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CHRISTOPHERSON, R. W. Geossistemas – Uma Introdução à Geografia Física . 7ªed. Editora: BOOKMAN, 2011.			
GARCÍA, FERNÁNDEZ F. Manual de climatologia aplicada: clima, medio ambiente y planificación . Madrid: Editorial síntesis, S.A., 1995. 285p.			
HOGAN, D. J. (Org.); MARANDOLA JR., E. (Org.). População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais . 1. ed. Campinas: NEPO/UNFPA, 2009.			
MONTEIRO C. A. de F., MENDONÇA, F. Clima Urbano . São Paulo: Contexto, 2003. 192p.			
PEIXOTO, A. Clima e saúde . Cia Nacional, 1938.			
RIBEIRO, H.. Olhares Geográficos: meio ambiente e saúde . 1. ed. São Paulo: SENAC, 2005.			
SANT'ANNA NETO, J. L.; ZAVATTINI, J. A. Variabilidade e Mudanças Climáticas: Implicações Ambientais e Mudanças Climáticas . Maringá: Eduem, 2000. 259p.			
VEYRET, Y. Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente . São Paulo: Contexto, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS592	DIREITO AMBIENTAL	02	30
EMENTA			
Panorama legal da questão ambiental. Legislação e normas ambientais nacionais, estaduais e municipais. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. Política nacional do meio ambiente. Evolução do Direito Ambiental. Lei dos crimes ambientais e responsabilidade civil e criminal. Resoluções CONAMA.			
OBJETIVO			
Discutir os princípios éticos envolvidos na questão ambiental, conhecer a política e a legislação nacional voltada às questões do meio ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. Direito do meio ambiente e participação popular . Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Brasília, 1994.			
ANTUNES, Paulo de Bessa. Curso de direito ambiental: doutrina, legislação e jurisprudência . Rio de Janeiro: Renovar, 1990.			
MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro . São Paulo: Malheiros, 1994.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BENJAMIN, Antonio H. V. (Org.). Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão . São Paulo: RT, 1993.			
DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico . São Paulo: Max Limond, 1997.			
FLORES, Maria do Socorro Flores. O meio ambiente e a proteção dos recursos florestais no Pará: uma abordagem jurídica . Belém: UFPA/FFA, 1999.			
MILARÉ, Édis; BENJAMIN, Antonio Herman V. Estudo prévio de impacto ambiental: teoria, prática e legislação . São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1993.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB583	ECOLOGIA I	04	60
EMENTA			
A ecologia e domínio. Ecologia como ciência. Princípios fundamentais em ecologia. O ambiente físico e sua influência sobre os seres vivos. Escalas temporais e espaciais em ecologia. Ecologia de ecossistemas: o fluxo de energia e o ciclo dos nutrientes. Cadeias tróficas e produtividade. Bens e serviços ecossistêmicos. Condições ambientais e disponibilidade de recursos. Histórias de vida e alocação de recursos. Ecologia de populações: crescimento e regulação populacional. Distribuição espacial e temporal de populações. Metapopulações.			
OBJETIVO			
Proporcionar ao aluno conhecimento para analisar os fenômenos naturais relacionados aos fluxos de energia e os ciclos dos nutrientes. Compreender a dinâmica dos do crescimento, regulação e distribuição das populações.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
RICKLEFS, R.E. A economia da natureza . 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.			
TOWNSEND, C. R., BEGON, M., HARPER, J. L. Fundamentos em Ecologia . 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.			
PRIMACK, R. B.& RODRIGUES, E. Biologia da Conservação . Londrina: Planta, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BEGON, M.; HARPER, J.L.; TOWNSEND, C.R. Ecology: individuals, populations and communities . 3. ed. Boston: Blackwell, 1996. 1068p.			
KREBS, C.J. Ecology: the experimental analysis of distribution and abundance . 5. ed. San Francisco: Benjamin Cummings, 2001. 695p.			
RICKLEFS, R.E. & MILLER, G.L. Ecology . 4. ed. New York: W.H. Freeman, 2000. 822p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1059	FORMAÇÃO ESPACIAL BRASILEIRA	04	60
EMENTA			
Mercantilismo, colonialismo e a formação socioespacial brasileira. Brasil Império, poder oligárquico e colonialidade. República Nova, Período militar e as implicações socioespaciais dos projetos nacional-desenvolvimentistas. Governos democráticos: neoliberalismo, (neo) desenvolvimentismo e uso do território. Fundamentos da formação socioespacial do sul do Brasil. Leitura e interpretação de mapas.			
OBJETIVO			
Subsidiar os componentes curriculares do Domínio Específico. Compreender a Geografia do Brasil a partir da sua formação socioespacial e de sua geo-história.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária . São Paulo: Perseu Abramo, 2000.			
FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). O Brasil republicano . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.			
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . 26 ed, Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.			
PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo . São Paulo: Companhia das Letras, 2011.			
SILVEIRA, Marcio R.; LAMOSO, Lisandra P.; MOURÃO, Paulo F. C. (org.) Questões nacionais e regionais do território brasileiro . São Paulo: Expressão Popular, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. O movimento operário na Primeira República . Rio de Janeiro: Zahar, 2000.			
BECKER, Bertha K. et al (orgs.) Geografia e Meio Ambiente no Brasil . São Paulo: Hucitec.			
BECKER, Bertha K; EGLER, Cláudio A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo . 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.			
FURTADO, Celso. Análise do 'Modelo' Brasileiro . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.			
FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil . 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.			
GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org). O Brasil imperial . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.			
MOREIRA, Ruy. Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica a Geografia do Brasil . Rio de Janeiro: Consequencia, 2012.			
TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64 . São Paulo: Brasiliense, 1982.			
SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). Brasil: um século de transformações . São Paulo: Companhia das Letras, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1060	GEOGRAFIA AGRÁRIA II	04	60
EMENTA			
Noções básicas sobre campo, rural e ruralidades. Relação campo-cidade. A multidimensionalidade e multiescalaridade da produção do espaço rural. Temas contemporâneos em Geografia Agrária.			
OBJETIVO			
Entender os processos geográficos da formação do espaço rural.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MARTINS, José de Souza. O cativo da terra . São Paulo: Editora Contexto, 2010. PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma geografia dos camponeses . 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2012. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. Cidade e campo : relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo : colônia. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011. 446 p. PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil . 43. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2012. 364 p. MARTINS, José de Souza. Fronteira : a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. SABOURIN E. Organizações e sociedades camponesas : uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011. WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade : na história e na literatura. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1061	GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA	04	60
EMENTA			
Geopolítica da ocupação europeia: povos originais, territorialidades e formação dos estados nacionais latino-americanos. Questões territoriais na América Latina. Paisagem, cultura e identidade latino-americana. Debate sobre as diferentes formas de integração. Caracterização das desigualdades na América Latina. Opção decolonial e territorialidades emergentes. Diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas. Leitura e interpretação de mapas temáticos.			
OBJETIVO			
Evidenciar aspectos de ordem político, econômico e cultural da formação territorial dos povos e dos países latino-americano, bem como, compreender as diferentes formas de integração hegemônica e contra-hegemônica. Proporcionar aos acadêmicos o estudo sobre as diferentes paisagens e as territorialidades nos campos e nas cidades da América Latina.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANDRADE, Manuel Correia de. O Brasil e a América Latina . São Paulo, SP: Contexto, 2014.			
GALEANO, Eduardo H; As veias abertas da América Latina . Porto Alegre: L&PM, 2010.			
LEMO, Amalia Inês Geraiges de; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches; LUCHIARI, Ailton (orgs). América Latina: sociedade e meio ambiente . São Paulo: Expressão Popular, 2008.			
MIGNOLO, Walter. La idea de América Latina: La herida colonial y La opción decolonial . Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.			
OLIC, Nelson Balic.; CANEPA, Beatriz. Geopolítica da América Latina . São Paulo: Moderna, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CORREA, Aureanice de Melo; OLIVEIRA, Márcio Piñon; COELHO, Maria Célia Nunes. (org.) O Brasil, América Latina e o Mundo: a espacialidades contemporâneas . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.			
AYERBE, Luis Fernando. Integração Latino Americana e Caribenha . São Paulo: IMESP, 2007.			
FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual . São Paulo: Expressão popular, 2008.			
FRIDMAN, Fania; ABREU, Maurício de Almeida (orgs). Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos . Rio de Janeiro: FAPERJ: Casa da Palavra, 2010.			
GALEANO, Eduardo H. A descoberta da América: que ainda não houve . 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1990.			
HOLLOWAY, John; SADER, Emir. Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje . São Paulo, SP: Viramundo, 2003			
PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina . Revista Latinoamericana POLIS, n.31, 2012.			
QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina . In: A			



colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Continente em chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1062	GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO	04	60
EMENTA			
Conceitos básicos de Geografia da População. O uso de dados demográficos para a Geografia. A espacialidade dos fenômenos populacionais. Mobilidade da população. O Estado e as políticas populacionais. Noções sobre constituição e dinâmicas da população brasileira. Leituras e interpretação de mapas temáticos relativos à dinâmica e a espacialidade dos fenômenos populacionais.			
OBJETIVO			
Oportunizar aos discentes condições para o entendimento da Geografia da População como instrumento de análise e interpretação do mundo atual a partir das inter-relações entre espaço e população.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DAMIANI, Amélia. População e Geografia . São Paulo: Contexto, 1991. PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Org.). Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios . Rio de Janeiro: Revan, 2005. ROLLET, Catherine. Introdução à Demografia . Porto: Porto Editora, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
COSTA, Heloisa; TORRES, Haroldo. População e Meio Ambiente: debates e desafios . São Paulo: SENAC-SP, 2000. MARTINS, Dora; VANALLI, Sônia. Migrantes . 6 ed. 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2013. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009. PACHECO, Carlos Américo e PATARRA, Neide. Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil . Campinas: Unicamp Instituto de Economia, 2000. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . 9 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização . 19 ed. São Paulo: Record, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1063	GEOGRAFIA DA REGIÃO SUL	04	60
EMENTA			
O espaço geográfico da Região Sul como produção da formação territorial brasileira. Perspectivas sociais, econômicas, políticas e naturais da região sul. Questões ambientais emergentes da região sul.			
OBJETIVO			
Oferecer aos discentes leituras multidimensionais (econômicas, políticas, culturais e naturais) concernentes ao processo de produção do espaço na Região Sul do Brasil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
SUERTEGARAY, Dirce et al. Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.			
VIEIRA, Eurepides Falcão. Geografia do Rio Grande do Sul: territorialidade, ambientes naturais e sociedade . Porto Alegre: Edigal, 2012.			
LENCIONI, S. Região e Geografia . São Paulo: Edusp, 1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BRANCHER, Ana (Org.). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.			
GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional . São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.			
ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil . 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000.			
SAQUET, M. A. Colonização italiana e agricultura familiar . 1. ed. Porto Alegre: EST Edições, 2002.			
SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI . São Paulo: Record, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1064	GEOGRAFIA DO TURISMO	04	60
EMENTA			
Relação Geografia e Turismo: aspectos conceituais, teóricos e metodológicos. Turismo e organização espacial. Potencialidades geográficas do meio para o desenvolvimento da atividade turística. Abordagens da Geografia do Turismo no Brasil.			
OBJETIVO			
Discutir a relação entre Geografia e Turismo. Analisar a espacialidade da atividade turística em termos conceituais, teóricos e metodológicos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
LEMOS, Amália I. G. de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria L. (orgs.). América Latina: cidade, campo e turismo . Buenos Aires: CLACSO, 2006.			
PEARCE, Douglas G. Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens . São Paulo: Aleph, 2003.			
TREVIZAN, Salvador (Org.). Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local . Ilhéus: Editus – UESC, 2006.			
TULIK, Olga. Turismo rural . São Paulo: Aleph, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BENI, Mário C. Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira . São Paulo: Aleph, 2003.			
BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo . Campinas: Papirus, 1999.			
CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico Cultural . São Paulo: Aleph, 2002.			
KRIPPENFDORF, Jost. Sociologia do Turismo: uma nova compreensão do lazer e das viagens . 3. ed. São Paulo: Aleph. 2009.			
LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH623	GEOGRAFIA DOS SOLOS	04	60
EMENTA			
O solo enquanto recurso natural. Pedogênese e fatores de formação do solo. Inter-relações entre morfogênese e pedogênese. Processos pedogenéticos. Constituintes do solo. Química e física do solo. Classificação e distribuição das principais classes pedológicas no Brasil. Erosão e fatores associados. Conservação do solo. Prática como componente curricular em região significativa à temática.			
OBJETIVO			
Compreender a pedogênese em seus aspectos físicos e químicos básicos e as relações com os diferentes tipos de solos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos . Rio de Janeiro: Embrapa, 2006. 306 p.			
GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. Erosão e Conservação dos Solos : conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 340 p.			
KER, J. C.; CURI, N.; SCHAEFER, C. E. G. R.; VIDAL-TORRADO, P. Pedologia : Fundamentos. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2012. 343 p.			
LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos . 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. 216 p.			
SANTOS, R. D. et al. Manual de descrição e coleta de solo no campo . 5. ed. revisada e ampliada. Viçosa: SBCS/CNPS EMBRAPA, 2005. 92 p.			
RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S. B. de; CORREA, G. F. Pedologia : base para distinção de ambientes. 2. ed. revista e ampliada. Viçosa: NEPUT, 1997. 367 p.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo . São Paulo: Ícone Editora. 1999. 355 p.			
ESPÍNDOLA, C. R. Retrospectiva crítica sobre a pedologia : um repasse bibliográfico. Campinas: Unicamp, 2008. 400 p.			
IBGE. Manual Técnico de Pedologia . 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. (Série Manuais Técnicos em Geociências, n. 4). Disponível online.			
IBGE; EMBRAPA SOLOS. Mapa de solos do Brasil . 1:5.000.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível online.			
LEPSCH, Igo F. 19 lições de pedologia . Oficina de Textos, 2011.			
QUEIROZ NETO, J. P. de. Geomorfologia e Pedologia. Revista Brasileira de Geomorfologia , v. 1, n. 1, 2000. p. 59-67.			
QUEIROZ NETO, J. P. de. O estudo de formações superficiais no Brasil. Revista do Instituto Geológico , v. 22, n. 1/2, São Paulo, 2001. p. 65-78.			
VIDAL-TORRADO, P.; LEPSCH, I. F.; CASTRO, S. S. de. Conceitos e aplicações das relações pedologia-geomorfologia em regiões tropicais úmidas. Tópicos Ci. Solo , v. 4, 2005. p. 145-192. Disponível online.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX736	GEOGRAFIA E PAISAGEM	04	60
EMENTA			
A paisagem na construção do pensamento geográfico. Diferença entre paisagem e natureza. Diferença entre paisagem e espaço. A paisagem na interface sociedade-natureza. A paisagem como expressão estética dos lugares. Abordagem paisagística na Geografia Física. Estética paisagística e Ética territorial. O direito à paisagem. O futuro da paisagem. Paisagem e ensino.			
OBJETIVO			
Compreender a paisagem como conceito operativo na Geografia, relevante ao desenvolvimento de pesquisas que tratam de temáticas de interface entre dinâmicas da natureza e dinâmicas da sociedade. Debater práticas pedagógicas no Ensino de Geografia a partir da paisagem como chave de leitura do espaço geográfico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. Uma geografia transversal e de travessias : o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Tradução Messias Modesto Passos. Maringá: Massoni, 2009.			
MATEO RODRÍGUEZ; SILVA, Edson Vicente da; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. Geoecologia das paisagens : uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: Editora UFC, 2004.			
SANTOS, D. G.; NUCCI, J. C. (Org.) Paisagens Geográficas : Um tributo a Felisberto Cavalheiro. Campo Mourão, 2009.			
SERRÃO, Adriana (coord.). Filosofia da Paisagem: uma antologia . Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2013.			
VERDUM, Roberto (Org.). Paisagem : leituras, significados, transformações. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
AB'SABER, Aziz Nacib. Brasil : paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-Grossense: patrimônios básicos. 2. ed. Cotia, SP: Ateliê, 2007.			
AB'SABER, Aziz. Os domínios de natureza no Brasil : potencialidades paisagísticas. 6. ed. São Paulo: Atelier de arte, 2010.			
BERQUE, AUGUSTIN. Cinq propositions pour une theorie du paysage . Paris: Champ Vallon, 1994.			
CULLEN, Gordon. Paisagem urbana . Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.			
DARDEL, Eric. O homem e a Terra : natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.			
EMÍDIO, Teresa. Meio ambiente & paisagem . São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2006.			
OLIVEIRA, Ana Rosa de. Tantas vezes paisagem . Rio de Janeiro, RJ: FAPERJ, 2007.			
RUA, João; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro; FERREIRA, Álvaro. Paisagem, espaço e sustentabilidade : uma perspectiva multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2007.			
SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória . São Paulo: Companhia das Letras, 1996.			
TUAN, Yi-Fu. Paisagens do medo . Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX734	GEOGRAFIA E QUESTÃO AMBIENTAL	04	60
EMENTA			
A história da ideia de natureza no Ocidente. Limites ecológicos do sistema mundo moderno. Mitos ou equívocos da questão ambiental na contemporaneidade. Conceitos geográficos como chaves de interpretação ambiental. As teorias do desenvolvimento sustentável, do ecossocialismo, da ecologiapolítica e da ecologia social. Educação ambiental. Legislação, planejamento e gestão ambiental. Geografia e questão ambiental no campo e na cidade. Leitura e interpretação de mapas temáticos.			
OBJETIVO			
Compreender a evolução da ideia de natureza no Ocidente. Abordar a construção política das principais abordagens sobre a questão ambiental. Apresentar e discutir temas relativos ao planejamento e à gestão ambiental, percorrendo temas atuais no tocante à relação Geografia e questão ambiental.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALIER, Joan M. O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração . São Paulo: Contexto, 2007.			
BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades . PASSOS, Messias Modesto (Org.). Maringá: Massoni, 2009.			
LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza . São Paulo: RCB, 2004.			
PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Os (des)caminhos do meio ambiente . 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.			
SANTOS, Rosely Ferreira. Planejamento Ambiental: teoria e prática . São Paulo: Oficina de Textos, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas . Rio de Janeiro: D, P & A, 2001.			
BOOKCHIN, Murray. Ecologia social e outros ensaios . Org. e revisão da trad. Mauro J. Cavalcanti. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.,			
FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.			
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. O desafio ambiental . São Paulo: Record, 2004.			
LOUREIRO, Carlos F. B. O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política . 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.			
MENDONÇA, Francisco. KOZEL, Salete (Org.). Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea . Curitiba: UFPR, 2002.			
SACHS, Wolfgang (Org.). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder . Petrópolis: Vozes, 2000.			
SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.			
VEIGA, José Eli. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1065	GEOGRAFIA URBANA II	04	60
EMENTA			
Noções básicas sobre cidade, urbano e urbanização. Relação cidade-campo. A multidimensionalidade e a multiescalaridade da produção do espaço urbano. Temas contemporâneos em Geografia Urbana.			
OBJETIVO			
Entender os processos geográficos da formação do espaço urbano.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade: [o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?]. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2009			
CASTELLS, Manuel. A questão urbana . 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.			
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.			
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina. São Paulo: Outras Expressões, 2013.			
SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia da cidade . Goiânia: Alternativa, 2001.			
HEIDRICH, Álvaro Luiz; MAMMARELLA, Rosetta (Org.). Habitação e metrópole: representações e produção da cidade em disputa. Porto Alegre, RS: Imprensa Livre, 2014.			
LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade . 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.			
MUMFORD, Lewis. A cidade na História . Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.			
SANTOS, Milton. A urbanização brasileira . São Paulo: Edusp, 2008.			
VASCONCELOS, Pedro. Dois séculos de pensamento sobre a cidade . Salvador: Editus, 1999.			
VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil . 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.			
SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. Cidades Pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais. São Paulo: editora Paco, 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX737	GEOMORFOLOGIA AMBIENTAL	04	60
EMENTA			
Definição de Geomorfologia Ambiental. Geomorfologia em áreas urbanas e rurais. Planejamento e aplicações da Geomorfologia Ambiental. Feições Geomorfológicas e Ordenamento Territorial.			
OBJETIVO			
Analisar a questão ambiental sob o ponto de vista da Geomorfologia, tanto nos espaços urbanos como nos rurais, e sua relação com os planos de gestão e manejo dessas áreas			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARAUJO, G. H de; ALMEIDA, J. R de; GUERRA, A. J. T. Gestão ambiental de áreas degradadas . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.			
FLORENZANO, T. Geomorfologia : conceitos e tecnologias atuais . Oficina de Textos São Paulo, 2008.			
GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). Geomorfologia e meio ambiente . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.			
ROSS, J. L. S. Geomorfologia, ambiente e planejamento . São Paulo: Contexto, 1990.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Geomorfologia do Brasil . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.			
CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. A questão ambiental: diferentes abordagens . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.			
GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). Impactos ambientais urbanos do Brasil . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.			
GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia Ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.			
GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia uma atualização de bases e conceitos . 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX738	GEOMORFOLOGIA FLUVIAL	04	60
EMENTA			
Introdução a Geomorfologia Fluvial: objetivo e campo da geomorfologia fluvial. A bacia hidrográfica e morfometria de bacias. Dinâmicas do escoamento fluvial. Transporte Fluvial de Sedimentos. Geometria de canais fluviais. Perfil Longitudinal de cursos d'água. Tipologia dos Canais Fluviais. Formas de Relevo Fluvial. Interfaces: Geotecnologias, Planejamento de Bacias e Geomorfologia Fluvial.			
OBJETIVO			
Conhecer as bases teórico-metodológicas da Geomorfologia Fluvial com vistas ao domínio dos procedimentos metodológicos aplicados à descrição e sistematização das dinâmicas de ambientes fluviais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia . São Paulo: Edgard Blücher, 1980.			
CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia Fluvial . São Paulo: Edgard Blücher, 1981.			
GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (Orgs.) Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos . Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.			
GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. Geomorfologia - Exercícios, Técnicas e Aplicações - Editora Bertrand Brasil. 2000.			
ESTEVES, F. A. Fundamentos de Limnologia . Rio de Janeiro: Interciência, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais . Florianópolis: UFSC, 1994. v. I, II e III.			
CASSETI, V. Elementos de Geomorfologia . Goiânia, Ed. UFG, 1994.			
FLORENZANO, Tereza Gallotti (org.). Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais . São. Paulo: Oficina de Textos, 2008.			
GUERRA, A. J. T. Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico . Editora Bertrand Brasil. 648p. 1997.			
GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.			
PENTEADO, M. M. Fundamentos de Geomorfologia . Rio de Janeiro: FIBGE, 1983.			
ROSS, J. L. S. EcoGeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental . São Paulo: Oficina de Textos, 2006.			
SUERTEGARY, D. M. A, Terra feições ilustradas . Porto Alegre: Editora UFRGS 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX739	GEOPROCESSAMENTO/SIG E DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	03	45
EMENTA			
Noções gerais de Geoprocessamento e Sistemas de Informações Geográficas – SIG. Componentes de um SIG. Estruturas de Dados: modelos vetorial e matricial. Análise Topológica. Manipulação e aquisição de dados em um SIG. Consulta e Análise Espacial. Utilização de um Sistema de Informações Geográficas (SIG). Metadados. Aplicações de Geoprocessamento para Análise e Diagnóstico Ambiental. Práticas laboratoriais.			
OBJETIVO			
Propiciar aos discentes o conhecimento básico sobre os fluxos de trabalho para análise espacial como metodologia de aplicação de normas técnicas/jurídicas em processos de análise e diagnóstico ambiental.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação . São Paulo: Oficina de Textos, 2008.			
SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. Geoprocessamento e Análise Ambiental: Aplicações . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.			
SANTOS, Rozely Ferreira dos. Planejamento ambiental: teoria e prática . São Paulo: Oficina de Textos, 2004.			
Stefan Lang, Thomas Blaschke. Análise da Paisagem com SIG . São Paulo: Oficina de Texto, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BRASIL. Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012 . Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm > Acesso em: 18/09/2017.			
BRASIL. Lei Federal 20.257 de 10 de julho de 2001 . Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm >. Acesso em: 18/09/2017.			
CONAMA. Resoluções do CONAMA . Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2012. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/LivroConama.pdf > . Acesso em: 18/09/2017.			
FLORENZANO, Tereza Galloti. Imagens de satélite para estudos ambientais . São Paulo: Oficina de Textos, 2002.			
CAMARA. G. & DAVIS. C. & MONTEIRO. A. M.V. Introdução à Ciência da Geoinformação . INPE, São José dos Campos, 2001. Disponível em: < http://mtc-2.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43/doc/publicacao.pdf > Acesso em: 02/02/2014.			
SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção . São Paulo: Editora Hucitec. 1996.			
ZUQUETTE, Lázaro V.; GANDOLFI, Nilson. Cartografia Geotécnica . São Paulo: Oficina de Textos, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB541	GESTÃO AMBIENTAL	02	30
EMENTA			
Problemas ambientais contemporâneos; Conceito de Desenvolvimento Sustentável; Manutenção do Capital Natural; Políticas Públicas Ambientais; As organizações e o Meio ambiente; Sistemas de Gestão Ambiental.			
OBJETIVO			
Fornecer aos acadêmicos uma introdução as bases conceituais e técnicas relativas a gestão ambiental.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CAVALCANTI, C. (org.). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável . 5a ed. São Paulo: Cortez, 2012.			
DIAS, R. Gestão Ambiental. Responsabilidade social e sustentabilidade . 2aed. São Paulo: Atlas, 2011.			
MILLER, Jr. G. T. Ciência Ambiental . São Paulo: Cengage Learning, 2012.			
SEIFFERT, M.E.B. Gestão Ambiental . Instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3Aed. São Paulo: Atlas, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CURI, D. (org.). Gestão Ambiental . São Paulo: Pearson, 2011.			
MILLER, Jr. G. T; SPOOMAN, S. E. Ecologia e sustentabilidade . São Paulo: Cengage Learning, 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB584	GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	04	45
EMENTA			
Histórico das áreas protegidas no Brasil e no mundo; O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); Políticas públicas para unidades de conservação; Critérios de escolha para criação de unidades de conservação; Elaboração e Implantação de Planos de Manejo; Gestão de Unidades de Unidades de Conservação; Unidades de Conservação e desenvolvimento Regional; Implantação e Manejo de Trilhas (uso público); Avaliação da efetividade das Unidades de Conservação;			
OBJETIVO			
Capacitar os acadêmicos sobre a gestão de unidades de conservação, apresentando as diferentes categorias e as possibilidades para a criação, implantação e manejo adequado dessas áreas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BENSUSAN, Nurit. Conservação da biodiversidade em áreas protegidas . Rio de Janeiro: FGV, 2006.			
DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. Arcas à deriva: Unidades de conservação no Brasil . Rio de Janeiro: Technical Books, 2013.			
NEXUCS. (org.) Unidades de Conservação no Brasil . O caminho da gestão para resultados. São Carlos: RiMa, 2012.			
SOUZA, M. F. R. Política Pública para Unidades de Conservação no Brasil . Diagnóstico e propostas para uma revisão. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DIEGUES, A. O mito moderno da natureza intocada . 6. ed. São Paulo: Hucitec NUPAUB/USP, 2008.			
MILLER, Kenton. Planificación de parques nacionales para el ecodesarrollo em Latinoamérica . Madrid: Fundación para la ecología y la Protección del Medio Ambiente, 1980.			
TERBORGH, J.; SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (Org). Tornando os parques eficientes: Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos . Curitiba: UFPR, 2002.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX1005	GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	04	60
EMENTA			
A questão ambiental urbana. Legislação federal e estadual aplicada. Classificação e tipologia de resíduos sólidos. Redução, descarte seletivo, acondicionamento, triagem e processamento, disposição final de resíduos, gravimetria de resíduos, reaproveitamento energético. Limpeza Pública Urbana: varrição e limpeza de bueiros, poda e capina de espaços públicos, taxas e cobranças. Gestão de resíduos perigosos. Planos de gestão integrada de resíduos sólidos. Interfaces institucionais entre GIRSU e outros segmentos da gestão municipal. Cooperativismo e movimentos sociais organizados. Educação Ambiental para resíduos sólidos. Trabalho de Campo.			
OBJETIVO			
Compreender as questões sociais, políticas e técnicas da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Municipais. O conhecimento sobre etapas metodológicas e soluções técnicas pautadas no arcabouço jurídico vigente. Capacitar os discentes para atuar na gestão integrada de resíduos municipais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARROS. R. M. Tratado sobre resíduos sólidos: gestão, uso e sustentabilidade . Rio de Janeiro: Interciência; Minas Gerais: Acta, 2012.			
BARTHOLOMEU, Daniela Bacchi; CAIXETA FILHO, José Vicente (Organizador). Logística ambiental de resíduos sólidos . São Paulo, SP: Atlas, 2011.			
JARDIM, Arnaldo; YOSHIDA, Consuelo; MACHADO FILHO, José Valverde; PHILIPPI JR., Arlindo (Coordenador). Política nacional, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos . Barueri, SP: Manole, 2012.			
JACOBI, Pedro Roberto,. Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social . São Paulo, SP: Annablume, 2006.			
LEFF, E. A Complexidade Ambiental . 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.			
MONTEIRO, Teófilo Carlos do Nascimento (Coord.). Gestão integrada de resíduos sólidos municipais e impacto ambiental : coordenado por Teófilo Carlos do Nascimento Monteiro. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BAGCHI, Amalendu. Design of landfills and integrated solid waste management . 3. ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2004.			
BRASIL. Estatuto das Cidades. Lei Federal 10.257 de julho de 2001 . Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm > Acesso em: 02/02/2014.			
ISWA. Annual Report 2013 . Disponível em: < http://www.iswa.org/media/publications/knowledge-base/ > Acesso em: 25/02/2014.			
BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei Federal 12.305/2010 . Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm > Acesso em: 02/02/2014.			
IBAM . Instituto Brasileiro de dministração Municipal. Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. 2001 . Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br > Acesso em: 09/09/2018.			
LOGAREZZI. A. Educação Ambiental em resíduo: uma proposta de terminologia. In: CINQUETE, H.C.S., LOGAREZZI, A. (Org.) Consumo e Resíduos: fundamentos para o Trabalho Educativo . São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA211	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	04	60
EMENTA			
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.			
OBJETIVO			
Conhecer a língua brasileira de sinais, a fim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Decreto 5.626/05 . Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.			
BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.			
QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.			
QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos. A Aquisição da Linguagem . Porto Alegre: Editora Artmed, 1997.			
SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Lei no 12.319, de 1o de setembro de 2010 – regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2010.			
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe – LIBRAS . São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.			
COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000.			
LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de Língua Brasileira de Sinais (ILS). In: _____. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental . Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.			
LOPES, Maura Corcini; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Inclusão de alunos surdos na escola regular . In: Cadernos de Educação. Pelotas: v. 36, Maio/Ago. 2010.			
LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. Letramento e Minorias . Porto Alegre: Mediação, 2002.			
QUADROS, Ronice Müller de. Aquisição das línguas de sinais. In: Estudos Surdos IV . Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.			
SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas . In: Educação & Sociedade. V. 26, n. 91. Maio/Ago. 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX740	PALEOCLIMATOLOGIA	04	60
EMENTA			
Variações, variabilidades e extremos climáticos. Reconstrução paleoclimática. Indicadores paleoclimáticos. Interpretação do clima a partir de dados ecológicos. Mudanças climáticas nas escalas geológicas e orbitais. Último Máximo Glacial. O clima no Quaternário. O homem e as mudanças climáticas.			
OBJETIVO			
Apresentar as variações climáticas ao longo da história da Terra, permitindo um olhar crítico sobre as mudanças climáticas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BROWN, J. H.; LOMOLINO, M. V. Biogeografia . Sunderland: Sinauer, tradução Editora Funpec. 2ªed. Ribeirão Preto, 2006. SALGADO-LABOURIAU, M.L. História Ecológica da Terra . São Paulo: Blucher, 1994.			
SUGUIO, K. Geologia do quaternário e mudanças ambientais . São Paulo: Oficina de Textos, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BRADLEY, R.S. Paleoclimatology, reconstructing climates of the Quaternary . Elsevier, International Geophysics. Second Edition, Séries Nº 68, 2010.			
CHRISTOPHERSON, R. W. Geossistemas – Uma Introdução à Geografia Física . 7ªed. Editora: BOOKMAN, 2011.			
STRAHLER, A. H.& STRAHLER, A. N. Geografia Física . Barcelona: Omega, 1997.			
SUGUIO, K. Mudanças climáticas da Terra . São Paulo: Instituto Geológico, 2008.			
TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R. & TAIOLI, F. Decifrando a Terra . 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH841	PROJETO INTEGRADOR I	04	60
EMENTA			
Integração dos conhecimentos e das disciplinas da fase com vistas à compreensão do papel do profissional da Geografia na escola e em outros espaços de atuação. Elaboração, desenvolvimento e apresentação de projeto temático (de pesquisa, extensão, cultura ou produção de material didático- pedagógico e instrucional) envolvendo, no mínimo, três disciplinas do semestre. Prática pedagógica como componente curricular. Socialização dos projetos temáticos em evento do curso.			
OBJETIVO			
Discutir, de forma multidisciplinar e integrada, a atuação profissional do licenciado em Geografia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.			
SAVIANI, D. Escola e democracia . 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Geografia: conceitos e temas . 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.			
Específica a cada tema escolhido, devendo ser relacionada na oportunidade pelos docentes responsáveis pelo componente curricular.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1043	PROJETO INTEGRADOR II	04	60
EMENTA			
Integração dos conhecimentos e das disciplinas da fase com vistas à compreensão do papel do profissional da Geografia na escola e em outros espaços de atuação. Elaboração, desenvolvimento e apresentação de projeto temático (de pesquisa, extensão, cultura ou produção de material didático- pedagógico e instrucional) envolvendo, no mínimo, três disciplinas do semestre. Prática pedagógica como componente curricular. Socialização dos projetos temáticos em evento do curso.			
OBJETIVO			
Discutir, de forma multidisciplinar e integrada, a atuação profissional do licenciado em Geografia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. SAVIANI, D. Escola e democracia . 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Geografia: conceitos e temas . 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012. Específica a cada tema escolhido, devendo ser relacionada na oportunidade pelos docentes responsáveis pelo componente curricular.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1053	PROJETO INTEGRADOR III	04	60
EMENTA			
Integração dos conhecimentos e das disciplinas da fase com vistas à compreensão do papel do profissional da Geografia na escola e em outros espaços de atuação. Elaboração, desenvolvimento e apresentação de projeto temático (de pesquisa, extensão, cultura ou produção de material didático- pedagógico e instrucional) envolvendo, no mínimo, três disciplinas do semestre. Prática pedagógica como componente curricular. Socialização dos projetos temáticos em evento do curso.			
OBJETIVO			
Discutir, de forma multidisciplinar e integrada, a atuação profissional do licenciado em Geografia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996.			
FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.			
SAVIANI, D. Escola e democracia . 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Geografia: conceitos e temas . 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.			
Específica a cada tema escolhido, devendo ser relacionada na oportunidade pelos docentes responsáveis pelo componente curricular.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEN228	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	03	45
EMENTA			
Introdução e conceitos. Identificação do problema: tipos de áreas degradadas. Legislação e normas. Geoindicadores de degradação. Processos geológico-geotécnicos e relações. Técnicas de recuperação de áreas degradadas. Critérios para a seleção de alternativas. Implementação de planos de recuperação. Monitoramento. Estudo de caso.			
OBJETIVO			
Capacitar os estudantes para desenvolver projetos de restauração e reabilitação de áreas degradadas. essas informações dizem respeito a legislação vigentes de e normas, investigação, caracterização geotécnica, implementação de planos de recuperação e monitoramento.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HYMAN, M.; DUPONT, R. R. Groundwater and Soil Remediation – Process Design and Cost Estimating of Proven Technologies . 1. ed. Reston: EUA, ASCE PRESS, 2001.			
MIRSAL, I. A. Soil Pollution: Origin, Monitoring & Remediation . 2. ed. Editora Springer, 2008. 312 p.			
RODRIGUES, D.; MOERI, E. Áreas Contaminadas - Remediação e Revitalização . Rio de Janeiro: Editora ABES, 2007. v. 3. 204 p			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ARTIOLA, J. F.; PEPPER, I. L.; BRUSSEAU, M. Environmental Monitoring Characterization . Elsevier Academic Press, 2004. 410 p.			
DYMINSKI, A. S. Remediação de áreas contaminadas: solos e águas subterrâneas . CETESB. Disponível em: < http://www.cetesb.sp.gov.br >.			
LOPES, A. G. et al. Manual de gerenciamento de áreas contaminadas . CETESB. Disponível em: < http://www.cetesb.sp.gov.br/Solo/areas_contaminadas/manual.asp >.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCB585	SAÚDE AMBIENTAL	02	30
EMENTA			
Conceitos básicos de Epidemiologia. Processo saúde-doença. Perfil epidemiológico e situação sanitária do Brasil. Meio ambiente e saúde. Saneamento e saúde. Controle de vetores. Indicadores bioestatísticos. Organismos patogênicos.			
OBJETIVO			
Proporcionar ao acadêmico o domínio de conceitos básicos em saúde pública, a relação ambiente e saúde e indicadores de saúde e ambiente.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MEDRONHO, R. A. Epidemiologia . 2. ed. São Paulo: Atheney, 2008.			
PEREIRA, M. G. Epidemiologia – Teoria e Prática . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.			
PHILIPPI JR., A. Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável . Baueri/SP: Manole, 2005.			
RIPSA. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações . Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. Disponível em: < http://www.ripsa.org.br/2014/10/30/indicadores-basicos-para-a-saude-no-brasil-conceitos-e-aplicacoes-livro-2a-edicao-2008-2/ >			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
MAGALHÃES JUNIOR, A. P. Indicadores Ambientais e Recursos Hídricos . E. Bertrand Brasil, 2007.			
PHILIPPI JR., A. Curso de Gestão Ambiental . Baueri/SP: Manole, 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA456	TOPOGRAFIA E GEODÉSIA	05	75
EMENTA			
Fundamentos de geodesia geométrica. Representação plana do modelo geodésico da terra. Instrumentação. Grandezas de medição. Métodos de levantamentos horizontais.			
OBJETIVO			
Interpretar e realizar estudos, projetos e levantamentos topográficos básicos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BORGES, A. C. Exercícios de Topografia . 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 1975.			
COMASTRI, J. A. Topografia. Planimetria . 2. ed. Universidade Federal de Viçosa, Imprensa Universitária UFV, 1999.			
COMASTRI, J. A.; TULER, J. C. Topografia. Altimetria . 2. ed. Viçosa-MG: UFV, 1999.			
GEMAEL, C. Introdução à Geodésia Física . Curitiba: UFPR, 1999.			
MCCOMARC, J. C. Topografia . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BORGES, A. C. Topografia . São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1997. v. 1 e 2.			
ESPARTEL, L. Curso de topografia . Porto Alegre: Globo, 1973. 655 p.			
GARCIA, G. J.; PIEDADE, G. C. Topografia aplicada às ciências agrárias . São Paulo: Nobel, 1989. 256 p.			
LOCH, C.; CORDINI, J. Topografia contemporânea, planimetria . 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.			
PARADA, M. de Oliveira. Elementos de Topografia: Manual Prático e Teórico de Medições e Demarcações de Terra . São Paulo: Blucher, 1992.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1080	TRABALHO DE CAMPO	04	60
EMENTA			
Trabalho de campo: conceitos, objeto, objetivos e conteúdos. A dimensão teórica do trabalho de campo na Geografia e em outras áreas do conhecimento. O trabalho de campo na pesquisa em Geografia. O trabalho de campo no ensino de Geografia. Técnicas e levantamentos de campo: dados qualitativos e quantitativos. Logística de trabalhos de campo. Elaboração de estratégias de apresentação e socialização das práticas de campo. Prática de trabalho de campo.			
OBJETIVO			
Compreender o trabalho de campo como uma etapa do processo de aprendizagem e da pesquisa em Geografia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.			
MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.			
NEVES, K. F. T. V. Os trabalhos de campo no ensino de Geografia: reflexões sobre a prática docente na educação básica. Ilhéus, EDITUS-UESC, 2010.			
VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org). Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório. 2. ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS – SEÇÃO SÃO PAULO. Boletim Paulista de Geografia. n. 84. jul. 2006.			
CHRISTOFOLETTI, Antonio. Modelagem de sistemas ambientais. 1. ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1999.			
BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa participante. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.			
DREW, D. Processos Interativos homem—meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.			
RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação. Uberlândia, MG: Assis Editora, 2009.			
ROSS, J. L. S. Geomorfologia: ambiente e Planejamento. S. Paulo: Contexto, 2001.			
SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, [s/d].			
THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.			



B) Seminários Temáticos/Oficinas/Tópicos especiais :

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1068	TÓPICOS ESPECIAIS I	04	60
EMENTA			
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões profissionais e/ou crítico-reflexivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1069	TÓPICOS ESPECIAIS II	02	30
EMENTA			
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões profissionais e/ou crítico-reflexivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX742	TÓPICOS ESPECIAIS EM CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS I	04	60
EMENTA			
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões da Cartografia e das Geotecnologias, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX743	TÓPICOS ESPECIAIS EM CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS II	04	60
EMENTA			
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões da Cartografia e das Geotecnologias, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX744	TÓPICOS ESPECIAIS EM CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS III	02	30
EMENTA			
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões da Cartografia e das Geotecnologias, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX745	TÓPICOS ESPECIAIS EM CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS IV	02	30
EMENTA			
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões da Cartografia e das Geotecnologias, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX746	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA I	04	60
EMENTA			
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX747	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA II	04	60
EMENTA			
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX748	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA III	04	60
EMENTA			
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX749	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA IV	04	60
EMENTA			
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX750	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA V	02	30
EMENTA			
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX751	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA VI	02	30
EMENTA			
A ser definida pelo colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1074	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA I	04	60
EMENTA			
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1075	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA II	04	60
EMENTA			
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1076	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA III	04	60
EMENTA			
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1077	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA IV	04	60
EMENTA			
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1078	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA V	02	30
EMENTA			
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1079	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA VI	02	30
EMENTA			
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.			
OBJETIVO			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
A ser definida pelo colegiado.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
A ser definida pelo colegiado.			



9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

9.1. Por uma Gestão Democrática

O processo pedagógico e de gestão do curso de Geografia – Bacharelado do Campus Erechim guia-se pelos princípios, diretrizes e normas expedidas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, em especial aquelas advindas do CONSUNI. Em consonância com a Resolução no 4/2014–CONSUNI/CGRAD, que regulamenta as atividades de graduação no âmbito da UFFS, os processos pedagógicos e de gestão do curso de Geografia – Bacharelado serão encaminhados de modo a garantir a democratização do acesso e da produção do conhecimento com vistas à formação integral do ser humano, num processo de formação acadêmica e profissional pautado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, as atividades didático-pedagógicas do curso serão direcionadas no sentido de garantir que a interdisciplinaridade e a construção da autonomia intelectual permeiem o processo formativo dos acadêmicos.

Tendo em vista garantir a representatividade dos diferentes segmentos vinculados ao curso nos processos decisórios relativos a sua gestão pedagógica e administrativa, o Curso de Geografia – Bacharelado contará com as seguintes instâncias decisórias: Colegiado de Curso e Coordenação de Curso, bem como o Núcleo Docente Estruturante (NDE) como instância consultiva. As atribuições de tais fóruns e modos de funcionamento estão descritos a seguir:

9.1.1 O Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo e propositivo responsável pela estruturação pedagógica do Curso no que se refere a sua concepção, consolidação e atualização, sempre que os processos de ensino e aprendizagem do curso demandarem tal necessidade.

A composição do NDE do curso de Geografia – Bacharelado será indicada pelo Colegiado do Curso, em acordo com as normativas da Universidade, e formalizada em ato específico pela Pró-Reitoria de Graduação.



As atribuições do NDE do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado do campus Erechim estão subordinadas aos regramentos institucionais da UFFS. As reuniões do NDE serão convocadas pelo Coordenador, de acordo com as demandas do curso de Geografia – Bacharelado a partir das atribuições que compete a essa instância.

9.1.2 O Colegiado

Considerado ponto fundamental para a gestão democrática do curso, o colegiado tem a função de deliberar sobre todas as decisões referentes aos processos políticos, didático-pedagógicos e do planejamento do Curso de Geografia – Bacharelado. Dessa forma, esta instância decisória tem atribuições de planejamento, organização, aprovações, como os planos de ensino e proposição do desenvolvimento das atividades atinentes ao curso.

De caráter deliberativo, o Colegiado de Curso deve prezar pela qualificação do processo de ensino e aprendizagem, atentando para os objetivos do curso e o perfil dos sujeitos que se pretende formar. Avaliações periódicas com a finalidade de qualificar o processo de gestão do curso no que compete a atuação dos docentes, dos discentes sobre sua própria atuação e, também, da equipe de Coordenação (Coordenador titular, Coordenador Adjunto e Coordenador de Estágio). As competências deste órgão constam no Regulamento de Graduação da UFFS.

As deliberações advindas das reuniões de colegiado serão registradas em atas e, quando necessário, publicadas na forma de atos deliberativos.

9.1.3 Da Coordenação de Curso

A Coordenação do curso é exercida pelo Coordenador, pelo Coordenador Adjunto e pelo Colegiado de Curso, responsáveis por promover a coordenação didático-pedagógica e organizacional do curso, as atividades dela decorrentes, bem como aquelas imputadas pelo Conselho Universitário.

O Coordenador de Curso e o Coordenador Adjunto serão eleitos pela comunidade acadêmica do curso, em consonância aos regramentos institucionais, cabendo ao colegiado estabelecer critérios e formas de escolha da equipe coordenadora. As competências da coordenação de curso constam no Regulamento de Graduação da UFFS garantindo o amplo diálogo com discentes e suas formas representativas.



A coordenação de curso é responsável pela elaboração e proposição de Plano de Ação da Coordenação que deve ser apresentado anualmente ao Colegiado de Curso visando explicitar as metas a serem alcançadas pelo curso em cada ano corrente. O Plano de Ação deve prever as ações de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas pelos docentes do curso, contemplando dados de projetos institucionalizados, atuação de discentes em atividades de iniciação científica, ensino e extensão no âmbito dos projetos institucionalizados, produção de trabalhos acadêmicos vinculados a cada projeto (artigos em periódicos, artigos publicados em anais de eventos, resumos, resumos expandidos, pôsteres, relatos de experiências), balanço de participação em eventos dos docentes e discentes vinculados aos projetos institucionalizados e projeção de melhoria constante para essas atividades.

O Plano de Ação também deverá permitir avaliar e acompanhar as atividades de trabalhos de campo obrigatórios no conjunto de CCRs do curso que contemplem essa metodologia. Os trabalhos de campo são instrumentos didáticos fundamentais à formação profissional em Geografia e demandam atenção constante da coordenação e colegiado de curso com o intuito maior de aprimorar sua aplicação e produção de conteúdo e material didático-pedagógico a ser amplamente difundido na comunidade acadêmica.

Com relação aos Estágios do curso, o Plano de Ação terá como meta a constante ampliação dos órgãos e instituições em parceria com a UFFS para recepcionar estudantes com interesses de atuação dentro do que compete à atuação do bacharel. Neste quesito, estima-se que parcerias e convênios sejam frequentemente estabelecidos e/ou renovados entre órgãos e instituições públicos ou privados tanto no município de Erechim, quanto na região, em outros estados e até mesmo em escala internacional.

Quanto ao acompanhamento de uso da infraestrutura do curso, o Plano de Ação deverá compor estratégias de melhoria de usos de laboratórios, salas de estudos e biblioteca por meio do acompanhamento de projetos de docentes ou suas respectivas atuações em atividades didático-pedagógicas referentes aos seus planos de ensino.

Por meio da elaboração de relatórios anuais contendo as ações realizadas no decorrer do ano letivo, atendendo aos indicadores elencados anteriormente, será possível compor o Plano de Ação do ano seguinte em conformidade às avaliações das ações produzidas a cada ano.



Portanto, a composição do Plano de Avaliação se dará pela disposição dos seguintes itens:

- Acompanhamento periódico do quantitativo de projetos de ensino, pesquisa e extensão institucionalizados pelos docentes;
- Acompanhamento periódico do quantitativo de discentes vinculados aos projetos institucionalizados;
- Acompanhamento das produções acadêmicas resultantes desses projetos;
- Proposição de estratégias de ação para incorporação constante de discentes do curso a esses projetos;
- Acompanhamento dos resultados obtidos dos trabalhos de campo (produção de relatórios, produtos didático-pedagógicos, projetos, exposições, colóquios etc.)
- Proposição de estratégias de ação para divulgação dos resultados dos trabalhos de campo e melhoria constante da atuação docente e discente nestas atividades;
- Acompanhamento dos usos de infraestruturas de laboratórios, salas de estudos, biblioteca através das avaliações de planos de ensino e projetos de pesquisa, ensino e extensão;
- Proposição de estratégias para aprimorar os usos da infraestrutura e qualificar o processo formativo;
- Busca constante de novas parcerias com órgãos e instituições públicos ou privados para atendimento de Estágios nas diversas áreas de atuação do Bacharel em Geografia, permitindo articulações na escala local, regional, nacional e internacional;

A avaliação de desempenho da Coordenação de Curso estará diretamente relacionada aos avanços construídos durante o período de gestão.

9.2 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

O Curso de Geografia – Bacharelado do Campus Erechim, em consonância com os fundamentos pedagógicos basilares ao ensino de graduação na UFFS, compreende a avaliação como parte integrante do processo de ensinar e aprender, necessariamente vinculada ao planejamento e à execução dos processos didático-pedagógicos, sendo, portanto, diagnóstica, processual, contínua e cumulativa, constituindo-se, desse modo, enquanto ato formativo.



Nesse sentido, os diferentes instrumentos e momentos avaliativos realizados no âmbito dos componentes curriculares objetivarão fornecer informações qualitativas aos docentes e discentes quanto ao alcance dos objetivos de aprendizagem expostos no plano de ensino, a fim de subsidiar as decisões pedagógicas futuras.

Desse modo, cabe ao docente esclarecer os instrumentos e objetivos do processo avaliativo, bem como da concepção de avaliação que subjaz aos processos pedagógicos por ele coordenados, procedendo a discussão dos resultados das avaliações aplicadas e o registro de desempenho dos acadêmicos.

Ainda, considerando o caráter formativo que a avaliação desempenha no processo didático-pedagógico, serão oferecidas novas oportunidades para retomada do conhecimento ao longo do desenvolvimento do componente curricular, registrando-as no diário de classe, por meio da realização de atividades extraclasse, compreendidos como: trabalhos de pesquisa e investigações, grupos de estudos, monitorias e/ou orientações direcionadas entre o(s) discente(s) e o docente.

É recomendável que no plano de ensino, na seção Avaliação, sejam explicitados os critérios e instrumentos de avaliação do componente curricular, bem como os pesos atribuídos para cada atividade avaliativa. Em conformidade com o Regulamento da Graduação da UFFS – Resolução no 4/2014–CONSUNI/CGRAD –, aos diferentes instrumentos de avaliação aplicados serão atribuídas notas expressas em grau numérico de zero a dez, com uma casa decimal, cabendo ao docente, sempre que o processo pedagógico assim requerer, estabelecer pesos diferentes para diferentes atividades avaliativas. Para aprovação nos componentes curriculares do Curso de Geografia, o discente deverá alcançar nota igual ou superior a seis e frequência mínima de 75%.

Ressalta-se que os componentes curriculares de Estágio Supervisionado e Trabalhos de Conclusão de Curso, devido à natureza dos componentes curriculares e suas respectivas avaliações de caráter processual, não ofertarão novos instrumentos avaliativos.

Para a melhoria do processo de ensino/aprendizado, com base nas informações do processo avaliativo proposto, ações de constante acompanhamento dos docentes perante dúvidas e dificuldades de discentes se darão em conformidade às demandas e necessidades específicas apresentadas pelos discentes: agendamento de reuniões diretamente com os docentes de cada CCR para esclarecimento de dúvidas e



dificuldades com os conteúdos; proposição de trabalhos extraclasse para compensação de notas; incentivo à formação e participação em grupos de estudos onde as dificuldades sejam compartilhadas com demais discentes e se crie um ambiente autônomo de soluções sempre amparado pela coordenação de docentes das respectivas CCRs; proposição de leituras complementares; incentivo à pesquisa bibliográfica e uso da biblioteca.

O Núcleo Docente Estruturante acompanhará periodicamente estas avaliações por meio da coleta de dados de notas finais dos discentes em relatórios de histórico acadêmico das turmas, buscando aprimorar mecanismos de solução aos resultados insatisfatórios de instrumentos avaliativos que não sejam suficientemente alcançados pelos discentes.

Casos omissos neste Projeto Pedagógico serão definidos mediante consulta aos regimentos pertinentes no âmbito da UFFS e/ou decididos em Colegiado.

9.3 As práticas pedagógicas voltadas à acessibilidade

Como apontado no documento “Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da educação Superior – Parte I – Avaliação dos cursos de graduação”, a acessibilidade não se limita às questões físicas e arquitetônicas. Segundo este documento a acessibilidade é dividida em seis tipos: 1) atitudinal, 2) arquitetônica, 3) comunicacional, 4) instrumental, 5) metodológica e 6) programática. Desses seis, a acessibilidade metodológica (pedagógica) pode ser vista como diretamente vinculada ao funcionamento do curso.

Esse tipo de acessibilidade refere-se à “ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os docentes concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas”.

A acessibilidade metodológica (pedagógica) é construída no âmbito do Colegiado de Curso com o apoio do Setor de Acessibilidade do campus. Esse tipo de acessibilidade começa a ser observada quando os docentes “promovem processos de diversificação, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de discentes com deficiência”. Dessa maneira, em parceria com o Núcleo de Acessibilidade da UFFS, o colegiado deverá discutir e propor instrumentos e



metodologias que atendam às demandas dos discentes, técnicos e docentes do curso no tocante à acessibilidade.

Outras formas de apoio ao discente como: monitoria, estágios não obrigatórios, apoio psicopedagógico, participação em diretórios acadêmicos, possibilidades de intercâmbios nacionais e internacionais pelo programa de mobilidade acadêmica, além de outras ações exitosas e inovadoras do ponto de vista de apoio ao discente serão incentivadas.

As monitorias inserem discentes em uma diversidade de atuações no âmbito de CCRs, projetos de apoio, organização de atividades didático-pedagógicas e roteiros de trabalho de campo, além de permitir a composição de atendimento para plantão de dúvidas que se prestam para contribuir com discentes em situação de eventuais dúvidas com relação aos conteúdos de CCRs que estão cursando.

Os estágios não obrigatórios serão apoiados por meio de estreita relação entre a Coordenação de Estágios do curso e o Setor de Estágios do campus, contribuindo para que os discentes exerçam atividades diretamente relacionadas com o Projeto Pedagógico do curso e com evidente relação com seu processo formativo.

Sempre que necessário, por meio de ação conjunta da coordenação de curso com seus docentes, os encaminhamentos de discentes para apoio psicopedagógico terão atenção especial conforme demandas que venham ser apresentadas e com orientações do setor indicado pela coordenação acadêmica do campus.

A representação discente é fundamental para fazer com que o (a) discente compreenda o funcionamento da Universidade em suas diferentes esferas democráticas. Nesse aspecto, o curso deverá ser propositivo e incentivador da inserção discente nos diretórios acadêmicos, promovendo apresentação e esclarecimento de seu funcionamento na primeira reunião geral anual, travando diálogo e orientações entre discentes calouros e veteranos já atuantes nessas instancias.

A mobilidade acadêmica deverá funcionar como estratégia de conexão entre discentes da UFFS e outras instituições, em conformidade aos editais periodicamente divulgados e as intuições parceiras, tanto no Brasil quanto no exterior. A mobilidade acadêmica permite que discentes realizem períodos de continuidade de seus estudos em outras instituições e validem CCRs cursados fora durante os programas na UFFS. Esta ação pressupõe o conhecimento de novas realidades para aprimorar o processo



formativo e preâmbulo de parcerias com pesquisadores, professores, grupos de estudos, grupos de pesquisas e projetos afins à vida universitária.



10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação constitui-se como importante instrumento para o planejamento do curso, especialmente ao que compete a definição e organização da pesquisa e da extensão, das ações de ensino e do estágio. A avaliação da qualidade do curso de graduação em Geografia - Bacharelado e do desempenho dos discentes ocorrerá, prioritariamente, pela Avaliação Institucional.

Essa avaliação institucional será desenvolvida por dois processos, a saber:

a) Avaliação Institucional: coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei nº10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso de graduação Geografia-Bacharelado e o desempenho dos discentes. A CPA é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e também da sociedade civil organizada, sem que haja a maioria absoluta de um dos segmentos. Cabe destacar que o curso poderá desenvolver seus instrumentos de autoavaliação.

b) Avaliação externa: realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais.

O resultado da tabulação dos dados deverá ser socializado entre os envolvidos. No conjunto, esses processos avaliativos constituirão um sistema que permitirá a visualização integrada das diversas dimensões enfocadas pelos instrumentos aplicados, oferecendo elementos à reflexão, à análise e ao planejamento institucional, visando subsidiar o alcance dos objetivos estabelecidos pelo curso de Geografia - Bacharelado.



O processo de autoavaliação em discussão será amparado em reflexões sistemáticas a partir das reuniões do NDE e posteriormente em reuniões do colegiado. Segundo o inciso III e IV do Artigo 3º da RESOLUÇÃO Nº 001/2011 – CONSUNI/CGRAD, cabe ao NDE apoiar o coordenador de curso, auxiliando nos processos de avaliação interna e externa e avaliação integrada, além de supervisionar as formas de acompanhamento e avaliação do curso definidas pelo colegiado.

Trata-se inicialmente de uma abordagem quantitativa com a possibilidade de ser desenvolvida uma abordagem qualitativa. Serão utilizados questionários digitais. As questões estarão identificadas por fase e no formulário com o nome do docente para avaliação das CCRs, composto por uma lista de perguntas a serem propostas para os participantes. Serão elaboradas questões referentes: ao planejamento das aulas e aproveitamento do tempo; as relações entre docentes e discentes; aos conteúdos das CCRs; as metodologias de ensino; as avaliações; a diversificação de estratégias de ensino e um espaço para sugestões/proposições, elogios ou críticas em relação às CCRs. Também haverá questões de avaliação geral dos discentes com perguntas sobre: o comparecimento às aulas e aproveitamento do tempo; a participação nas aulas e realização das atividades; dedicação para a aprendizagem dos conteúdos das disciplinas; dedicação para a leitura de artigos, livros, textos e estudos extraclasse; satisfação geral com as aprendizagens ocorridas no âmbito do curso. Por meio da segunda abordagem, poderá ser realizado a técnica de grupo focal, com representantes de cada fase. No entanto, o enfoque será dado sempre à avaliação quantitativa.

Os dados e informações coletados serão devidamente analisados por comissão composta por docentes vinculados ao NDE. Os resultados serão compartilhados com todos os docentes, discentes e técnicos administrativos vinculados ao curso com a finalidade de produzir reflexões a respeito das informações apresentadas buscando aprimorar a qualidade do curso. Os relatórios produzidos ficarão arquivados em pasta específica do curso, pelo presidente do NDE e serão disponibilizados sempre que necessário.



11 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

De acordo com o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, em outras palavras, significa que deverá haver uma igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal. De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado.

A UFFS assume o compromisso de permanente diálogo e interação com a sociedade, nas mais diversas práticas acadêmicas, no qual cabe pensar soluções aos problemas da sociedade e sobre a própria forma como a sociedade delimita e compreende tais problemas, produzindo alternativas de solução e conhecimento científico. Nesse contexto, a busca pela excelência na realização das atividades-fim "Ensino, Pesquisa e Extensão", requer a definição de princípios éticos e epistemológicos. Foram definidos nove princípios na I COEPE, documento este que orienta as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão do curso de Geografia-Bacharelado:

- I. Humanismo: o humanismo, enquanto princípio orientador da relação que o investigador estabelece com o objeto investigado, implica na denúncia permanente do mito da neutralidade científica. Se traduz na capacidade de se indignar diante de qualquer forma de injustiça e de perda da dignidade humana; no respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de opções de vida, de estilos pessoais; na sensibilidade ecológica e no respeito ao meio ambiente, entre outros.
- II. Pluralidade: o compromisso com a pluralidade implica na aceitação da convivência e da construção de diálogos possíveis entre diversos saberes e entre diversas perspectivas teórico-metodológicas e na rejeição à intolerância, ao sectarismo e ao autoritarismo, tanto na produção como na divulgação e/ou na aplicação do conhecimento produzido.
- III. Justiça cognitiva: o princípio da justiça cognitiva implica na democratização plena de todas as formas de saber produzidos historicamente, especialmente os conhecimentos científicos e tecnológicos que a Universidade abriga, desenvolve e aprimora.
- IV. Autonomia intelectual: inerente à atitude investigativa, a autonomia intelectual requer a crítica permanente dos conhecimentos produzidos, de suas formas de produção e de seus usos, tendo em vista evitar que as atividades científicas sejam dominadas pela lógica competitiva e mercadológica ou seja aprisionadas em modelos e/ou paradigmas cristalizados.



V. Cooperação: a defesa da cooperação enquanto um princípio da pesquisa implica na participação coletiva e solidária na organização e desenvolvimento das atividades de pesquisa.

VI. Sustentabilidade: o princípio da sustentabilidade coloca à pesquisa o desafio de construir alternativas ao atual modelo de produção e de consumo, que tem nas necessidades do mercado a sua principal referência e que reduz a natureza à condição de objeto e o homem à condição de consumidor. Exige, portanto, o investimento na produção de conhecimentos científicos e tecnológicos e na inovação pautada na promoção da justiça social e no estabelecimento de relações mais solidárias e responsáveis entre o homem e a natureza.

VII. Transformação social: a defesa deste princípio implica em assumir uma postura política voltada para o desenvolvimento de um processo investigativo e pedagógico vinculado organicamente com os processos sociais, comprometido com a construção de práticas orientadas pela justiça social, pela radicalidade democrática, por valores humanistas e coletivistas, o que requer a integração da Pesquisa com a Extensão e o Ensino e o esforço permanente para subsidiar a elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades oriundas dos processos de desenvolvimento.

VIII. Indissociabilidade: entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão: a relevância social e científica das atividades de pesquisa e sua contribuição para a transformação social pressupõem a articulação dialética entre a teoria e a prática, num diálogo permanente entre as três áreas-fim da universidade.

IX. Interdisciplinaridade: a adoção deste princípio requer que sejam criados espaços e tempos de interlocução de diferentes saberes e disciplinas, buscando a formulação de questões mais complexas e de interpretações mais abrangentes, assim como uma intervenção mais qualificada na realidade (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011, p.40-42).

A proposta pedagógica do curso de Geografia - Bacharelado da UFFS – Campus Erechim busca atender integralmente às demandas desta área de conhecimento no exercício das atividades e funções a cargo da União, dos Estados, dos territórios, dos Municípios, das entidades autárquicas ou de economia mista e particulares, previstas na Lei nº 6.664, de 26 de junho 1979. A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Portanto, a formação do bacharel em Geografia deve integrar conhecimentos que lhe permitam compreender fenômenos e processos na interface sociedade-natureza, bem como práticas profissionais que possam ser constantemente aprimoradas no decorrer de sua trajetória profissional.

A inclusão de atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir dos princípios apresentados, se materializará na articulação de ações integrando discentes, docentes, com a comunidade regional, por meio de:

a) componentes curriculares (Projeto Integrador I, II e III, Estágio Curricular Supervisionado);

b) bancas de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso e outros eventos



atrelados aos CCRs;

c) atividades como o trabalho de campo de CCRs do Domínio Específico;

d) atividades do Núcleo de Estudos sobre Território, Ambiente e Paisagem (NETAP) e Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Região, Urbanização e Desenvolvimento (NERUD), além do Observatório Geográfico da Fronteira Sul, com a possível composição de docentes e discentes, tanto da licenciatura quanto do bacharelado em Geografia, além dos outros cursos, a fim de aprimorar as pesquisas realizadas na Geografia e na interface desta ciência com outros campos do conhecimento.

e) Semana da Geografia da UFFS, evento organizado anualmente juntamente com o Centro Acadêmico de Geografia – CAGEO, a sua programação tem sido marcada pelo amplo debate político, técnico e científico, bem como pela comemoração do dia do Geógrafo;

f) Ciclos de debates, a atividade em questão prevê a realização de conferências, palestras e mesas redondas, prevendo a integração de conhecimentos e intercâmbio entre docentes, discentes de cursos de graduação e pós-graduação e comunidade regional;

g) Envolvimento com a organização, comitês científicos, equipes avaliadoras nos Seminários de Ensino, Pesquisa e Extensão, além da promoção de atividades a compartilhar com a comunidade acadêmica no âmbito do DIVERSA, sobretudo os resultados provenientes de projetos de extensão e cultura.



12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O quadro docente do curso é composto por docentes vinculados ao núcleo de formação básica, denominado Domínio Comum (formação com foco no desenvolvimento de leitura, interpretação e análise crítico social), do Domínio Conexo (formação conexa entre cursos com as mesmas atribuições profissionais) e por docentes dos componentes curriculares específicos (voltados para os componentes específicos da Ciência Geográfica) para a formação do bacharel em Geografia.

Dentre as principais características que o docente do curso deve apresentar, cita-se:

- Dominar os conteúdos teóricos dos componentes curriculares de sua área de atuação;
- Integrar teoria e prática;
- Desenvolver atividades de pesquisa vinculadas à área de atuação;
- Articular ensino, pesquisa e extensão;
- Aplicar e interagir os conhecimentos dos componentes curriculares à realidade;
- Apresentar postura que sirva de referência para os discentes.

Frente a esse panorama do perfil docente do curso de Geografia da UFFS, é importante salientar que essas características somente serão devidamente atingidas com a constante qualificação dos docentes. É de suma importância que os docentes do curso de Geografia busquem formação continuada por meio do ingresso em programas de pós-graduação *strictu sensu* (Doutorado e Pós-doutorado), participação em cursos de capacitação promovidos ou não pela UFFS, (a exemplo do Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP) apresentação de trabalhos e participação em eventos vinculados ao desenvolvimento e ao debate científico e das humanidades. A qualificação docente busca qualidade no ensino de graduação da UFFS e contribui para o Programa de pós-graduação (*lato sensu* e *strictu sensu*).



13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

Relação dos docentes, sua vinculação aos Componentes Curriculares, titulação, carga horária e Súmula do Currículo Vitae

13.1 Docentes do Campus Erechim que atuam no curso

Domínio/CCR	Docente	Título	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1ª FASE				
Específico/ Introdução à Astronomia	Anderson André Genro Alves Ribeiro	D	40h/DE	Graduação: Física (UFRGS) Mestrado: Não possui Doutorado: Física (UFRGS)
Específico/ História do Pensamento Geográfico	Reginaldo José de Souza	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geografia do Brasil	Márcio Freitas Eduardo	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNIOESTE) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Comum/ Leitura e Produção textual acadêmica	Roberto Carlos Ribeiro	D	40h/DE	Graduação: Letras (FAFIS) Mestrado: Letras (PUCRS) Doutorado: Letras (PUCRS)
Comum/ Iniciação à prática científica	Éverton de Moraes Kozenieski	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFRGS) Mestrado: Geografia (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
2ª FASE				
Específico/ Geografia Física	José Mário Leal Martins Costa	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFRJ) Mestrado: Geografia (UERJ) Doutorado: em andamento – Geografia (UFRGS)
Específico/ Introdução à cartografia e geotecnologias	João Paulo Peres Bezerra	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geografia Econômica	Juçara Spinelli	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFSM) Mestrado: Planejamento Urbano e Regional (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Comum/ Estatística Básica	André Gustavo Schaeffer	D	40h/DE	Graduação: Ciência da Computação (PUCRS) Mestrado: Computação (UFRGS) Doutorado: Educação Científica e Tecnológica (UFSC)
Comum/ Introdução ao pensamento social	Cássio Cunha Soares	D	40h/DE	Graduação: Ciências Sociais (UFJF) Mestrado: Sociologia (IUPERJ) Doutorado: Sociologia (UERJ)
Comum/ História da Fronteira Sul	Debora Clasen de Paula	D	40h/DE	Graduação: História (UFPEL) Mestrado: História (UNISINOS) Doutorado: História (UFRGS)
3ª FASE				
Específico/ Climatologia	Pedro Germano dos	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UFSC)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Domínio/CCR	Docente	Título	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
	Santos Murara			Doutorado: Geografia (UFSC)
Específico/ Geografia Regional	Márcio Freitas Eduardo	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNIOESTE) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geografia Política	Robson Olivino Paim	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNOESC) Mestrado: Geografia (UNIOESTE) Doutorado: Geografia (UFSC)
Comum/ Introdução à Filosofia	Marcio Soares	D	40h/DE	Graduação: Filosofia (UPF) Mestrado: Filosofia (PUC-RS) Doutorado: Filosofia (PUC-RS)
Comum/ Direito e Cidadania	Cássio Cunha Soares	D	40h/DE	Graduação: Ciências Sociais (UFJF) Mestrado: Sociologia (IUPERJ) Doutorado: Sociologia (UERJ)
4ª FASE				
Específico/ Geografia Agrária	Éverton de Moraes Kozenieski	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFRGS) Mestrado: Geografia (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Geologia	José Mário Leal Martins Costa	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFRJ) Mestrado: Geografia (UERJ) Doutorado: em andamento – Geografia (UFRGS)
Específico/ Cartografia Temática	Paula Vanessa de Faria Lindo	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Educação Ambiental	João Paulo Peres Bezerra	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
5ª FASE				
Específico/ Geografia Urbana	Juçara Spinelli	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFSM) Mestrado: Planejamento Urbano e Regional (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Epistemologia da Geografia	Reginaldo José de Souza	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geomorfologia	José Mário Leal Martins Costa	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFRJ) Mestrado: Geografia (UERJ) Doutorado: em andamento – Geografia (UFRGS)
Específico/ Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens	João Paulo Peres Bezerra	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Optativa II	A ser definido pelo colegiado	D	40h/DE	
6ª FASE				
Específico/ Organização do Espaço Mundial	Márcio Freitas Eduardo	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNIOESTE) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geografia Cultural	Éverton de Moraes Kozenieski	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFRGS) Mestrado: Geografia (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Hidrogeografia	João Paulo Peres Bezerra	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/	Pedro Germano	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Domínio/CCR	Docente	Título	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Biogeografia	dos Santos Murara			Mestrado: Geografia (UFSC) Doutorado: Geografia (UFSC)
Específico/ Geoprocessamento	João Paulo Peres Bezerra	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
7ª FASE				
Específico/ Pesquisa em Geografia	Éverton de Moraes Kozenieski	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFRGS) Mestrado: Geografia (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Planejamento Ambiental	João Paulo Peres Bezerra	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP) Mestrado: Geografia (UNESP) Doutorado: Geografia (UNESP)
Específico/ Planejamento Territorial	Juçara Spinelli	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UFSM) Mestrado: Planejamento Urbano e Regional (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Conexo/ Licenciamento Ambiental	Cristiane Fuzinatto	D	40h/DE	Graduação: Oceanografia (UNIVALI) Mestrado: Engenharia Ambiental (UFSC) Doutorado: Engenharia Ambiental (UFSC)
Conexo/ Empreendedorismo	Débora Regina Schneider Locatelli	D	40h/DE	Graduação: Administração (UNOESC) Mestrado: Relações Internacionais para o Mercosul (UNISUL); Administração (UCS) Doutorado: Administração (UCS)
8ª FASE				
Específico/ Trabalho de Conclusão de Curso	Reginaldo José de Souza	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Estágio curricular supervisionado	Reginaldo José de Souza	D	40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)



14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo campus, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos campi, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada campus. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; assessoria editorial.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos



eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

14.1 Laboratórios

Neste item será apresentada a descrição detalhada dos laboratórios utilizados pelo curso de Geografia – Bacharelado. Cabe ressaltar que essas estruturas são fundamentais para as práticas laboratoriais (carga horária prática) de um conjunto de CCRs e realização da carga horária teóricas de CCRs em práticas, como por exemplo, a leitura e interpretação de mapas.

Antes de citar cada laboratório e suas especificidades, destaca-se que os Laboratórios de Informática e de Softwares Especiais são utilizados pelo conjunto de Cursos da UFFS - Campus Erechim em CCRs formativos na área da informática e da inovação. Tais laboratórios também auxiliam na formação prática, atendendo as competências e habilidades citadas no Parecer 492/CNE/CES/2001.



14.1.1 Laboratório de Astronomia, Ótica e Física Moderna

LABORATÓRIO DE ASTRONOMIA, ÓTICA E FÍSICA MODERNA	
Docentes Responsáveis: Anderson André Genro Alves Ribeiro	
Discentes por turma:	50
Área: 20,00 m ²	Localização: Campus Erechim
Quantidade	Descrição
	O Laboratório de Astronomia, Ótica e Física Moderna é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes curriculares de Introdução à Astronomia e dos componentes curriculares no curso de Engenharia Ambiental e Agronomia. O laboratório também objetiva iniciar atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constituirá de uma sala de aproximadamente 20,00m ² .

14.1.2 Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação e Mapoteca

LABORATÓRIO DE CARTOGRAFIA, ACERVO E DOCUMENTAÇÃO e MAPOTECA	
Docentes Responsáveis: Paula Vanessa de Faria Lindo e Clarice Ribeiro (técnica em arquivo)	
Discentes por turma:	50
Área: 124,50 m ²	Localização: Campus Erechim
Quantidade	Descrição
	<p>O Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes curriculares de Introdução à cartografia e geotecnologias, Cartografia Temática, Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens, e Trabalho de Conclusão de Curso I e II, além de componentes curriculares que preveem em sua ementa prática de leitura e interpretação de mapas.</p> <p>O laboratório também objetiva iniciar atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constituirá de uma sala de aproximadamente 124,50m², com uma subdivisão entre a área das mapotecas e a área didática, armários para guardar os equipamentos, mesas estilo pranchetas, mesas retangulares, cadeiras, acervo de cartas topográficas e mapas, acervo de fotografias aéreas, instrumentos de trabalho cartográfico, estereoscópios entre outros.</p> <p>Junto ao Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação há a Mapoteca que se trata do espaço destinado ao armazenamento das cartas e mapas. A Mapoteca é o espaço utilizado para o manuseio do material ali presente que deve ser consultado e possivelmente retirado somente com a presença da</p>



	<p>técnica de arquivo presente do campo e responsável pelo Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação e Mapoteca.</p> <p>A Mapoteca estará ao lado do Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação constituída por um vidro que permite a transferência das cartas e mapas da Mapoteca para o Laboratório ao lado. Todas as cartas e mapas estão organizadas e arquivadas nas diferentes mapotecas (verticais e horizontais) presentes, assim como outros materiais como globos, maquetes, bússolas entre outros.</p>
--	---

14.1.4 Laboratório de Hidroclimatologia

LABORATÓRIO DE HIDROCLIMATOLOGIA	
Docente Responsável: Pedro Germano dos Santos Murara	
Discentes por turma:	20
Área: 62,40 m ²	Localização: Campus Erechim
Quantidade	Descrição
	<p>O Laboratório de Hidroclimatologia possui espaço físico de 62, 40m². Composto por uma bancada de 4m² onde ficarão instalados parte dos equipamentos fixos para análise e ensaios experimentais hidrológicos (estufa, conjunto de peneiras, amostrador de sedimentos etc.), além da estrutura hidráulica (um ponto de água, munido de pia conjugada). Os demais equipamentos de campo são guardados nos armários da sala e embaixo da bancada.</p> <p>No laboratório há um condicionador de ar com controle térmico para os experimentos e melhor manutenção dos equipamentos. O laboratório conta com um conjunto de 16 carteiras tipo universitárias, 2 mesas em formato “L” tipo estação de trabalho, e 2 mesas retangulares e seus respectivos computadores desktop, 4 armários para a guarda dos equipamentos, gabinetes instalados embaixo da bancada, 1 mesa retangular com 5 cadeiras para reuniões de grupo de estudos/pesquisa e tela para projeção. Foi solicitado a instalação de um projetor multimídia e uma TV de 32” LCD.</p> <p>Associado ao laboratório há uma estação meteorológica automática, instalada no canteiro experimental do campus, próximo ao pavilhão de sementes. A estação meteorológica automática coleta dados das variáveis climáticas e envia os mesmos para um dos computadores (desktop servidor) localizado no laboratório. Os computadores estão conectados em rede para otimização, integração e compartilhamento dos trabalhos.</p> <p>O laboratório é utilizado durante o atendimento aos discentes realizado pelo docente responsável pelos componentes curriculares de climatologia (Geografia) e hidrogeografia (Geografia), agroclimatologia (Agronomia) e hidrologia (Eng. Ambiental).</p> <p>Além, disso, o laboratório deve contar com 2 monitores e 2 bolsistas, que</p>



	exercem atividades vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão.
--	---

14.1.5 Laboratório de Química dos Solos, Geologia, Geomorfologia e Física dos Solos

LABORATÓRIO DE QUÍMICA DOS SOLOS, GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E FÍSICA DOS SOLOS	
Docente Responsável: José Mário Leal Martins da Costa	
Discentes por turma:	30
Área: 124,80 m ²	Localização: Campus Erechim
Quantidade	Descrição
	O Laboratório de Geologia, Geomorfologia e Solos é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes curriculares de Geologia, Geomorfologia, Hidrogeografia e Trabalho de Conclusão de Curso I e II, além de componentes curriculares nos cursos de Agronomia e Engenharia Ambiental. O laboratório também objetiva iniciar atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constituirá de uma sala de 124,80m ² , com uma subdivisão entre a sala de química de solos e a sala de geologia e física de solos, armários para guardar os equipamentos, mesas, cadeiras, bancadas com pias, acervo de rochas e minerais, entre outros.

14.1.6 Laboratório de Software Aplicados

LABORATÓRIO DE SOFTWARE APLICADOS	
Docente Responsável: Juçara Spinelli	
Discentes por turma:	25
Área: 124,80 m ²	Localização: Campus Erechim
Quantidade	Descrição
	O Laboratório de Softwares Aplicados é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes curriculares de Introdução à cartografia e geotecnologias, Cartografia Temática, Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens e Trabalho de Conclusão de Curso, além de componentes curriculares de todos os cursos do Campus que necessitem do uso de programas de computador aplicados às suas áreas. O laboratório também objetiva o desenvolvimento de atividades de ensino,



	pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constituirá de uma sala de aproximadamente 124,80m ² , com 25 computadores equipados com os softwares específicos de cada área, entre eles Idrisi, ArcGis, Envi, Global Mapper, SPRING e PhilCarto.
--	--

14.1.7 Laboratório de Topografia, Geoprocessamento e Geotecnologia

LABORATÓRIO DE TOPOGRAFIA, GEOPROCESSAMENTO E GEOTECNOLOGIAS	
Docente Responsável: João Paulo Peres Bezerra	
Discentes por turma:	25
Área: 64,20 m ²	Localização: Campus Erechim
Quantidade	Descrição
	<p>O Laboratório de Topografia, Geoprocessamento e Geotecnologias é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes curriculares de Introdução à cartografia e geotecnologias, Cartografia Temática, Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens e Trabalho de Conclusão de Curso, além de componentes curriculares nos cursos de Agronomia, Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Ambiental.</p> <p>O laboratório também objetiva iniciar atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constitui de uma sala de 64,20², com uma subdivisão, armários para guardar os equipamentos, mesas, cadeiras, bancadas para aula, entre outros.</p>

14.2 Demais itens

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos campi. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução Nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD¹. Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-

¹ Disponível em [http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_6-2015_-_CONSUNI-CGRAD - Regulamento do Ncleo de Acessibilidade.pdf](http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_6-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Regulamento_do_Ncleo_de_Acessibilidade.pdf)



graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução Nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD².

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

1. Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2. Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva

3. Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;

² Disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_4-2015_-_CONSUNI-CGRAD - Institui a Política de Acessibilidade da UFFS.pdf



- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;

- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;

- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;

- Oferta de capacitação para os servidores;

4. Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;

- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;

- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;

- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;

- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;

- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;



- Disponibilização de apoio acadêmico.

5. Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;
- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;
- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;
- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais.
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.



15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

_____. Decreto Nº 4.281, 25 de Junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 3.284, de 07/11/2003. (DOU Nº 219, 11/11/2003)

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução** do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (CNE/CP) **nº 01, de 17 de junho de 2004**.

_____. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinal – Libras, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.

_____. Comissão nacional de avaliação da educação superior. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010** – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior. Brasília, 17 de Junho de 2010.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 08/2012, de 06 de março de 2012**. Dispõe acerca das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

_____. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 11 de outubro de 2012.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Projeto Pedagógico do Curso de Geografia - Bacharelado, Campus Erechim. - 170



Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 27 de dezembro de 2012.

_____. [Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014](#). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016**. DOU nº 196, terça-feira, 11 de outubro de 2016, Seção 1, Página 21.

_____. **Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Brasília, 15 de dezembro de 2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017**. Diário Oficial da União, edição 145, Seção 1, de 22 de dezembro de 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 492/2001, de 03 de abril de 2001**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

_____. **Parecer CNE/CES nº 1363, de 12 de dezembro de 2001** - Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

_____. **Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002** - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia.

_____. **Decreto 85.138 de 15 de setembro de 1980**. Brasília, 15 de setembro de 1980.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução CONFEA Nº 1.073 DE 19/04/2016**. Diário Oficial da União – DOU. Brasília, 19 de abril de 2016.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 2008.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 2007.



SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora Hucitec. 1996.

VEYRET, Yvete. **Os riscos – o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: contexto, 2007.

UFFS. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI), período 2012 – 2016**. Chapecó, 2012.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), período 2012 – 2016**. Chapecó, 2012.

_____. **Resolução nº 01/2011 – CONSUNI/CGRAD**. Chapecó, 26 de setembro de 2011.

_____. **Resolução nº 11/2012 – CONSUNI**. Chapecó, 07 de agosto de 2012.

_____. **Resolução nº 13/2013/CGRAD**. Chapecó, 21 de outubro de 2013.

_____. **Resolução nº 32/2013/CONSUNI**. Chapecó, 12 de dezembro de 2013.

_____. **Resolução nº 33/2013/CONSUNI**. Chapecó, 12 de dezembro de 2013.

_____. **Resolução nº 004/2014 –CONSUNI/CGRAD**. Chapecó, 26 de junho de 2014.

_____. **Resolução nº 005/2014 – CONSUNI/CGRAD**. Chapecó, 26 de junho de 2014.

_____. **Resolução nº 008/2014 – CONSUNI/CGRAD**. Chapecó, 18 de setembro de 2014.

_____. **Resolução nº 004/2015 – CONSUNI**. Chapecó, 04 de março de 2015.

_____. **Resolução nº 6/2015/CGRAD**. Chapecó, 28 de maio de 2015.

_____. **Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD**. Chapecó, 13 de agosto de 2015.

_____. **Resolução nº 10/2017 – CONSUNI/CGRAD**. Chapecó, 30 de outubro de 2017.

_____. **Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/CGAE**. Chapecó, 05 de julho de 2018.



15 ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- BACHARELADO

CAPÍTULO I SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente regulamento dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) cujos fundamentos se encontram na legislação federal Lei 11.788/2008 e nas Resoluções: nº 7/2015 CONSUINI/CGRAD/UFFS e nº 4/2018 CONSUNI/CGAE/UFFS.

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado é ato educativo desenvolvido em ambiente de trabalho entendido como período de exercício pré-profissional, no qual o acadêmico do Curso de Geografia – Bacharelado permanecerá em contato efetivo com o mercado de trabalho, desenvolvendo atividades profissionalizantes que sejam passíveis de avaliação póstuma e com período limitado pela legislação vigente.

SEÇÃO II DO CARÁTER E DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado caracteriza-se como experiência fundamental que insere o discente no campo profissional do Bacharel em Geografia, sendo:

I-O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Geografia – Bacharelado de caráter obrigatório;

II-Orientado e supervisionado por docente do curso que tenha conhecimento na área do estágio curricular supervisionado;

III-Pré-requisito o cumprimento de 50% da carga horária total do curso e somente poderá ser realizado a partir da 8ª fase/semestre.



IV-Composto por 14 créditos com carga horária correspondente a 210 horas.

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Geografia - Bacharelado da UFFS tem por objetivos:

- I - Proporcionar ao estagiário/a vivências pré-profissionais nas diferentes áreas de atuação do geógrafo;
- II - Preparar o discente para o pleno exercício profissional através do desenvolvimento de atividades referentes à temática/campo de estágio escolhido;
- III - Oportunizar ao estagiário a integração com a comunidade regional bem como sensibilizar ações de pesquisa e extensão referente às situações-problemas a partir da experiência de estágio;
- IV - Qualificar a formação discente por meio de experiências profissionais.

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Art. 5º A carga horária do componente curricular Estágio Curricular Supervisionado fica assim distribuída:

- I-15 horas/aulas teóricas e práticas presenciais;
- II-35 horas/aulas para elaboração do plano de estágio e do relatório de estágio;
- III-160 horas de atividades de estágio a serem desenvolvidas pelo discente/estagiário/a.

	Carga horária (em horas)			
	Total	I - aulas teórico/práticas presenciais	II – elaboração do plano de estágio e do relatório de estágio	III – atividades de estágio desenvolvidas pelo estudante
Estágio Curricular Supervisionado	210	15h	35h	160h de estágio

Art. 6 Ao coordenador do estágio será consignada uma carga horária semanal de 4 (quatro) horas, destinadas ao exercício de suas atribuições e aos orientadores serão atribuídas 2 (duas) horas-atividade por orientando.

Parágrafo Único: A supervisão das atividades do estágio será realizada em nível



individual e sua atribuição poderá ser certificada por meio de declaração emitida pelo coordenador de estágio.

SEÇÃO IV

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Art. 7º Os campos de estágio previstos são empresas públicas, privadas, autarquias, estatais, paraestatais, de economia mista e organização da sociedade civil organizada que desenvolvem atividades relacionadas às atribuições do/a Geógrafo/a.

Art. 8º O Estágio Supervisionado em Geografia – Bacharelado será coordenado pelo Coordenador de Estágio.

Art. 9º Os orientadores serão professores lotados no(s) Curso(s), contando com a participação de supervisores de nível técnico ou superior que serão os supervisores que se constituírem em campos de atuação para os estagiários.

Art. 10º O planejamento das atividades de estágio será realizado pelo estagiário, com apoio do supervisor e do orientador do estágio.

Parágrafo Único: O planejamento das atividades de estágio se dará por meio de orientação sob a forma de reuniões e elaboração do plano de estágio.

Art. 11º A execução das atividades do estágio propriamente ditas referentes ao exercício profissional serão atividades de pesquisa, extensão ou produção inerentes à experiência pré-profissional, de acordo com o plano de estágio proposto e aprovado pela Coordenação do Estágio.

Art. 12º A elaboração do relatório será realizada pelo discente sob a orientação do professor-orientador e se constituirá na descrição, reflexão e avaliação de todas as atividades do estágio propriamente ditas.



CAPÍTULO II

DA ASSIDUIDADE, FREQUÊNCIAS E PRAZOS

Art. 13 A frequência mínima a ser exigida para a aprovação no estágio será de 75%, devendo, no entanto, o estagiário submeter-se, ainda, no que diz respeito à assiduidade, às exigências dos locais que se constituírem campos de estágio.

Parágrafo Único: Para aprovação do discente no CCR "Estágio Curricular Supervisionado" exige-se frequência mínima de 75% nas aulas teórico/práticas presenciais.

Art. 14 O estagiário deverá apresentar à Coordenação do Estágio o relatório digitado, em 3 vias, no prazo mínimo de 15 dias úteis definidos pelo professor responsável pelo CCR.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 15 As atribuições do Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado, no Regulamento de Estágios da UFFS.

I - participar dos processos de elaboração, planejamento e avaliação da política de estágios da UFFS;

II - coordenar as atividades de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório em nível de Curso, em articulação com os professores do componente curricular, com os professores-orientadores de estágio, com a Coordenação Acadêmica e com as Unidades Concedentes de Estágio (UCs);

III - coordenar a execução da política de estágio no âmbito do curso;

IV - levantar as demandas de estágio vinculadas à execução do Projeto Pedagógico do Curso;

V - avaliar a natureza das atividades propostas, sua adequação ao caráter formativo do curso, à fase de matrícula do acadêmico e à carga horária curricular;

VI - integrar o fórum permanente de discussões teórico-práticas e logísticas relacionados ao desenvolvimento das atividades de estágio em nível de Campus;

VII - promover estudos e discussões teórico-práticas com os professores do



componente curricular de estágio e com os professores-orientadores de estágio do curso;

VIII - orientar os acadêmicos de seu curso com relação aos estágios;

IX - mapear as demandas de estágio dos semestres junto ao curso e buscar equacionar as vagas junto às unidades concedentes, de forma projetiva;

X - providenciar a organização da distribuição das demandas de estágio com seus respectivos campos de atuação no âmbito do curso;

XI - receber e encaminhar documentos e relatórios de estágio;

XII - promover a socialização das atividades de estágio junto ao curso, intercursos e UCEs;

XIII - promover ações que integrem as atividades de estágio entre os cursos de áreas afins e/ou com domínios curriculares conexos;

XIV - atender às demandas administrativas associadas ao desenvolvimento de atividades de estágio do curso.

Parágrafo Único: A coordenação do Estágio Curricular Supervisionado e a orientação do estágio serão exercidas por um dos docentes vinculados ao Curso de Graduação em Geografia - Bacharelado.

Art. 16 São atribuições do Orientador de estágio:

I - orientar, em diálogo com o Supervisor de Estágio da UCE e com o responsável pelo CCR Estágio, o estudante na elaboração do Plano de Atividades de Estágio;

II - acompanhar, orientar e avaliar, em diálogo com o supervisor de estágio da UCE e com o responsável pelo CCR Estágio, o estudante no desenvolvimento do estágio;

III - avaliar e emitir pareceres sobre relatórios parciais e finais de estágio;

IV - participar de encontros promovidos pela Coordenação de Estágios de seu curso, com vistas ao planejamento, acompanhamento e avaliação dos estágios;

V - participar de bancas de avaliação de estágio, quando for o caso;

VI - organizar, em acordo com o orientando, um cronograma de encontros de orientação;

VII - desempenhar outras atividades previstas no Regulamento de Estágio do Curso.



Parágrafo único. A mediação entre o supervisor de estágio na UCE, o orientador e o estagiário pode ser realizada à distância, com o emprego de meios e tecnologias de informação e comunicação, de forma a propiciar a participação dos envolvidos nas atividades em lugares e/ou tempos diversos.

Art. 17 A Divisão de Estágios (DIES) tem como atribuições:

- I - requerer junto à administração da UFFS a contratação de seguro para os estudantes em Estágio Obrigatório;
- II - organizar formulários e documentos necessários ao desenvolvimento das atividades de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório;
- III - promover a publicização da política e das ações vinculadas ao estágio em nível institucional;
- IV - propor a organização de eventos relacionados ao estágio;
- V - coordenar o processo de avaliação institucional das atividades de Estágio propondo alterações na regulamentação quando for o caso;
- VI - coordenar a previsão de atividades relacionadas ao estágio no calendário acadêmico;
- VII - publicar as orientações e as atividades de estágio no *site* da Universidade.

Art. 18 O supervisor da UCE tem como atribuições:

- I - colaborar na elaboração do Plano de Atividades de Estágio;
- II - zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso;
- III - assegurar, no âmbito da UCE, as condições de trabalho para o bom desempenho das atividades formativas dos estagiários;
- IV - orientar e supervisionar as atividades de estágio, nos termos da Lei;
- V - controlar a frequência dos estagiários;
- VI - emitir avaliação periódica sobre as atividades desenvolvidas pelos estagiários;
- VII - informar à UFFS sobre os processos de estágio desenvolvidos na UCE;
- VIII - participar de atividades de integração promovidas pela UFFS.

Art.19 São direitos do estagiário:



- I - Receber a orientação necessária para realizar as atividades de estágio dentro da opção escolhida;
- II - Apresentar qualquer proposta ou sugestão que possa contribuir para o aprimoramento das atividades de estágio;
- III - Estar segurado contra acidentes pessoais que possam ocorrer durante o cumprimento das atividades do CCR Estágio Supervisionado.

Art. 20 São deveres do estagiário:

- I - Assinar Termo de Compromisso de Estágio;
- II - Demonstrar interesse e boa vontade para cumprir o estágio em uma das suas opções, com responsabilidade e trabalho;
- III - Zelar e ser responsável pela manutenção das instalações e dos equipamentos utilizados durante o desenvolvimento do estágio;
- IV - Tomar conhecimento e cumprir as presentes normas, o Regulamento de Estágio da UFFS e a Legislação Federal de Estágios;
- V - Respeitar a hierarquia funcional da Universidade e a dos demais campos de estágio, obedecendo ordens de serviços e exigências do local de atuação;
- VI - Manter elevado padrão de comportamento e de relações humanas, condizentes com as atividades a serem desenvolvidas;
- VII - Participar de outras atividades correlatas que venham a enriquecer o estágio, quando solicitado pelo supervisor;
- VIII - Comunicar e justificar, com a possível antecedência, ao supervisor do estágio sua ausência nas atividades do CCR;
- IX - Manter postura ética-profissional.

Art. 21 Os princípios éticos profissionais, que regerão a conduta dos estagiários, serão aqueles constantes das resoluções CREA. Os estagiários, além de estarem sujeitos ao regime disciplinar e de possuírem os direitos e deveres estabelecidos no Regimento Geral da Universidade, deverão, também, estarem sujeitos às normas que regem as unidades concedentes de estágio.



CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 22. A avaliação das atividades propostas e de sua adequação de caráter formativo, à fase e carga horária curricular do acadêmico no curso é feita pela Coordenação de Estágios do curso, obedecendo aos critérios previstos na legislação e neste regulamento.

Parágrafo único: a avaliação será realizada por meio da apreciação de todo o processo do estágio, com início na etapa do planejamento, desenvolvimento e findando com a apresentação pública dos relatórios, contemplando as avaliações dos supervisores nas Unidades Concedentes.



**ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES
COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA –
BACHARELADO**

CAPÍTULO I

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES
CURRICULARES COMPLEMENTARES**

Art. 1º Este regulamento tem por objetivo normatizar as Atividades Curriculares Complementares do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Art. 2º Para fins do disposto neste Regulamento compreende-se por Atividades Curriculares Complementares as atividades de diversos tipos que permitam a aquisição e construção de conhecimentos pelo discente, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

Art. 3º As Atividades Curriculares Complementares do curso de Graduação em Geografia – Bacharelado têm por objetivos:

- I - a complementação do processo ensino-aprendizagem;
- II - a valorização da experiência extraclasse;
- III - garantir ao discente vasto e eclético contato com a produção teórica e a prática social atinentes à formação profissional obtida na universidade.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º As Atividades Curriculares Complementares do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado serão realizadas ao longo do curso, compreendendo 14



créditos, com carga horária correspondente a 210 horas. Elas poderão ser contabilizadas na forma de:

I – Atividades Complementares em Pesquisa (até 100 horas):

- a) Iniciação científica, acadêmica e participação em projetos de pesquisa (até 60 horas/ano);
- b) Participação em Grupos de Pesquisas cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (até 30 horas/ano)
- c) Publicações na área ou áreas afins (4 horas para resumo, 8 horas para resumo expandido, 16 horas para trabalho completo em anais, 24 horas para artigo em periódico e capítulo de livro);
- d) Monitorias e grupos de estudos formais da UFFS (até 30 horas/ano);
- f) Apresentação de trabalhos em eventos (4 horas para pôster, 6 horas para apresentação oral);
- g) Participação na organização de eventos (20 horas para comissão organizadora, 10 horas para comissão de apoio e/ou monitoria).
- h) Trabalho voluntário vinculado a projetos de pesquisa (até 30 horas/ano).

II – Atividades Complementares em Extensão e Aprimoramento Acadêmico-Profissional (até 100 horas):

- a) Participação em eventos científicos e acadêmicos (encontros, congressos, simpósios, colóquios, seminários, fóruns e semanas acadêmicas) na área ou áreas afins (de acordo com a carga horária do evento) presencialmente ou à distância;
- b) Participação em cursos, minicursos, oficinas na área ou áreas afins presencialmente ou à distância (de acordo com a carga horária da atividade);
- c) Participação em palestras, conferências, mesas-redondas e debates isolados de outros eventos, na área ou áreas afins presencialmente ou à distância (de acordo com a carga horária da atividade);
- d) Participação em projetos e programas de extensão (até 60 horas/ano);
- e) Participação como ouvinte em defesas de TCCs, dissertações e teses (2 horas para TCCs, 4 horas para dissertações e 6 horas para teses), mediante elaboração de relatório;
- f) Estágios não obrigatórios na área ou áreas afins (até 60 horas/ano);
- g) Vivência profissional complementar ou estágios complementares em laboratórios na



área ou áreas afins mediante elaboração de relatório (até 60 horas/ano);

h) Componentes curriculares isoladas de graduação, na área ou áreas afins, desde que não computadas como componentes curriculares (obrigatórias e/ou optativas) para integralização curricular da carga horária mínima (de acordo com a carga horária dos componentes curriculares);

i) Trabalho voluntário vinculado a projetos de extensão (até 30 horas/ano).

j) Realização de teste de língua inglesa TOEFL/ITP aplicado pelo MEC (PORTARIA Nº 571/GR/UFFS/2014) ou teste de proficiência de outros idiomas (02 horas por teste).

l) Participação em produção de trabalhos técnicos (plantas, cartas, mapas, projetos, relatórios técnicos, laudos) na área ou áreas afins (08 horas por produto ou trabalho técnico).

III – Atividades Complementares em Cultura (até 100 horas):

a) Viagens de estudo, trabalhos de campo, excursões e expedições, desde que não relacionados aos componentes curriculares obrigatórios e/ou optativos do curso, mediante apresentação de certificado ou relatório, descritivo e analítico (de acordo com a carga horária da atividade);

b) Participação em atividades culturais (teatro, cinema, literatura, música) desenvolvidas no âmbito da UFFS, mediante apresentação de relatório ou certificado (de acordo com a carga horária da atividade);

c) Participação em grupos artísticos e em práticas desportivas oficialmente constituídos, mediante certificado (até 30 horas/ano);

d) Participação na organização e execução de eventos culturais, no âmbito da UFFS, mediante certificado (de acordo com a carga horária do evento).

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 5º A solicitação da validação de ACCs é realizada na Secretaria Acadêmica do Campus (SECAC) mediante preenchimento de formulário próprio, obedecidos aos prazos previstos no Calendário Acadêmico. Após protocolado na SECAC, os documentos serão remetidos para análise e contabilização das Atividades Curriculares Complementares pela Coordenação de ACCs do curso.



Art. 6º Os pedidos de validação das Atividades Curriculares Complementares serão avaliados semestralmente pelo Coordenador de ACC.

Art. 7º O registro das Atividades Curriculares Complementares no histórico do discente se dará no semestre subsequente à solicitação.

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 5º Para contabilizar as Atividades Curriculares Complementares, o discente deverá encaminhar à Coordenação de ACC o formulário de solicitação de validação das ACCs, com a devida documentação comprobatória, obedecidos os prazos previstos no Calendário Acadêmico.

Art. 6º Os pedidos de validação das Atividades Curriculares Complementares serão avaliados semestralmente pelo Coordenador de ACC.

Art. 7º O registro das Atividades Curriculares Complementares no histórico do discente se dará no semestre subsequente à solicitação.

SEÇÃO IV

DO COORDENADOR DE ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 8º O Coordenador de Atividades Curriculares Complementares será escolhido e indicado anualmente pelo Colegiado de Curso.

Art. 9º São incumbências do Coordenador de Atividades Curriculares Complementares:

- I – Receber e organizar os pedidos de validação de ACCs;
- II – Deferir ou indeferir os pedidos de validação de ACCs;
- III – Encaminhar os pareceres à Secretaria do curso, para o devido lançamento no sistema de gestão acadêmica para o cômputo da carga horária de ACCs deferidas.



SEÇÃO V

DAS OBRIGAÇÕES DO DISCENTE

Art. 10 Cabe ao discente realizar o pedido de validação das Atividades Curriculares Complementares na Secretaria Acadêmica com a devida documentação comprobatória, em prazo previamente definido e divulgado pelo Calendário Acadêmico.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11 Os casos omissos neste Regulamento de Atividades Curriculares Complementares do curso de graduação em Geografia – Bacharelado serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 12 Este Regulamento de Atividades Curriculares Complementares do curso de graduação em Geografia – Bacharelado entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia – Bacharelado, Campus Erechim, e pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul.



ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – BACHARELADO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento tem por objetivo normatizar as atividades de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Art. 2º Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a atividade curricular, didática e de pesquisa desenvolvida no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único: As atividades citadas no caput deste artigo envolvem a elaboração, a execução e a apresentação/submissão, pelo discente, de um projeto e de uma monografia que dialogue com o perfil do egresso, orientado por um docente do curso.

CAPÍTULO II DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em pesquisa individual orientada, relatada sob a forma de uma monografia, em qualquer área do conhecimento geográfico.

Art. 4º O Trabalho de Conclusão de Curso será realizado no último período, compreendendo 8 créditos, com carga horária correspondente a 120 horas.

Art. 5º O discente só poderá desenvolver o TCC com a matrícula no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso.



SEÇÃO II

DO OBJETIVO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 6º O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo desenvolver uma reflexão em torno do uso das técnicas e métodos de pesquisa e de redação em Geografia oferecendo ao discente condições de otimizar a sua formação enquanto bacharel em Geografia.

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 7º A produção do Trabalho de Conclusão de Curso, obrigatória a todos os discentes, deverá ser realizada individualmente, sob a forma de monografia.

Art. 8º O Trabalho de Conclusão de Curso compreenderá, basicamente, as seguintes etapas:

- I – Elaboração e desenvolvimento de um processo de pesquisa que deverá conter: problemática de pesquisa; modelo de análise adequado à proposta, com quadro teórico e metodologia que sustenta os estudos que se pretende desenvolver; obtenção e análise de dados e de informações; apresentação escrita dos resultados na forma de monografia;
- II - O discente deverá defender publicamente o Trabalho de Conclusão de Curso no formato de defesa pública da pesquisa.

Art. 9º Os docentes orientadores do Trabalho de conclusão de curso serão os docentes lotados na UFFS que tenham ministrado componente curricular do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado.

Parágrafo Único: Casos excepcionais poderão ser submetidos pelo discente para a avaliação do Colegiado de Curso.

Art. 10 A definição dos docentes orientadores será realizada pelo Colegiado a partir das indicações feitas pelos discentes matriculados no componente curricular.

§1º A efetivação das orientações apenas será ratificada mediante consentimento entre docentes e discentes.



§2º O Colegiado do Curso garantirá orientação a todos os discentes matriculados, desde que sigam as normas previstas neste Regulamento e nas deliberações do Colegiado.

Art. 11 Além das cargas horárias previstas nos componentes curriculares, atribuídas aos docentes responsáveis pelo CCR, serão atribuídas aos orientadores 30 horas-atividade por orientando.

Art. 12 O acompanhamento do processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso deverá, sempre que possível, ser realizado pelo mesmo docente, durante todas as etapas de construção da pesquisa e da monografia.

Parágrafo Único: Poderá ser realizada a troca de orientador em qualquer período, desde que consensuado entre as partes envolvidas e ratificado pelo Colegiado.

Art. 13 Será facultado ao discente a possibilidade de coorientação de acordo com o prévio consentimento do docente orientador e aceite do coorientador.

Parágrafo Único: A formalização da escolha do coorientador se dará da mesma forma que para a escolha do orientador.

SEÇÃO IV DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES

Art. 14 São atribuições do docente orientador que acompanha a construção do Trabalho de Conclusão de Curso:

- I - Definir, em conjunto com o Colegiado do Curso, seminários como forma de socializar o conhecimento e propiciar o debate e o enriquecimento do trabalho realizado;
- II - Construir, em conjunto com o discente, um programa de trabalho que inclua leituras individuais e coletivas;
- III - Promover a articulação entre a pesquisa realizada pelo discente e sua futura inserção como Bacharel em Geografia;
- IV - Avaliar o desenvolvimento do discente e da pesquisa;
- V- Sugerir integrantes para participação da banca examinadora;
- VI - Solicitar agendamento das salas para as defesas públicas de TCC.



Art. 15 São atribuições dos docentes responsáveis pelos componentes curriculares TCC:

- I - Apresentar aos discentes a organização e a dinâmica dos componentes curriculares;
- II - Apresentar, ao início de cada semestre letivo, sugestões de cronogramas referentes aos prazos para apreciação no Colegiado;
- III - Encaminhar para o Colegiado de Curso a formalização de orientações e coorientações;
- IV- Submeter ao Colegiado as indicações de bancas de TCC;
- V - Divulgar as defesas de TCC ao setor de comunicação da UFFS e à Secretaria do Curso;
- VI - Receber as atas das bancas examinadoras e as versões finais das monografias e providenciar o arquivamento na Secretaria do Curso e no setor de bibliotecas;
- VII - Responsabilizar-se pelos diários de classe do componente curricular.

Art. 16 São responsabilidades dos discentes que desenvolvem o Trabalho de Conclusão de Curso:

- I - Matricular-se no componente curricular TCC em conformidade com as normas e os calendários da UFFS;
- II - Indicar docentes do curso para função de orientador da pesquisa;
- II - Participar das reuniões com o Orientador, Coordenador do Curso e/ou docente responsável pelos componentes curriculares;
- III - Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pela Coordenação de Curso e Projeto Pedagógico do Curso de Geografia – Bacharelado, Campus Erechim.
- IV - Cumprir o plano e o cronograma de trabalho, estabelecidos em conjunto com o seu orientador;
- V – Elaborar e apresentar o projeto de pesquisa e monografia do TCC em conformidade a este Regulamento;
- VI - Entregar a versão final da monografia atendendo as determinações apontadas pela banca examinadora;
- VII - Respeitar os direitos autorais, vedando o uso no TCC de toda e qualquer forma de cópia e/ou plágio de outras produções acadêmicas e intelectuais.



SEÇÃO V

DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 17 A avaliação do discente no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso será realizada pelo docente orientador, coorientador (caso aplique-se) e por, no mínimo, outros 2 (dois) membros convidados, através de apresentação de trabalho do discente e arguição de texto monográfico perante a banca examinadora.

§1º Poderão compor a banca examinadora do TCC II docentes e outros profissionais que tenham titulação mínima de graduado, devidamente aprovados pelo Colegiado do Curso.

§2º Entre os membros convidados para banca examinadora, no mínimo, um docente ser integrante do Domínio Específico do Curso.

§3º Para a aprovação, o discente deverá obter média mínima de 6,0 (seis).

§4º A homologação e consequente lançamento da nota no sistema está condicionada a entrega, pelo discente ao docente responsável pelo componente curricular, da versão final digital com as alterações sugeridas pela banca, constadas em ata de defesa pública, em diálogo com o orientador, em prazo aprovado pelo Colegiado em consonância com o Calendário Acadêmico.

§5º Os encontros para orientação se constituirão em etapas da avaliação processual.

Art. 18 O Trabalho de Conclusão de Curso da UFFS deve, obrigatoriamente, integrar o Repositório Digital da UFFS, cabendo ao próprio estudante apresentar a documentação exigida junto ao setor responsável da Biblioteca do Campus.

Parágrafo único. Cabe à Biblioteca do Campus emitir documento comprobatório da entrega, para que o mesmo seja utilizado no processo de requerimento de diplomação (Conforme a Resolução nº 13/2016 – CONSUNI/CPPGEC)."

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19 Os casos omissos neste Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Geografia - Bacharelado serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.



Art. 20 Este Regulamento entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia – Bacharelado, Campus Erechim, e pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul.



ANEXO IV - REGULAMENTO DE TRABALHOS DE CAMPO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - BACHARELADO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento tem como objetivo definir as diretrizes para a realização de trabalho de campo do curso de Graduação em Geografia - Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim-RS.

Art. 2º Para fins do disposto neste Regulamento, consideram-se trabalho de campo as práticas e atividades de observação, descrição e interpretação espacial de fenômenos socioambientais situados para além das dependências físicas da Universidade. Trata-se de um conjunto de atividades práticas orientadas para busca de um determinado conhecimento, realizada de maneira sistemática através da realidade empírica e pela utilização de distintas metodologias didático-pedagógicas e de técnicas de pesquisa.

CAPÍTULO II DOS TRABALHOS DE CAMPO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º Os trabalhos de campo do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, serão desenvolvidos por meio dos componentes curriculares que especificam em sua ementa a atividade.

Parágrafo Único: Os componentes curriculares que realizam trabalhos de campo possuem 15 horas práticas (1 crédito) destinadas ao desenvolvimento da atividade.

SEÇÃO II DOS OBJETIVOS DOS TRABALHOS DE CAMPO

Art. 4º Os trabalhos de campo têm como objetivos:



- I – Aprofundar e articular os conhecimentos teóricos dos componentes curriculares específicos;
- II – Qualificar as estratégias pedagógicas nos componentes curriculares;
- III – Estimular o desenvolvimento do pensar crítico e de atitudes proativas com base na análise empírica das distintas realidades socioespaciais (nas escalas local, regional, nacional e internacional).

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE CAMPO

Art. 5º A participação nos Trabalhos de Campo é obrigatória aos:

- I – docentes responsáveis pelos componentes curriculares que preveem em sua ementa a atividade;
- II – Discentes matriculados nos componentes curriculares que preveem trabalho de Campo;
- III – Monitores dos componentes curriculares;
- IV – Técnicos de Laboratório do campus Erechim, mediante convocação do Colegiado.

Art. 6º Poderão ser convidados para contribuir com os trabalhos de campo, mediante apreciação do Colegiado de Curso:

- I – Demais docentes da UFFS;
- II – Demais técnico-administrativos em educação da UFFS;
- III – Discentes da UFFS com projetos de pesquisa, ensino e extensão e/ou tenham afinidade com os locais e conteúdos que serão desenvolvidas nas atividades programadas;
- IV – Convidados externos.

Art. 7º Compete à Universidade Federal da Fronteira Sul dar condições para realização dos Trabalhos de campo no tange transporte, diárias aos docentes responsáveis pelos componentes curriculares e auxílios aos discentes regularmente matriculados nos componentes curriculares.

Art. 8º Compete ao Colegiado do Curso de Graduação em Geografia - Bacharelado da



Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim:

- I - Acolher as propostas e as sugestões para o desenvolvimento de trabalho de campo no âmbito dos componentes curriculares sob sua responsabilidade;
- II – Avaliar a pertinência das propostas e as contribuições das mesmas nos processos de ensino-aprendizagem;
- III – Apreciar, definir e aprovar os trabalhos de campo referentes os componentes curriculares sob sua responsabilidade;

Art. 9º São atribuições da Coordenação do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim:

- I – Propor ao Colegiado de Curso o planejamento anual dos trabalhos de campo;
- II– Encaminhar aos setores responsáveis o planejamento institucional dos trabalhos de campo;
- III – Emitir convocações para realização dos trabalhos de campo;
- IV – Emitir declarações e certificados de participação nos trabalhos de campo, quando solicitado.
- V – Incentivar a articulação entre trabalhos de campo de componentes curriculares de uma mesma fase.

Art. 10 São atribuições dos docentes responsáveis pelos componentes curriculares:

- I – Planejar as atividades nas suas dimensões logísticas e didático-pedagógicas com base nas distintas metodologias;
- II – Propor e submeter ao Colegiado de Curso os roteiros dos trabalhos de campo, as avaliações e as práticas pedagógicas associadas à atividade sob sua responsabilidade;
- III – Desenvolver os roteiros dos trabalhos de campo, as avaliações e as práticas pedagógicas associadas à atividade;
- IV – Providenciar materiais, instrumentos e equipamentos;
- V – Solicitar transporte, diárias e auxílios aos discentes;
- VI – Emitir declarações e certificados de participação nos trabalhos de campo, quando solicitado, em conjunto com a Coordenação.

Art. 11 São atribuições dos discentes regularmente matriculados nos componentes curriculares:



- I – Participar das atividades e das avaliações programadas;
- II – Providenciar documentos quando solicitados;
- III – Devolver auxílios, quando não participar das atividades programadas;
- IV – Zelar pelo bom andamento das atividades, materiais, transporte, hospedagens, patrimônio da UFFS.

Art. 12 São atribuições dos técnicos de laboratório:

- I – Auxiliar na organização das atividades pré-campo e pós-campo;
- II – Solicitar e comprovar suas diárias;
- III – Organizar, transportar, guardar e manusear materiais utilizados nos Trabalhos de Campo.
- IV – Executar atividades práticas programadas.

Art. 13 As atribuições dos demais convidados serão definidas na programação do campo.

SEÇÃO III

DA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CAMPO

Art. 14 Os docentes dos componentes curriculares terão autonomia para propor as atividades avaliativas e as práticas pedagógicas que serão desenvolvidas nos trabalhos de campo.

Parágrafo Único: Os docentes dos componentes curriculares deverão propor as atividades e encaminhá-las semestralmente para aprovação do Colegiado de Curso, devendo constar no plano de ensino as definições.

Art. 15 Todos os discentes regularmente matriculados nos componentes curriculares deverão participar das programações propostas e realizar as atividades avaliativas previstas.

Art. 16 A não participação nas práticas de trabalho de campo, por razões devidamente justificadas (casos legais e casos justificáveis), submetidas a apreciação do colegiado do curso, implicará ao discente o disposto no parágrafo único do art. 80 da RESOLUÇÃO



4/2014 – CONSUNI/CGRAD (Regulamento de Graduação): “O discente que obtiver a frequência mínima, mas que por razões excepcionais, devidamente justificadas, submetidas a aprovação do colegiado do curso, não conseguir completar a avaliação do componente curricular dentro do período letivo, terá registrada sua situação no sistema acadêmico como ‘incompleta’ pelo prazo definido pelo colegiado”.

Parágrafo Único: Será garantida ao discente a participação nos trabalhos de campo no próximo período de oferta do componente curricular a fim de regularizar sua situação avaliativa, porém não haverá garantias do pagamento de auxílios aos discentes que se enquadram no Art. 17º.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 Os casos omissos neste Regulamento de Práticas de Trabalho de Campo do curso de Geografia – Bacharelado serão apreciados pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 18 Este Regulamento entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia - Bacharelado, Campus Erechim, e pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul.



**ANEXO V – REGULAMENTO DO CURSO DE GEOGRAFIA –
BACHARELADO PARA APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE
COMPONENTE CURRICULAR**

Considerando o inciso I do Art. 92 da Resolução nº 4/2014 -CONSUNI/CGRAD (Regulamento de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul), que objetiva o regramento para o aproveitamento de conhecimentos prévios.

Considerando as atribuições do Colegiado do curso de Graduação em Geografia - Bacharelado, bem como sua tradição de decisões dialogadas e democráticas.

Considerando as especificidades do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Geografia (PPC-2020) e suas interfaces, diretas com os Projetos Pedagógicos do Curso de Geografia - Licenciatura, PPC's 2010 e 2018.

Art. 1º O regulamento aqui expresso objetiva sistematizar as relações de equiparações e/ou equivalência entre componentes curriculares da matriz:

I - Matriz curricular do curso de Geografia – Licenciatura (2010) x Matriz Curricular do curso de Geografia - Bacharelado 2020, explicitada no quadro 1;

a) Equiparações e/ou equivalência entre componentes curriculares dos PPC Licenciatura 2010 x PPC Bacharelado 2020.

Quadro 1: equiparações e/ou equivalência entre CRR's (PPC Linc. 2010/PPC Bel. 2020).

MATRIZ LICENCIATURA (PPC 2010)			MATRIZ BACHARELADO (PPC 2020)		
Código	Nome	Cr	Código	Nome	Cr
GCB083	Biogeografia	5	GEX732	Biogeografia	5
GEX095	Cartografia geral	5	GEX722	Introdução à cartografia e geotecnologias	3
GEX060	Cartografia temática	4	GEX728	Cartografia temática	5
GEX014	Climatologia	5	GEX727	Climatologia	4
GCS010	Direitos e cidadania	4	GCS239	Direitos e cidadania	4
GCH110	Epistemologia da geografia	4	GCH1046	Epistemologia da geografia	5
GCS321	Espaços rurais	4	GCH1060	Geografia Agrária II	4
GCS322	Espaços urbanos	4	GCH1065	Geografia urbana II	4
GEX006	Estatística básica	4	GEX210	Estatística básica	4
GCH012	Fundamentos da crítica social	4	GCH293	Introdução à Filosofia	4
GCH397	Geografia cultural	4	GCH1049	Geografia cultural	5
GCH235	Geografia da América Latina	4	GCH1061	Geografia da América latina	4
GCH113	Geografia da Região Sul	4	GCH1041	Geografia regional	4
GCH111	Geografia do Brasil	5	GCH835	Geografia do Brasil	4
GCH469	Geografia do turismo	4	GCH1064	Geografia do turismo	4



MATRIZ LICENCIATURA (PPC 2010)			MATRIZ BACHARELADO (PPC 2020)		
Código	Nome	Cr	Código	Nome	Cr
GCH023	Geografia econômica e da população	5	GCH1032	Geografia econômica	5
GEX005	Geografia física	4	GEX723	Geografia física	3
GCH108	Geografia política e regional	5	GCH1042	Geografia política	4
GCH107	Geografia rural	5	GCH1044	Geografia agrária	5
GCH089	Geografia urbana	5	GCH1045	Geografia urbana	5
GEX096	Geologia geral	5	GEX729	Geologia	5
GEX082	Geomorfologia	5	GEX730	Geomorfologia	5
GEX459	Geomorfologia ambiental	4	GEX737	Geomorfologia ambiental	4
GEX089	Hidrogeografia	5	GEX731	Hidrogeografia	5
GCH029	História da fronteira Sul	4	GCH292	História da fronteira sul	4
GCH004	História do pensamento geográfico	4	GCH834	História do pensamento geográfico	4
GCH008	Iniciação à prática científica	4	GCH290	Iniciação à prática científica	4
GCH011	Introdução ao pensamento social	4	GCH291	Introdução ao pensamento social	4
GLA001	Leitura e produção textual I	4	GLA104	Produção textual acadêmica	4
GLA045	Língua brasileira de sinais (Libras)	4	GLA211	Língua brasileira de sinais (Libras)	4
GCH112	Organização do espaço mundial	4	GCH1048	Organização do espaço mundial	5
GCS111	Planejamento ambiental	5	GEX741	Planejamento ambiental	4
GCS112	Planejamento territorial	5	GCH1066	Planejamento territorial	4
GEX118	Sensoriamento remoto e interpretação de imagens	5	GEX733	Sensoriamento remoto e interpretações de imagens	4
GCH237	Trabalho de campo	4	GCH1080	Trabalho de Campo	4
GCH143	Trabalho de conclusão do curso I*	2	GCH1466	Trabalho de conclusão de curso*	8
GCH144	Trabalho de conclusão do curso II*	4			
GCS011	Meio ambiente, economia e sociedade	4	GEX734	Geografia e questão ambiental	4
GCS111	Planejamento ambiental	5			

*A situações expressas ficam condicionadas aos discentes ingressantes na matriz (PPC Lic. 2010).

Art. 2º Especificamente para registro, os componentes curriculares da matriz do curso de Geografia – Bacharelado 2020, equiparados e equivalentes àqueles integralizados com a matriz do curso de Geografia – Licenciatura/2010, passarão a constar nos históricos escolares dos estudantes do curso de Geografia – Bacharelado com a situação CVE – Componente validado por equivalência.

Parágrafo único. Quando utilizados mais de um componente curricular, da matriz PPC-Licenciatura 2010 ou 2018, para validar um componente curricular da matriz PPC-



Bacharelado 2020, para fins de registro da nota será considerada a média ponderada.

Art. 3º Os componentes curriculares não explicitados no quadro acima, a critério do colegiado, poderão ser validados como carga horária optativa, decisão que estará condicionada ao atendimento dos critérios estabelecidos pela Resolução 8/2014 – CONSUNI/CGRAD.

Art. 3-Aº Confere equivalência aos componentes curriculares presentes **neste quadro**, em função da reformulação aprovada pela [Decisão nº 41/CONSUNI CGAE/UFFS/2025](#), com outros componentes ofertados na UFFS.

CCRs da Estrutura 2021			Demais CCRs ofertados pela UFFS		
Código	Componente Curricular	Horas	Expressão Equivalente	Componente Curricular	Hora
GEX732	Biogeografia	75	(GEX1437)	Biogeografia	75
GEX722	Introdução à cartografia e geotecnologias	45	(GEX1433)	Introdução à cartografia e geotecnologias	45
GEX728	Cartografia temática	75	(GEX1432)	Cartografia temática	75
GEX727	Climatologia	60	(GEX1400)	Climatologia	60
GCH1046	Epistemologia da geografia	75	(GCH2118)	Epistemologia da geografia	75
GCH1049	Geografia cultural	75	(GCH2224)	Geografia cultural	75
GCH1041	Geografia regional	60	(GCH2116)	Geografia regional	60
GCH835	Geografia do Brasil	60	(GCH2115)	Geografia do Brasil	60
GCH1032	Geografia econômica	75	(GCH2219)	Geografia econômica	75
GEX723	Geografia física	45	(GEX1434)	Geografia física	45
GCH1042	Geografia política	60	(GCH2220)	Geografia política	60
GCH1044	Geografia agrária	75	(GCH2221)	Geografia agrária	75
GCH1045	Geografia urbana	75	(GCH2222 ou GCH2083)	Geografia urbana Geografia urbana	75 75
GEX729	Geologia	75	(GEX1435)	Geologia	75
GEX730	Geomorfologia	75	(GEX1401)	Geomorfologia	75
GEX731	Hidrogeografia	75	(GEX1436 ou GEX1325)	Hidrogeografia Hidrogeografia	75 75
GCH834	História do pensamento geográfico	60	(GCH2114)	História do pensamento geográfico	60
GCH1048	Organização do espaço mundial	75	(GCH2223 ou GCH2084)	Organização do espaço mundial Organização do espaço mundial	75 60
GEX733	Sensoriamento remoto e interpretações de imagens	60	(GEX1402)	Sensoriamento remoto e interpretação de imagens	60
GCH1466	Trabalho de conclusão de curso	120	(GCH2227)	Trabalho de conclusão de curso	120
GEX734	Geografia e questão ambiental	60	(GEX1438)	Geografia e questão ambiental	60
GEX662	Introdução à astronomia	60	(GEX1338)	Introdução à astronomia	60



CCRs da Estrutura 2021			Demais CCRs ofertados pela UFFS		
Código	Componente Curricular	Horas	Expressão Equivalente	Componente Curricular	Hora
GCH1058	Educação ambiental	60	(GCH2226)	Educação ambiental	60
GEX965	Geoprocessamento	60	(GEX1439)	Geoprocessamento	60
GCH841	Projeto integrador I	60	(GCH2218)	Projeto integrador I	60
GCH1051	Pesquisa em geografia	60	(GCH2225)	Pesquisa em geografia	60

Art. 4º Todos os casos não esclarecidos neste anexo serão apreciados pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, tendo em vista o disposto no parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139/2019.

Inserido conforme a Resolução Nº01/CCGB-ER/UFFS/2021 Nº do Protocolo: 23205.028198/2021-
28